



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA E
CRÍTICA DA CULTURA

JAQUELINE APARECIDA NOGUEIRA

**UM ESTUDO DO DIALOGISMO NA OBRA *INFÂNCIA ROUBADA,*
*CRIANÇAS ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL***

São João del Rei

2016



Jaqueline Aparecida Nogueira

**UM ESTUDO DO DIALOGISMO NA OBRA *INFÂNCIA ROUBADA*,
*CRIANÇAS ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Prof.^a Dylia Lysardo-Dias

São João del Rei

2016

Jaqueline Aparecida Nogueira

**UM ESTUDO DO DIALOGISMO NA OBRA *INFÂNCIA ROUBADA,*
*CRIANÇAS ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL***

Banca Examinadora:

Profa. Dylia Lysardo-Dias - Orientadora

Profa. Lilian Aparecida Arão - CEFET/MG

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo – UFSJ

Prof. Dr. Anderson Bastos Martins
Coordenador do Programa de Mestrado em Letras

São João del Rei

Agosto

2016

Dedico este trabalho a todos os frágeis e "pequenos", a todos os que não desistiram de lutar pelo que acreditam mesmo encontrando-se em uma posição desfavorável.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Dylia Lysardo-Dias, por compartilhar comigo a sua sabedoria e experiência, bens incomensuráveis.

Aos meus colegas e amigos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas e amigos da Universidade Federal de Lavras, principalmente ao professor Márcio Rogério de Oliveira Cano e aos meus colegas do grupo de pesquisa, pela confiança e ajuda no desenvolvimento do pré-projeto para a seleção do mestrado.

Aos meus amigos e professores da Universidade Federal de São João del Rei, pelos ensinamentos e pela amizade, especialmente meus colegas de classe: Sílvia, Ana Carolina, Nayhara, Flávia, Vivia, Taiane, Gabriel, Felipe e João Paulo.

A minha família, que me apoiou e ajudou como sempre. Em especial meus pais, Sandra e José e minha irmã querida, Josiane.

A meu namorado Lucas, que me incentivou e confortou com o seu amor e dedicação.

Enfim, eu agradeço a Deus pela oportunidade de experimentar a feitura deste trabalho, a qual me fez evoluir não somente em relação à academia, mas enquanto ser humano e agradeço principalmente por poder contar com todas essas pessoas incríveis nesse caminho. "Obrigada".

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa é realizar um estudo do dialogismo no livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Especificadamente, objetivamos (i) caracterizar a obra como um ato de interação verbal, considerando as condições concretas de sua produção; (ii) relacionar os fenômenos dialógicos à dimensão testemunhal da obra em análise; e (iii) identificar e analisar os atravessamentos discursivos da obra em relação ao cenário sócio-histórico atual. Consideramos que a materialização das histórias de vida das crianças e da trajetória militante dos pais na obra exhibe marcas de diferentes posicionamentos. Assim, aventamos a hipótese de que analisar discursivamente a obra a partir da perspectiva dialógica pode abrir espaço à palavra não dita e a palavra refutada. Neste sentido, essa pesquisa representa um esforço na investigação acerca da historicidade discursiva enraizada ao tema "ditadura militar no Brasil". A base teórico-metodológica dessa pesquisa centrou-se, principalmente, na perspectiva dialógica e sobre a interação verbal de Mikhail Bakhtin (2009, 2011, 2015), nos estudos das formas de heterogeneidade enunciativa de Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2008) e na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2012, 2012a, 2013). Inicialmente, apresentamos a obra e os seus contextos de referência e de aparição, em seguida, descrevemos a obra em termos de troca discursiva e, por último, analisamos as representações do discurso outro na obra, por meio das formas da heterogeneidade enunciativa mostrada, e relacionamos tais presenças ao meio sócio-histórico, com base na noção de imaginário sociodiscursivo. Para a efetivação da análise linguístico-discursiva das marcas da heterogeneidade enunciativa mostrada, elegemos o título principal da obra, os títulos dos testemunhos que possuem marcas da heterogeneidade mostrada marcada e os testemunhos que compõem o primeiro grupo familiar do livro: *a Família Arantes*. Tal seleção mostrou-se produtiva aos propósitos dessa pesquisa, pois revelou uma diversidade de casos de representação do discurso outro. Especificamente, com relação à escolha do grupo familiar Arantes, trata-se do bloco de testemunhos de abertura da obra. A partir das análises, constatamos que a obra foi engendrada a partir de um coro de vozes diversificadas, constituindo um fruto da esfera de atividade política, integrado à literatura testemunhal. A representação do discurso outro foi acionada como forma de sugerir e desvalorizar posicionamentos associados ao regime militar e esclarecer e valorizar os posicionamentos dos militantes, principalmente por meio do Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao direito à igualdade e à identidade.

Palavras-chave: dialogismo; ditadura militar; heterogeneidade enunciativa; imaginário sociodiscursivo.

Abstract

The main objective of this research is to achieve a study of the dialogism in the book *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Specifically, we aimed (i) to characterize the work as an act of verbal interaction, considering the specific conditions of production; (ii) to relate the dialogic phenomena to testimonial dimension of this work; and (iii) to identify and analyze the discursive intersections of the work in relation to the current socio-historical setting. We believe that the materialization of the life stories of children and militant trajectory of parents in the literary work show signs of different positions. Thus, we hypothesized that discursively analyze the work from the dialogic perspective can open room to the unspoken and refuted word. In this sense, this research represents an effort in research on the discursive historicity entrenched on the theme "military dictatorship in Brazil." The theoretical and methodological basis of this research has focused mainly on dialogical perspective and the verbal interaction of Mikhail Bakhtin (2009, 2011, 2015), on the studies of enunciative heterogeneity of Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2008) and Semiolinguistics Theory from Patrick Charaudeau (2012, 2012a, 2013). Initially, we presented the work and its contexts of reference and emergence, and then described the work in terms of discursive exchange and, finally, we analyzed the representations of another speech in the work, through forms of enunciative heterogeneity presented, and such presences relate to the socio-historical environment, based on the notion of socio-discursive imaginary. In order to perform the linguistic-discursive analysis of the marks of heterogeneity enunciation shown, we have chosen the main title of the work, the titles of the testimonies that have shown marked signs of heterogeneity and testimonies that constitute the first family group book: *Arante's family*. This selection proved to be productive for the purposes of this research, since it revealed a diversity of cases of representation of discourse of otherness. The choice of this family is due to fact that their members were the block of testimony of the work opening. From the analysis, we found that the work was engendered from a chorus of diverse voices, being a result of the political sphere of activity, integrated testimonial literature. The representation of discourse of otherness was triggered as a way to suggest and devalue positions associated with the military regime and clarify and enhance the positions of militants, mainly through the Imaginarium of Popular Sovereignty, concerning the right to equality and identity.

Keywords: dialogism; military dictatorship; enunciative heterogeneity; socio-discursive imaginary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Postagem -----	32
Figura 2 – Primeira capa -----	35
Figura 3 – Contracapa -----	35
Figura 4 – Falsa folha de rosto -----	38
Figura 5 – Verso da folha de rosto e ficha catalográfica -----	39
Figura 6 – Folha de rosto -----	40
Figura 7 – Sumário A -----	44
Figura 8 – Sumário B -----	44
Figura 9 – Página capitular -----	46
Figura 10 – Página subcapitular -----	47
Figura 11 – Página álbum de família A -----	55
Figura 12 – Página álbum de família B -----	55
Figura 13 – Perfil do testemunhante -----	56
Figura 14 – Fotografia de infância-----	57
Figura 15 – Fotografia de família-----	57
Figura 16 – Carta-----	57
Figura 17 – Militante-----	57
Figura 18 – Artigos de jornais -----	58
Figura 19 – Ficha de prisão -----	58
Figura 20 – Atividades Políticas-----	58
Figura 21 – Documentos Oficiais -----	58
Figura 22 – Desenho infantil -----	58
Figura 23 – Artes plásticas -----	58
Figura 24 – Cenas do documentário <i>15 filhos</i> -----	59
Figura 25 – Cronograma do <i>Seminário Verdade e Infância Roubada</i> -----	80
Figura 26 – Título da obra -----	117
Figura 27 – Título <i>A felicidade interrompida da "menina ruim"</i> -----	121
Figura 28 – Título <i>"Por que você é tão tristonha"</i> -----	121
Figura 29 – Desenhos de infância A -----	135
Figura 30 – Poema -----	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diálogos <i>Seminário Verdade e Infância Roubada</i> -----	84
Quadro 2 – Representação do discurso outro -----	112
Quadro 3 – Usos da expressão <i>Infância Roubada</i> -----	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CBA – Comitê Brasileiro de Anistia
- CNV – Comissão Nacional da Verdade
- CVRP – Comissão da Verdade “Rubens Paiva”
- ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
- PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
- PDF – Portable Document Format
- DOI – Departamento de Operações Internas
- DOI/CODI – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- DEM – Democratas
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PV – Partido Verde
- DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
- CONADEP – *Comisión Nacional de las Personas Desaparecidas*
- DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
- PRC – Partido Revolucionário Cubano

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO -----	12
1	CAPÍTULO I: A OBRA E SEU CONTEXTO -----	16
1.1	A ditadura militar no Brasil: alguns embates discursivos -----	17
1.2	Contexto de aparição da obra -----	29
1.3	Composição da obra -----	33
1.3.1	Parte extratextual -----	34
1.3.2	Parte pré-textual -----	38
1.3.3	Parte textual -----	45
1.3.4	Parte pós-textual -----	60
2	CAPÍTULO II: A OBRA COMO FATO DISCURSIVO -----	61
2.1	Os contratos de comunicação propostos na obra -----	64
2.1.1	O contrato de comunicação proposto a partir dos elementos pré-textuais -----	65
2.1.2	As relações entre o contrato de comunicação e o gênero discursivo-----	72
2.2	Circuito de comunicação I: Seminário Verdade e Infância roubada-----	79
2.3	Circuito de comunicação II: Livro <i>Infância Roubada, Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil</i> -----	90
3	CAPÍTULO III: ANÁLISE DO DIALOGISMO-----	99
3.1	O dialogismo: Bakhtin/Authier-Revuz -----	101
3.2	Imaginários sociodiscursivos-----	113
3.3	Análise dos títulos-----	116
3.3.1	Título da obra-----	116
3.3.2	Títulos dos testemunhos-----	120
3.4	Análise dos testemunhos do grupo familiar Arantes-----	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	145
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	152
	APÊNDICE A – Testemunhantes -----	156
	APÊNDICE B – Títulos, militantes e temas-----	159

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi marcado pela lembrança dos cinquenta anos do golpe militar e vários eventos sobre a ditadura militar no Brasil, tais como publicações da Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV), revelaram um vasto arquivo testemunhal de cidadãos envolvidos com o regime. Rico em memória e em possibilidades para estudos em diversas áreas, este material continha uma obra peculiar, *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, por tratar de uma perspectiva pouco explorada e conhecida.

Organizada e publicada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva” (doravante CVRP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (doravante ALESP), no ano de 2014, a obra reúne quarenta e quatro testemunhos de sujeitos, que no período pueril, tiveram os pais perseguidos, assassinados ou sequestrados pela ditadura militar no Brasil, além de vinte testemunhos de militantes e materiais documentais diversos.

O vasto material documental reproduzido no livro é, na maioria dos casos, relativo ao período autoritário. Ele é formado por relatos, documentos, fotografias, correspondências, entre outros e figura juntamente aos testemunhos, nos quais as "crianças da ditadura" narram a atuação militante dos pais, os episódios de perda e/ou separação vivenciados pela família, os episódios de prisão, as torturas e as violências sofridas por eles mesmos ou por familiares, a vida no exílio e a imposição da clandestinidade. Salientamos que em muitos dos casos relatados na obra, as próprias "crianças" foram alvo da violência praticada pelo regime.

Aventamos a hipótese de que a materialização das histórias de vida das crianças e da trajetória militante dos pais na obra exibem marcas de diferentes posicionamentos, alguns deles silenciados no passado por razões políticas ou sociais. Analisar discursivamente a obra pode abrir espaços à palavra não dita e à palavra refutada.

Tomando a aparição dessa obra de cunho testemunhal como uma forma de reescrever parte da história vivenciada no país, a partir de um coro de vozes e consciências independentes, o objetivo geral desse trabalho é realizar um estudo do dialogismo na obra referenciada, identificando os casos de heterogeneidade mostrada.

A perspectiva dialógica permite o vislumbre das diversas associações em torno da questão da ditadura de forma a contribuir para a exposição de embates

institucionais, culturais, éticos, morais, políticos, entre outros. Assim a realização da presente pesquisa representa um esforço na investigação acerca da historicidade discursiva enraizada ao tema “ditadura militar do Brasil”.

Os objetivos específicos são: (i) caracterizar a obra como um ato de interação verbal considerando as condições concretas de sua produção; (ii) relacionar os fenômenos dialógicos à dimensão testemunhal da obra em análise; (iii) identificar e analisar os atravessamentos discursivos da obra em relação ao cenário sócio-histórico atual.

Visando alcançar tais objetivos, apresentamos as características materiais da obra, o seu contexto de aparição e o contexto a que os fatos narrados nela fazem referência, descrevemos a obra em termos de troca discursiva, considerando os contratos por ela propostos e os circuitos de comunicação que lhe deram origem, analisamos as representações do discurso outro¹ manifestadas na obra, por meio das formas de heterogeneidade enunciativa mostrada, e relacionamos tais presenças do discurso outro ao meio sócio-histórico.

Utilizamos como material de análise o livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* em formato *Portable Document Format (PDF)*. Para as análises linguístico-discursivas das formas de heterogeneidade mostrada selecionamos o título principal da obra, os títulos dos testemunhos indicados no sumário que apresentaram a manifestação da heterogeneidade enunciativa mostrada marcada e os testemunhos do grupo familiar Arantes. Essa seleção mostrou-se produtiva ao tipo de análise realizada, pois o material apresentou uma diversidade de casos de representação do discurso outro. Especificamente, com relação à escolha do grupo familiar Arantes, trata-se do bloco de testemunhos de abertura da obra. Não obstante a essa seleção, consideramos a presença dos outros elementos constituintes da obra, os quais a integram como uma totalidade discursiva.

No Capítulo I, *A obra e o contexto*, apresentamos o contexto sócio-histórico e as características materiais da obra que será analisada. Inicialmente, consideramos o contexto em que as ações nela expressas de fato ocorreram e o contexto no qual ela foi

¹ Compreendemos a representação do discurso outro a partir da noção do dialogismo bakhtiniano e da abordagem enunciativa proposta por Jaqueline Authier-Revuz, como veremos adiante.

produzida, apreendendo assim, a relação do discurso com a história². Primamos também por evidenciar o pertencimento da obra ao projeto investigativo mais amplo efetivado pela Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV) no Brasil.

Na reflexão sobre a ditadura, bem como na delineação histórica do evento, nos apoiamos, principalmente, nos trabalhos dos pesquisadores Daniel Aarão Reis (2014) e Anthony W. Pereira (2010). A perspectiva crítica de Reis (2014) nos atentou para a participação civil na ditadura e para os embates discursivos realizados na época. Da mesma maneira, o olhar diferenciado lançado por Pereira (2010) sobre a prática de legalidade autoritária efetivada no Brasil e em outros países do Cone Sul, sinalizou-nos o vislumbre de uma das formas de justificação dos atos do regime no plano simbólico.

Por último, descrevemos e analisamos a composição da obra a partir das categorias propostas por Emanuel Araújo (2009), que aborda os diferentes elementos que compõem o livro, incluindo aqueles relativos ao projeto visual.

No capítulo II, intitulado *A obra como fato discursivo*, descrevemos a obra em termos de troca discursiva, considerando o circuito de comunicação do qual derivou a enunciação inicial dos testemunhos, o *Seminário Verdade e Infância Roubada*, e o circuito de comunicação que resultou na posterior produção e distribuição do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Para tal, nos apoiamos nos estudos de Bakhtin sobre o dialogismo e a interação verbal (2009, 2011, 2015) e nas formulações de Patrick Charaudeau (2012) sobre o ato de linguagem na sua dimensão contratual e enunciativa. Esses dois autores permitiram o vislumbre das situações de comunicação como mecanismos interacionais pautados em elementos de ordem social.

Ainda no capítulo II, discutimos a materialização da obra em sua dimensão autobiográfica, mais especificamente como uma obra testemunhal. Amparamo-nos também nas postulações sobre a literatura testemunhal latinoamericana, efetivadas por Margaret Randall (2002), George Yúdice (2002) e Christian Dutilleux (2011). Tais autores possibilitaram uma reflexão sobre as relações estruturais, as relações de hibridização e as formas e os contextos de aparição da obra.

² Nos dizeres de Georges-Élia Sarfati (2010): “o sistema do discurso coincide com o presente da fala, ao passo que o sistema da história (ou ainda do relato) corresponde à temporalidade do evento”.

No capítulo III, *Análise da Obra*, discorreremos sobre a noção de dialogismo bakhtiniana e seu percurso teórico, em seguida, identificamos e analisamos os casos de heterogeneidade mostrada, a partir das categorias propostas por Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2008), considerando que tais casos expõem o dialogismo. Por último, relacionamos as representações do discurso outro, identificadas nessa análise, ao cenário sócio-histórico por meio da noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

A abordagem para o estudo da heterogeneidade enunciativa proposta por Authier-Revuz demonstra que as formas de heterogeneidade mostrada correspondem a negociações do sujeito enunciador com a heterogeneidade constitutiva do discurso, sendo a última uma reafirmação do postulado bakhtiniano, permitindo-nos realizar uma análise capaz de apontar para o dialogismo.

No momento de relacionar as representações do discurso outro identificadas na análise ao cenário sócio-histórico, empregamos a noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013), pois ela concerne a normas de referência sobre o real, as quais circulam no interior de grupos sociais específicos, o que nos possibilitou elevar as marcas identificadas no texto ao plano social.

Nas considerações finais, concretizamos uma síntese dos trabalhos efetivados, confrontando-os aos objetivos dessa pesquisa. Neste sentido, vislumbramos a representação do discurso outro na obra como forma de valorizar os posicionamentos militantes e desvalorizar posicionamentos associados à ditadura. O resgate do discurso outro possibilitou que o locutor sugerisse os posicionamentos nos quais o regime militar se apoiou, criticando-os de maneira indireta, e, por outro lado, serviu ao propósito de valorizar a trajetória dos militantes e ou esclarecer os seus posicionamentos na tentativa de reescrever a história associada à temática *ditadura* no Brasil. Para além, observamos que o resgate de outros pontos de vista nessa obra, constituída por meio de um coro de vozes independentes, movimentou, principalmente, discursos integrados ao Imaginário da Soberania Popular, no que tange o direito à igualdade e à identidade.

CAPÍTULO I - A OBRA E SEU CONTEXTO

Na presente sessão apresentamos o contexto sócio-histórico e as características materiais da obra *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, já que tais elementos são constitutivos da própria obra, nosso material de análise. Os testemunhos constituintes da obra fazem referência a um período sócio-histórico brasileiro compreendido entre 1964 e 1985. Em tal período, a liberdade de expressão dos cidadãos brasileiros era diminuta devido à realidade vigente. Referimo-nos à possibilidade de reverberar posicionamentos contrários à ditadura militar naquela época. Deste modo, grande parte da população foi silenciada sobre muitos abusos cometidos por integrantes e apoiadores do regime.

Passados cinquenta anos, investigações instituídas pela Presidência da República Federativa do Brasil propiciaram que grupos dantes oprimidos apresentassem à sociedade as suas versões sobre o passado autoritário do país por meio de suas próprias vozes. Nessa pesquisa, focalizamos a manifestação discursiva de um desses grupos, nesse caso específico, formado por sujeitos que tiveram as suas infâncias modificadas devido às influências da ditadura na vida de suas famílias. Essa manifestação discursiva testemunhal foi enunciada inicialmente em um seminário e depois transposta para o discurso escrito. Tais formatos apresentam diferenças entre si, o que implica na necessidade de um trabalho de adaptação do discurso inicial a essa nova forma. Uma adaptação que agrega novas vozes a um discurso que já é heterogêneo em sua natureza, por tratar-se de um livro construído por vozes e posicionamentos múltiplos.

Nesse mote, defendemos a importância de considerar o contexto a que os fatos narrados se reportam, o contexto de aparição da obra e as características materiais do formato em que foi apresentada ao público. Esses contextos não são meros panos de fundo: consideramos a complexidade das condições de produção, que são constitutivas do sentido.

1.1 A ditadura militar no Brasil: alguns embates discursivos

No ano de 1964, a partir de um golpe de estado investido contra o governo republicano do presidente João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como “Jango”, um regime autoritário de cunho militar foi instaurado no Brasil. Evidenciamos que o referido golpe destituiu um governo legitimamente constitucional, estabelecido a partir de eleições democráticas. Em decorrência desse acontecimento político, no período de vinte e um anos seguinte, compreendido entre 1964 e 1985, diversos e graves crimes contra os direitos humanos³ foram protagonizados por integrantes do regime contra milhares de cidadãos brasileiros, como consta no Volume I do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014):

O período histórico a que se refere o mandato conferido à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o período da ditadura militar instalada em 1964, esteve associado a um quadro de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos, em que os opositores políticos do regime – e todos aqueles que de alguma forma eram percebidos por este como seus inimigos – foram perseguidos de diferentes maneiras. Os exemplos são muitos: cassação de mandatos eletivos e de cargos públicos, censura e outras restrições à liberdade de comunicação e expressão, punições relativas ao exercício da atividade profissional (transferências, perda de comissões, afastamento, demissões) e exclusão de instituições de ensino (BRASIL, p.278, 2014).

Todavia, Reis (2014, p.127) destaca que a ditadura no Brasil não foi obra exclusiva dos militares, pois o regime contou com a participação civil em setores diversos da sociedade. Em seus dizeres, apoiando ou submetendo-se ao regime, a participação civil fez-se presente e atuante “nos ministérios, nas agências e empresas estatais, nas academias e universidades, nas assessorias de imprensa que se multiplicavam, na Igreja, nos governos e nos parlamentos [...]”, entre outros.

De acordo com Reis (2014), a ditadura foi estabelecida no país em meio a um cenário político conturbado. O governo que antecedeu o golpe enfrentava alguns impasses políticos, os quais culminaram na renúncia do então presidente Jânio

³ A legislação brasileira, através da Lei nº 9.455/1997, constitui como crime de tortura: “I – Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminoso; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II – Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.”

Quadros, no ano de 1961. Os principais fatores influenciadores da renúncia de Quadros foram apontados pelo Arquivo Nacional do Brasil (2003). De acordo com a fonte mencionada, o programa antiinflacionário iniciado por Quadros ao assumir a presidência gerou um alto custo para a população, “implicando, na elevação dos preços do pão e dos transportes”. (BRASIL, 2003, p. 112). Em segundo lugar, algumas das escolhas políticas do então presidente não repercutiram bem no cenário político interno e externo do país. A sua política “independente” provocou a desconfiança de setores favoráveis ao alinhamento do país com os Estados Unidos. Ademais, em junho do ano de 1961, Jânio Quadros condecorou o ministro da Economia cubano, Ernesto Che Guevara, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A oferta da comenda desagradou as Forças Armadas e o Congresso, aumentando as críticas e os protestos contra o presidente na imprensa. Realçamos ainda, que os fatores supramencionados somaram-se à falta de apoio que o governo experimentava no âmbito interno.

Segundo Reis (2014), com a renúncia de Jânio Quadros, a presidência do país estaria destinada ao vice-presidente João Goulart. Contudo, os militares opuseram-se à posse de Jango sob a justificativa de que o seu governo desestabilizaria ainda mais o país: esse primeiro golpe não conquistou êxito devido à existência de movimentos contrários. Nas palavras de Reis (2014, p.31), “Em vez do fragor das armas, prevaleceram intensas negociações – a guerra da saliva – que levaram a um acordo, mediante o qual, ambos os lados recuaram, na boa tradição de Itararé.” Ainda no ano de 1961, João Goulart assumiu a presidência com poderes limitados sob um regime parlamentarista.⁴ “A solução encontrada pelo Congresso e aprovada em 2 de setembro de 1961, foi a instauração do regime parlamentarista, que garantiria o mandato de João Goulart até 31 de janeiro de 1966”. (BRASIL, 2003, p. 113). Apenas no ano de 1963, com a volta do presidencialismo⁵, conquistada através de um plebiscito popular, o novo presidente pôde assumir plenamente os poderes.

Reis (2014) narra que, ao estar de fato no poder, Jango pretendia executar uma política de conciliação com a finalidade de resolver a crise que assolava o país: o presidente almejava atender a todos os interesses a partir dessa política, por meio do

⁴ “Governo em que o poder decisório cabe ao parlamento.” (BECHARA, 2011, p. 899).

⁵ “Regime político no qual o Poder Executivo é liderado por um presidente”. (BECHARA, 2011, p. 951).

chamado Plano Trienal. O principal objetivo de tal plano, “era a contenção da inflação aliada ao crescimento real da economia, prevendo também as chamadas reformas de base, já anunciadas no regime parlamentarista e que incidiam sobre as estruturas agrárias, bancária, fiscal, entre outras”. (BRASIL, 2003, p. 123). Entretanto, o Plano Trienal não foi bem aceito pela direita e nem pela esquerda do país, sendo abandonado dentro do período de três meses. Nas palavras de Reis (2014), a partir do fracasso do Plano Trienal, o governo passou a gerenciar a crise do país “a olho nu”.

Segundo o autor supramencionado, neste cenário de crise, a sociedade dividiu-se entre reformistas e antirreformistas. Enquanto os primeiros, integrados por trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e graduados das Forças Armadas, almejavam as riquezas e os benefícios materiais e simbólicos que lhes trariam as reformas, os segundos, integrantes das elites tradicionais e grupos empresariais modernizantes, não desejavam o rebaixamento de suas posições, que possivelmente seria impulsionado pelo processo de redistribuição de renda decorrente das reformas.

Em meio ao mencionado embate de forças equilibradas em que se encontrava o país⁶, Jango decidiu liderar uma onda de comícios visando aumentar a pressão para as reformas. Programação que marcou mais um abandono entre os planos presidenciais de Jango, pois essa onda de comícios foi ironicamente concluída com a realização de apenas um evento. O chamado *comício das lavadeiras*⁷ reuniu cerca de 350 mil pessoas da esquerda na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1964, sendo considerado um verdadeiro sucesso. Contudo, a direita do país respondeu a esta manifestação com a realização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, na cidade de São Paulo. (REIS, 2014, p. 36-41).

O passo seguinte e decisivo do enfrentamento histórico entre reformistas e antirreformistas se concretizou com uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) para a reivindicação de melhorias nas condições

⁶ A partir de Pereira (2010, p. 113), evidenciamos a importante participação dos Estados Unidos nos conflitos brasileiros, “discordando do Governo de João Goulart numa série de questões econômicas e de segurança, e acabando por exercer influência sobre os militares, facilitando assim a tarefa de legitimar o golpe em termos constitucionais”.

⁷ De acordo com Reis (2014, p. 40), o dirigente sindical comunista Hércules Correa denominou o comício realizado por Jango no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, como o comício “das lavadeiras” devido à presença de “trouxas e tanques”. A satírica nomeação relaciona-se a seus participantes, primeiro por suas perspectivas crédulas em relação a uma vitória próxima, e segundo pela presença de tanques blindados e contingentes da política e do Exército.

de vida e de trabalho dos marinheiros e fuzileiros. O encontro, realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, foi considerado um ato de indisciplina pelo ministro da Marinha. Com o afincamento das forças conservadoras e com a ajuda da mídia, a crise da Marinha mudou o foco do processo político no país. Nas palavras de Reis, na nova interpretação do enfrentamento entre as propostas de reforma e contrarreforma, a luta seria entre “os que defendiam a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores”. (REIS, 2014, p.43).

Em seu último discurso como presidente Jango não conseguiu contornar a situação em que se encontrava o país, o que culminou com o envio de tropas da cidade de Juiz de Fora para a cidade do Rio de Janeiro, em março de 1964. Para Reis, as esquerdas tinham meios para se defender, mas não o fizeram. Temendo a ocorrência de uma guerra civil, Jango nada decidiu com relação a uma possível resistência ao golpe e asilou-se na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai. Por fim, a população festejou a vitória do golpe nas ruas do Rio de Janeiro em uma nova *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, “Sem saber ainda exatamente o que iria acontecer, o país ingressara numa longa ditadura”. (REIS, 2014, p.46).

Observando a gênese da ditadura, delineada, principalmente, a partir de Reis, destacamos os embates engendrados na formação do cenário sociopolítico no qual ocorreu o golpe. Aventamos inicialmente, os motivos apresentados pelos militares para interferir “em favor” do Estado quando tentaram impedir a posse de João Goulart no ano de 1961. Reis (2014) aponta que embora o veto pretendido desconsiderasse explicitamente as fronteiras legais erguidas através da Constituição, os militares revestiam-se do posicionamento de “defensores da pátria”:

Foi então que os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, recobrados da surpresa, e investindo-se na condição de *anjos tutelares* da sociedade e do Estado, tradição bem estabelecida desde a proclamação da República, em 1889, resolveram intervir, impedindo que Jango assumisse o governo sob a alegação de que ele representava uma ameaça à estabilidade do país e uma promessa certa de caos (REIS, 2014, p.30, itálico do autor).

Pereira (2010) salienta que desde o início do período ditatorial, os militares já buscavam legitimidade para o golpe e a ideia por eles transmitida era de que a ditadura era necessária, uma defesa do país contra o comunismo iminente. Outrossim, durante a primeira *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, os chefes da contrarreforma

mantinham-se coesos, balizados pela ideia de que “estavam salvando a democracia brasileira do comunismo e da corrupção”. (REIS, 2014, p. 44). Ainda no mesmo sentido, após o golpe, os militares procuraram justificá-lo como uma medida defensiva perante as intenções ditatoriais de João Goulart. Como afirma Pereira: “Os militares apressaram-se em descrever o golpe como uma iniciativa vinda “bem na hora certa””. (PEREIRA, 2010, p. 115).

Quanto às versões narradas sobre a ditadura militar do Brasil, destacamos o lançamento do título *Brasil: nunca mais*, que foi organizado pela Arquidiocese de São Paulo no ano de 1985. Esse *best-seller* denunciava as torturas cometidas pelo regime. Para Reis (2014), essa obra pode ser considerada a referência predominante do quadro de memórias do período. Outra reconhecida obra que abordou o assunto, porém a partir de uma perspectiva contrária, foi *O direito da segurança nacional*, escrita no ano de 1971, por Mário Pessoa, professor catedrático de direito da Universidade Federal de Pernambuco. Segundo Pereira (2010, p. 125), esse livro trata da lei de segurança nacional e foi utilizado pelos militares como justificativa jurídica para seus atos:

O conceito de segurança nacional proposto por Pessoa exaltava o arbítrio do Executivo, colocando assim, o Estado acima da lei, indo contra as definições de estado de direito, que dão ênfase ao fato de o Estado ser sujeito às determinações constitucionais. [...] O tratado de autoria de Pessoa, que tinha como tema a correção e a legalidade da repressão e dos processos instaurados por crimes políticos no Brasil, fazia parte de um esforço mais amplo, lançado pelo governo brasileiro, visando a legitimar a si próprio aos olhos da opinião pública nacional e internacional (PEREIRA, 2010, p. 126).

Embora a ditadura no Brasil tenha sido, conforme salientado por Pereira (2010), um regime autoritário, no qual a legalidade seguia a mesma via como regra, destacamos a preocupação de seus dirigentes e defensores em justificá-la também no âmbito legal:

Menções e conspirações comunistas e às intenções ditatoriais do presidente não foram os únicos elementos dessa tentativa de legitimar o golpe, apresentado por alguns de seus defensores como constitucional. Essa tese colocava uma série de problemas, porque o golpe infringia à Constituição de várias e óbvias maneiras (PEREIRA, 2010, p. 115).

Para ilustrar a típica legalidade autoritária praticada durante o regime militar do Brasil, Pereira (2010) destaca o julgamento do estudante brasileiro de sociologia Vinicius Oliveira Brandt. Acusado de ser filiado a uma organização clandestina (Partido

Revolucionário dos Trabalhadores – PRT) e de organizar um assalto armado a um supermercado, Vinicius compareceu a um tribunal militar em São Paulo no ano de 1971 com o intuito de depor em seu próprio favor. Em sua declaração ao tribunal, o réu constatou que no ano de 1970 foi preso e levado à sede do serviço de informações militares (Departamento de Operações Internas - DOI), onde foi despido, pendurado no pau de arara⁸, espancado, torturado com choques elétricos e outras “técnicas”⁹, além de ameaçado de morte.

Pereira (2010, p. 31-32) afirma que o tribunal militar, composto por um juiz civil e por quatro oficiais militares, sendo o primeiro o único possuidor de formação em direito, declarou Brandt culpado e o sentenciou a cinco anos de prisão, a despeito da quase inexistência de provas contra o réu. O juiz considerou que a narrativa de tortura feita pelo estudante havia sido “inventada” e que o mesmo era um “delinquente político”. O magistrado declarou também que o julgamento garantiu todas as leis humanitárias ao réu; por outro lado, não mencionou de forma explícita o recebimento de um telegrama assinado por professores franceses, dentre os quais, Roland Barthes, Roger Bastide, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Claude Lefort e Serge Moscovici, exigindo um tratamento humano à Brandt. Da mesma forma, a sentença não mencionou a acusação de filiação à organização clandestina (PRT) recebida por Brandt, a sua narrativa de tortura e nem a ausência de provas em favor de sua condenação. De modo contrário, descreveu detalhadamente a suposta postura política marxista do réu. O advogado de defesa de Brandt recorreu em todas as instâncias, no entanto, conseguiu apenas uma redução da pena. Assim, a condenação foi mantida, não obstante a falta de provas contra o acusado.

O caso de Vinicius Oliveira Brandt chama a atenção devido à sua semelhança com um fato relatado por Janaina Teles em seu testemunho no livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, ela narra que o sequestro e as ameaças de morte que sofreu não constam em seu *habeas data*; mas as atividades

⁸ De acordo com o Volume I do Relatório Final da CNV (2014, p. 372, itálico no original) o chamado “*Pau de arara* foi um dos métodos mais utilizados e conhecidos, sendo largamente adotado como ilustração simbólica da prática da tortura. Nessa modalidade, o preso ficava suspenso por um travessão, de madeira ou metal, com os braços e pés atados”.

⁹ Segundo o Relatório Final da CNV (2014, p.329, itálico no original): “A utilização sistemática da tortura estava prevista nas diretrizes da denominada *doutrina da guerra revolucionária*, amplamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras”.

políticas das quais ela participou e outras informações que a testemunhante julga incorretas ou inventadas constam nesse documento. Vejamos o trecho do testemunho "Dói gostar dos outros", onde tais informações foram narradas por Janaina:

Não é coincidência que uma história com essa gravidade não conste no meu habeas data (solicitado em 1993). Não há nenhum registro sobre o sequestro de que fomos vítimas entre 1972 e 1973. Não obstante, há menção a diversas atividades políticas das quais participei. As forças de segurança mantiveram minha vida sob vigilância. Nele, encontram-se informações incorretas ou inventadas, mas nada sobre o sequestro (SÃO PAULO, 2014, p.265).

De acordo com Pereira (2010), nenhum regime reformulou por completo as leis para atender os considerados interesses da segurança nacional. No mesmo sentido, os veredictos dos julgamentos políticos brasileiros e chilenos não foram repudiados pelo Estado após a transição para a democracia. Logo, consideramos que o regime brasileiro articulava as suas ações jurídicas procurando “enquadrá-las”, dentro do possível, ao sistema legal vigente, porém, sem abrir mão do autoritarismo. Nas palavras de Pereira: “O regime militar brasileiro usou os tribunais militares de tempos de paz para processar dissidentes e opositores políticos, sem jamais abolir a Constituição”. (PEREIRA, 2010, p. 34).

Contudo, a margem de manobra reservada à defesa dos opositores políticos processados nos tribunais brasileiros contribuía para a postergação ou diminuição das penas, a exemplo do julgamento de Vinicius Oliveira Brandt, que foi destacado anteriormente. Segundo Pereira (2010), os processos por crimes políticos representam um esforço por parte dos regimes autoritários para manter domínio nos níveis práticos e simbólicos, expressando os seus valores e refutando as crenças dos supostos oponentes. O autor defende que o exame e o tipo de tratamento dispensado aos opositores do regime podem revelar muito sobre as aspirações e os motivos de seus dirigentes. No caso brasileiro, a defesa aos presos políticos não era negada, contudo, a prática autoritária prevalecia de maneira velada.

De acordo com Pereira (2010), comumente em todo o mundo, após o fim de um regime ditatorial, uma comissão oficial é criada pelo governo com a finalidade de investigar crimes cometidos contra os direitos humanos através das chamadas comissões da verdade. No Brasil, a criação de uma comissão com a finalidade de

examinar as ações da ditadura só foi iniciada no ano de 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, os trabalhos realizados pela referida comissão nunca foram publicados, diferente do que aconteceu na Argentina e no Chile, países onde comissões da verdade foram instituídas no primeiro governo subsequente ao regime ditatorial que os dominou. Pereira (2010, p. 242) afirma que no Brasil “O governo parecia ter medo de dar publicidade a essa modesta e atrasada resposta à violação dos direitos humanos cometida no passado”.

Entretanto, no ano de 2012, a partir da lei 12.528¹⁰ de 18 de novembro de 2011, foi criada no Brasil a CNV, no governo da Presidente Dilma Vana Rousseff, ex-militante na luta contra a ditadura militar. No ano de 2014, quase vinte anos após o fim do regime que assumiu o governo do país, os relatórios das investigações realizadas pela CNV foram finalmente publicados¹¹. Os trabalhos investigativos promovidos pela referida comissão, através de pesquisas documentais, audiências, cooperações, perícias e diligências, resultaram em um relatório final composto por três volumes, como estampa a sua página virtual oficial¹².

O Volume I do Relatório Final da CNV possui novecentos e setenta e seis páginas divididas em cinco partes, de acordo com os assuntos abordados. Na parte I, intitulada *A Comissão Nacional da Verdade*, a criação da comissão e a natureza de suas atividades foram retratadas. A parte II, “As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos”, aborda o contexto histórico das violações praticadas pelo regime, os órgãos e procedimentos da repressão política, a participação do Estado em violações efetivadas no exterior e as conexões internacionais. A parte III retrata os assuntos mais polêmicos com relação às violações cometidas no contexto ditatorial. Intitulada *Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas*, tal parte apresenta depoimentos de vítimas de violações e também de acusados de praticá-las. Assim, são retratados o quadro conceitual das graves violações, as detenções ilegais e arbitrárias realizadas, a tortura, a violência sexual, as execuções e

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm> Acesso em: 30 de junho de 2015.

¹¹ Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571> Acesso em: 30 de junho de 2015.

¹² Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/72-comissao-da-verdade-define-estrategias-de-funcionamento-e-estrutura.html>> Acesso em: 26 de setembro de 2015.

mortes decorrentes da tortura e os desaparecimentos forçados. A parte IV, denominada *Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos locais e autores*, explicita a responsabilização e a autoria das violações cometidas, além de apreciar a atuação do Judiciário na ditadura. Enfim, a parte V encerra o volume por meio de conclusões e recomendações.

O Volume II do Relatório apresenta textos a respeito das violações dos direitos humanos, efetivadas em meios e contra grupos específicos, totalizando quatrocentos e dezesseis páginas. Respectivamente, os textos temáticos focalizam o meio militar, o cristão e o acadêmico, e os grupos de trabalhadores, de camponeses e de povos indígenas. Nesse volume também são tratados assuntos como a homossexualidade, a colaboração civil e a resistência da sociedade civil contra as graves violações cometidas. Por fim, o Volume III do Relatório Final da CNV divulga os perfis dos mortos e desaparecidos políticos no contexto da ditadura, os quais foram dispostos em quase duas mil páginas.

Para colaborar com os trabalhos da CNV, outras comissões da verdade, regionais e setoriais, foram instituídas através da legislação brasileira. É o caso da Comissão da Verdade "Rubens Paiva" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, criada a partir da Resolução ALESP nº 879 de 10 de fevereiro de 2012¹³. No artigo primeiro da lei supracitada, a criação, a finalidade e os liames concernentes às atividades da CVRP são explicitados:

Artigo 1º - Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, com a finalidade de efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de São Paulo ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, no período de 1964 até 1982, no território do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2012).

Nos moldes da CNV, a CVRP realizou suas investigações em um prazo de dois anos a partir sua instalação, por meio da acolhida ou requisição de testemunhos, documentos e dados relativos ao período ditatorial brasileiro de depoentes ou de órgãos

¹³

Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>> Acesso em: 01 de outubro de 2015.

em:

e entidades do setor público, da promoção de audiências públicas, da realização de entrevistas, de diligências e perícias, e da promoção de parcerias com órgãos e entidades públicos ou privados.

A falta de uma investigação condizente com outras efetivadas em países que vivenciaram situações do mesmo cunho, a exemplo do Chile e da Argentina, representa, de certa forma, uma lacuna histórica no passado do Brasil. A emergência de investigações sobre as graves violações contra os direitos humanos, mesmo passados cerca de cinquenta anos do fim da ditadura, parece por fim à atitude de “silêncio e amnésia” praticada pelo governo do Brasil com relação à justiça transicional, mesmo que principalmente no plano simbólico, como afirma Pereira:

Além de tentativas atrasadas e pouco divulgadas de investigar a morte e o desaparecimento de algumas das vítimas do regime militar e de indenizar as famílias, a atitude oficial do governo brasileiro com relação à justiça transicional foi, principalmente, de silêncio e amnésia (PEREIRA, 2010, p. 25).

Contudo, realçamos a existência de barreiras para o sucesso de uma reconstrução histórica, pois ela envolve o embate entre diversos posicionamentos e interesses dentro da sociedade, a exemplo das versões sobre a ditadura apresentadas pelas Forças Armadas ainda hoje. De acordo com Reis, não será possível compreender o passado, enquanto persistir o denso manto de silêncio que se estende perante as bases sociais, políticas e civis da ditadura, em suas palavras: “[...] para as Forças Armadas, a ditadura continua sendo apresentada – e cultivada – como uma “revolução democrática” que salvou o país do comunismo e do caos”. (REIS, 2014, p.14).

Por outro lado, levantamos a hipótese de que sob a relativa transparência de investigações, como as promovidas por comissões da verdade em todo o mundo, reside a tentativa de delimitar os devidos parâmetros em torno de um assunto social, ou seja, de trazê-lo à tona para enfim determiná-lo historicamente a partir de pontos de vista específicos. Nas palavras de Michel Foucault:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p.8).

Destacamos que as investigações realizadas pelas comissões da verdade constituíram-se também da voz de classes minoritárias, a exemplo do Volume II do Relatório da CNV, o qual aborda violações dos direitos humanos, efetivadas em meios e contra grupos específicos.

O material da maioria dos relatórios da CNV foi obtido por meio de entrevistas que foram transcritas, daí a presença de citações diretas. Tais textos apresentam os nomes de torturados e algozes, detalhes minuciosos das torturas, além de marcas da oralidade, as quais revelam origens sociais e etnográficas dos testemunhantes. No testemunho exposto a seguir, parte integrante do Volume II do relatório da CNV, percebemos as marcas da oralidade presentes no relato de *Teriweri*. No relato, a indígena conta a respeito das violações sofridas por ela e por sua tribo entre os anos de 1972 e 1974, quando índios do território *Aikewara* foram obrigados a guiar os militares nas matas em operações de guerrilha. Supomos que a reprodução literal do relato de *Teriweri* constitua uma maneira de comprovar os seus dizeres e valorizar a sua participação enquanto integrante de um grupo específico da sociedade:

Não sei o quê que foi que aconteceu? Eu num sei. Mas eu acho que tanto susto aí que nós pegava, né? Porque toda hora era tiro!! Toda hora!! Vento num podia balançar um matinho que eles atiravam! É!.. E a gente num podia ir pra roça mais também... porque eles [os militares] proibia! Porque às vezes, os “pessoal da mata”... [os guerrilheiros]... eles [os militares] falava que os “pessoal da mata” podia matar nós lá no mato né? Nós num podia caçar também... E aí nós falamo assim: Como é que nós vamo então sobreviver agora? Porque naquele tempo índio num fazia roço na grande, né? Era pouca... assim era só um pedacinho que eles fazia roça.., roçava e plantava mandioca. E aí num podia sair! Porque eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu que eu tive assim... quase aborto, né? As crianças num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiros, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de me lembrar, sabe? Eu estou contando aqui pra vocês porque as pessoas assim... pode ser assim os povos do Brasil, do mundo todo, pra saber direito que aconteceu mesmo esse horrível acontecimento. É “guerra” né? No tempo da guerrilha, né? É por isso que eu estou contando aqui um pouco... (BRASIL, p.246, 2014).

John Beverley, no prólogo da segunda edição de *La voz del otro* (2002) destaca a autoridade do testemunho na reconstrução do passado, visto que o seu narrador “es alguien que ha presenciado o experimentado em propria persona - o indirectamente a través de la experiencia de amigos, familiares, vecinos, etc. – los acontecimientos que

narra"¹⁴. Diante de tal consideração, tratamos o testemunho neste contexto como uma forma de representação da realidade originada da experiência de vida de grupos oprimidos, os quais, no momento em que legitimam essa forma de representação, detêm um certo poder de reconstrução histórica apoiados por um ou mais colaboradores. Supomos que os referidos colaboradores possam ser historiadores, escritores, jornalistas, dentre outros, ou, no caso distinto do livro sob análise, um órgão governamental que atua organizando e legitimando os dizeres de um grupo determinado que foi oprimido por um regime autoritário no passado.

Todavia, delineamos as motivações para a criação da CNV, as quais resultaram neste espaço dialogicizado de reconstrução histórica com base em experiências pessoais e coletivas. Não podemos desconsiderar que o Brasil sofreu pressão oriunda de diversos setores para a dissolução de uma chamada demanda histórica da sociedade brasileira para com os atingidos pela ditadura militar, bem como para com os seus familiares. Dentre as referidas pressões, apontamos a sanção punitiva determinada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, através do artigo 68 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, a qual condenou o Estado Brasileiro no caso Gomes Lund e outros, conhecido como "O caso da Guerrilha do Araguaia".¹⁵

No próprio corpo do Relatório da CNV, três demandas principais para a realização das investigações, foram eleitas no apontamento dos antecedentes históricos dos trabalhos da referida comissão:

- a) os trabalhos da CNV procuraram responder às reivindicações de perseguidos políticos presos durante a ditadura, que se arriscaram denunciando a tortura sofrida nas dependências militares;
- b) alinharam-se aos esforços dos familiares na incessante busca de informação a respeito das circunstâncias da morte e do desaparecimento de seus entes queridos;
- c) dialogaram com instâncias estatais que reconheceram a responsabilidade do Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos (BRASIL, 2014, p. 23).

Considerando as demandas a e b, supomos que as investigações do relatório, tratando-se o mesmo de um objeto criado para atender as reivindicações e a busca de

¹⁴ "é alguém que presenciou ou experimentou pessoalmente ou indiretamente através da experiência de amigos, familiares, vizinhos, etc. - os acontecimentos que narra".

¹⁵ Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/sentencas-da-corte-interamerica-na-sentenca-araguaia-24.11.10-1>> Acesso em: 25 jan 2016.

informações efetivadas por demandas específicas da sociedade, foram concretizadas a partir dos posicionamentos de grupos determinados. Contudo, salientamos que os relatórios da CNV trouxeram, além da voz dos atingidos, relatos de muitos dos militares acusados, mostrando-se um espaço de diálogo. No que tange à demanda c, aventamos a presença do discurso estatal na elaboração do relatório, contrastando com a experiência do vivido e o valor testemunhal também presentes.

De maneira similar, figurando como um dos produtos das investigações de uma das comissões setoriais ligadas à CNV, o livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* integra parte de um objetivo amplo de reconstrução histórica da violência praticada por regimes autoritários contra a população, tendo como força motriz a voz de requerentes determinados, os quais através do testemunho enquanto gênero discursivo têm ganhado vez e voz para reconstituir partes da história que foram silenciadas no passado, não só no Brasil, mas em grande parte do contexto geográfico latinoamericano.

1.2 Contexto de aparição da obra

Dentre as ações instituídas à CVRP pelo seu embasamento legal, ressaltamos o ciclo de audiências realizado no ano de 2013, cujo título reitera o tema por ele abordado: *Seminário Verdade e Infância Roubada*. Essa ação investigatória resultou na organização e no lançamento do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, material de análise da presente pesquisa.

Tal lançamento não inaugurou as discussões sobre a realidade infantil no país, visto que outras obras já retrataram as memórias do período pueril no contexto brasileiro na busca de constituir parte da história do país. Citamos como exemplo, o título *História das crianças no Brasil* (2013), organizado pela historiadora Mary Del Priore. Embora essa manifestação comunicativa não integre a literatura testemunhal, o livro procura traçar, por um viés histórico, as dificuldades e os problemas enfrentados pelas crianças do país no período compreendido entre o século XVI até os anos 2000.

Os textos constituintes de tal livro comportam temas diversos como *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*, *Os jesuítas*

e as crianças no Brasil quinhentista, Crianças escravas, crianças dos escravos, Meninas perdidas, entre outros. Todavia, o período ditatorial não está incluso nos temas abordados. A partir do exemplo da exclusão do período ditatorial nessa obra, ilustramos um resquício das práticas de silenciamento sobre esse tema, efetivadas no cenário sócio-histórico do país, as quais ainda perduram em muitos segmentos, a despeito do momento mais livre e dialogicizado que o cidadão brasileiro vivencia atualmente, principalmente no âmbito da comunicação social efetivada no meio virtual.

Contudo, esse silenciamento em torno do tema *ditadura* não deve ser avaliado como uma regra, pois localizamos outras produções que abordam o impacto que a ditadura causou para a vida das crianças no Brasil, assunto tratado pelo livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Citamos como exemplo o filme chamado *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006)¹⁶. Tal produção cinematográfica ficcional narra a história de um garoto de doze anos que precisou adaptar-se a outro contexto familiar depois que os seus pais fugiram, perseguidos pela ditadura militar no Brasil.

Mencionamos ainda, o documentário *15 filhos* (1996),¹⁷ diversas vezes mencionado na parte textual do livro sob análise, devido ao fato de que muitos dos participantes desse documentário testemunharam em ambas as produções. De maneira similar ao livro analisado na presente pesquisa, o referido documentário foi produzido sob o propósito de materializar as memórias de infância dos filhos de perseguidos políticos, assassinados ou sequestrados pela ditadura militar no Brasil, a partir de suas próprias vozes.

Não obstante as inúmeras outras produções que abordam o impacto causado pela ditadura no contexto brasileiro através de abordagens históricas ou ficcionais, a obra sob análise, assim como o documentário *15 filhos*, possui certo ineditismo. Esse ineditismo é justificado devido à abordagem testemunhal dessas manifestações comunicativas, a qual, entre outras características, atribui ao texto um valor de denúncia, além de possuir o poder de apresentar um episódio da história por intermédio

¹⁶ Filme brasileiro produzido no ano de 2009 sob a direção de Cão Hamburger.

¹⁷ Documentário brasileiro produzido no ano de 1996 sob a direção de Marta Nehring e Maria Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-Lwh9u7ojl&feature=player_embedded>. Acesso em: 15 maio 2015.

de pontos de vistas específicos, coletivos ou individuais, os quais produzem uma versão dos fatos que não poderia ser recuperada por outras pessoas que não os vivenciaram. Além de o testemunho sobre a ditadura na América Latina ser considerado um gênero, por isso objeto de discussões acadêmicas, a violência praticada pela ditadura contra crianças e adolescentes foi exposta ao público com a realização das investigações das comissões da verdade nacional e setoriais.

Nestes moldes, como um dos produtos oriundos de investigações vinculadas ao Governo Federal, cujos serviços são de natureza pública, a obra *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* não foi produzida com a finalidade de angariar quaisquer lucros financeiros. Destarte, não foi posta à venda e sim distribuída gratuitamente para familiares dos depoentes, para militantes engajados na defesa dos direitos humanos e para todos os presentes em sua cerimônia de lançamento na Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo, além de ter sido distribuída gratuitamente para qualquer outro cidadão que viesse a solicitar um exemplar, caso restassem cópias, segundo os organizadores vinculados à CVRP.

Ironicamente, a natureza pública da distribuição do livro impresso, que poderia ser avaliada positivamente devido a seu caráter democrático, representou uma limitação com relação ao seu alcance popular. Embora os documentos públicos governamentais não sigilosos sejam disponibilizados para consulta em órgãos públicos específicos, como o Arquivo Público dos Estados e o Arquivo Nacional, grande parte da população civil brasileira ainda desconhece documentos que circulam em outras vias que não as da grande mídia.

A despeito de sua tiragem restrita, o livro foi promovido na *fanpage* da CVRP da rede social *Facebook*¹⁸, ação que potencializou o seu alcance. Muitos internautas mostraram interesse na aquisição do livro e por este motivo os responsáveis pela página virtual mencionada forneceram um endereço de *email* para que os interessados solicitassem um exemplar, o qual seria enviado gratuitamente ao endereço informado pelo solicitante. Como não havia exemplares suficientes para atender a grande procura, o acesso do público ao título foi direcionado à sua versão digital, disposta integralmente

¹⁸ Disponível em: < <https://www.facebook.com/ComissaoDaVerdade.SP?fref=ts>>. Acesso em: 01 dez 2014.

na página virtual da CVRP¹⁹, local onde também estão disponíveis outras obras organizadas pela comissão, como o relatório de suas investigações, os perfis de mortos e desaparecidos durante a ditadura e outros arquivos relativos ao período.



FIGURA 1 - Postagem.
Fonte: Página da CVRP na rede social *Facebook*.²⁰

Reafirmamos que a presente pesquisa utilizou como material de análise o livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* em formato *Portable Document Format (PDF)* disponibilizado na página virtual da CVRP,²¹ o qual representa uma adaptação do livro impresso, cujo acesso é difícil.

Observando estudos contemporâneos a respeito da multimodalidade, vislumbramos que os textos têm adquirido formas variadas, em grande parte, devido às

¹⁹ Disponível em: < [https:// http://verdadeaberta.org/livros/](https://http://verdadeaberta.org/livros/)>. Acesso em: 01 dez 2014.

²⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComissaoDaVerdade.SP/?ref=ts&fref=ts>> Acesso em: 29 de nov. 2014.

²¹ Disponível em < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf> Acesso em: 04 de maio de 2016.

inovações tecnológicas. De acordo com Maingueneau (2015), essas transformações modificaram as modalidades tradicionais de exercício do discurso levando o analista a complexificar as representações que faz da atividade verbal, pois o estudo do discurso centrava-se, até então, na dualidade clássica: oralidade e escrita.

Assim, compreendemos que a integração da obra investigada no meio digital agregou novos sentidos a ela. O linguista esclarece que as novas tecnologias não são simples instrumentos a serviço da comunicação verbal, pois “modificam a materialidade do que se entende por “discurso”, com tudo o que isso implica em termos de relações sociais e de construção da subjetividade”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 170, *itálico do autor*).

1.3 Composição da obra

Como podemos observar em seus elementos pré-textuais, a temática do livro foi explicitada de antemão ao leitor pelas palavras escritas pelo deputado Adriano Diogo na Introdução: “Os depoimentos foram marcados por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, isolamento, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados”. (SÃO PAULO, 2014, p.11).

Essa temática foi exposta ao leitor por meio de quarenta e quatro testemunhos de filhos de militantes, vinte testemunhos de militantes e materiais documentais diversos reproduzidos em trezentas e dezesseis páginas. Os testemunhos escritos por militantes foram anexados ao final das memórias de cada grupo familiar. Salientamos que nem todo grupo familiar possui este elemento, pois muitos dos ex-militantes já faleceram.

As imagens reproduzidas no livro foram cedidas pelo Arquivo Público de São Paulo. Trata-se de documentos, reportagens, fotografias de infância relativas ao período, além de imagens de outras artes.

Com base na proposta de Araújo (2008), o qual disserta a respeito do universo do livro, consideramos que embora o livro de maneira geral tenha passado por muitas

inovações durante a sua história, o diagramador deve seguir uma determinada sequência na disposição de seus elementos. O autor divide tal sequência em três partes principais: a pré-textual, a textual e a pós-textual, além dos elementos extratextuais. Optamos por iniciar as nossas discussões partindo da parte externa para a parte interna do livro, a fim de construirmos uma ideia mais inteligível em relação à totalidade do objeto analisado, em consonância ao percurso de leitura tradicional.

O seccionamento proposto por Araújo (2008) possibilitou investigar de maneira mais criteriosa os elementos do livro, pois denota as características e funções de cada uma de suas partes constituintes. Contudo, consideramos a obra como uma totalidade discursiva e esse seccionamento foi empregado apenas como uma ferramenta investigativa que se mostrou produtiva para a exposição de suas particularidades.

1.3.1 Parte extratextual

De acordo com Araújo (2008), os elementos extratextuais constituem o revestimento do livro a partir do elemento nomeado como capa, o qual geralmente apresenta o formato brochura. Essa face inicial do livro pode ser constituída, em sua totalidade, por elementos variados, como: primeira, segunda, terceira e quarta capa; primeira e segunda orelha; sobrecapa e lombada. Na visão de Araújo (2008), a primeira capa representa o contato inicial com o leitor e através de seu tratamento, que pode ser enfático ou agressivo nos tipos e nas cores, almejam provocar certo impacto visual. Com relação às regras de *design* aplicáveis à primeira capa, segundo o autor, a única existente é que o seu estilo relacione ou reflita a matéria, bem como o estilo gráfico do livro.

Apresentamos na sequência a primeira capa e a contracapa do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, as quais além de embalá-lo, são responsáveis por apresentá-lo e identificá-lo:

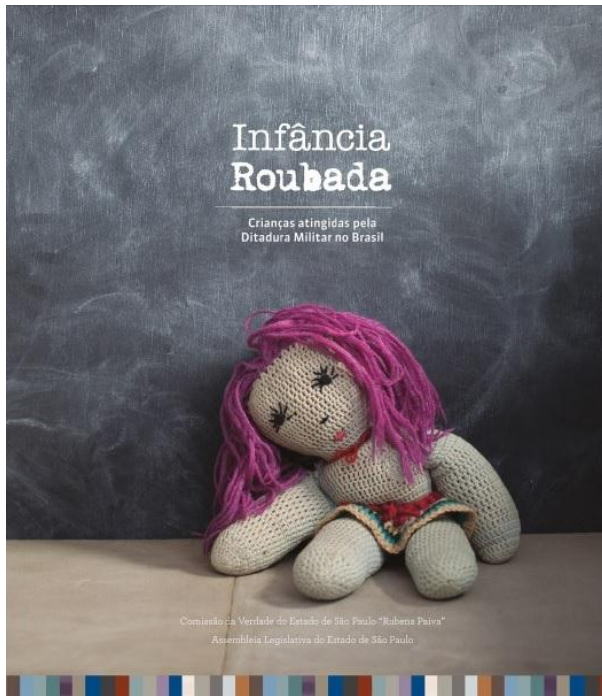


FIGURA 2 – Primeira Capa.
Fonte: São Paulo, 2014.

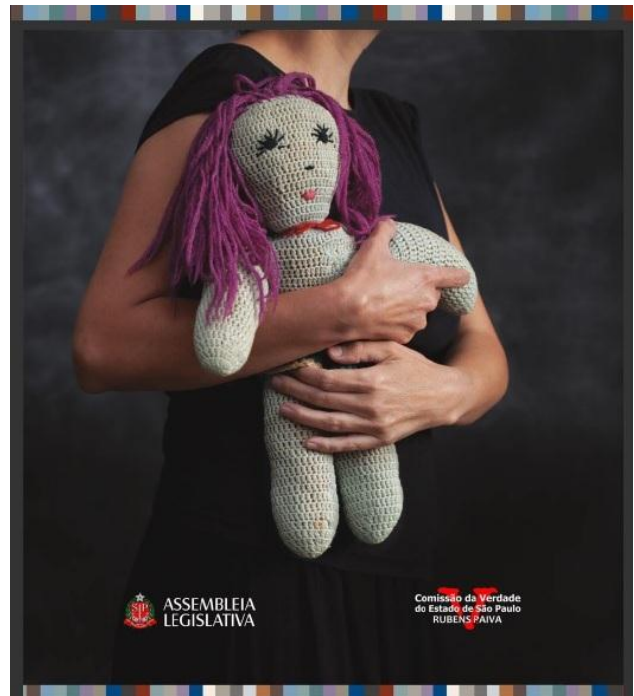


FIGURA 3 – Contracapa.
Fonte: São Paulo, 2014.

Como podemos observar pela figura 2, a primeira capa do livro reproduziu a imagem de uma boneca de crochê, a qual foi posicionada em frente a um fundo de cor escura com nuances esbranquiçadas, semelhante a um quadro negro borrado com giz ou a uma parede escura e desgastada. Nessa ilustração, o brinquedo, comumente associado ao uso infantil, encontra-se estirado sobre o chão com a cabeça e o corpo inclinados para a esquerda em sinal de abandono. Acima da imagem descrita foi localizado o título da obra: *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. E logo abaixo da imagem, em letras menores, os responsáveis pela obra foram apresentados ao leitor: *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" / Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*.

O tipo de material com que a boneca foi produzida, o crochê, é obtido através de uma técnica artesanal de costura que denota simplicidade e rusticidade na crença popular brasileira. Evidenciamos que uma das responsáveis pela edição de arte, diagramação e pesquisa iconográfica do livro, Camila Sipahi Pires, relacionou a arte da costura a uma de suas visitas à chamada "Torre das donzelas" no presídio Tiradentes: "Era tudo muito arrumado, as camas beliche cobertas com mantas feitas de retalhos,

coisa que atualmente, inclusive, tem a ver com a costura que eu faço hoje". (SÃO PAULO, 2014, p. 204).

A partir da relação com o trecho do testemunho citado, inferimos que a boneca feita de crochê simboliza uma lembrança relativa à ditadura. Tratando-se de um objeto singelo, pode simbolizar também a presença das crianças no presídio durante as visitas. Ademais, esse local pode ser considerado um ambiente hostil, simbolizado pela parede escura e desgastada onde a boneca foi apoiada na primeira capa (FIGURA 2). É recorrente nos testemunhos do livro a presença de descrições das visitas dos filhos de militantes aos locais onde os pais estiveram presos. Ilustramos como exemplo um trecho do testemunho de Rosa Maria Martinelli: "E eu me lembro que foi uma cena muito marcante nesse dia porque eu cheguei num lugar muito escuro, com paredes escuras". (SÃO PAULO, 2014, p.109). Assim, concluímos que a imagem reproduzida na primeira capa materializa uma representação das lembranças dos filhos de militantes sobre as suas visitas nos presídios.

Observando a cena retratada na contracapa do livro (FIGURA 3), consideramos que ela compõe uma sequência da primeira capa (FIGURA 2). Em tal sequência hipotética, a boneca que estava disposta no chão foi apanhada por uma mulher que a acolheu junto ao seu corpo. Assim, a boneca que estava abandonada na primeira capa foi resgatada e acolhida na contracapa. Considerados o percurso tradicional de leitura e a organização estrutural do livro, observamos que a concretização desse resgate proposto pela sequência coincide com o momento em que o leitor termina a leitura e provavelmente fecha o livro.

Na contracapa (FIGURA 3), a fotografia em plano detalhe enfatiza o gesto da mulher em segurar a boneca, que desta vez está na posição vertical. O posicionamento corporal da mulher ao segurar a boneca pode ser remetido à ideia de maternidade e de proteção. Acatada a proposta do livro de rememorar a infância dos filhos de militantes, constatamos que o gesto de acolhimento representa o resgate da infância, a qual é reconhecida socialmente como uma fase em que se deve, entre outras convenções sociais, brincar e receber o cuidado e a proteção dos pais. Abaixo da fotografia reproduzida na contracapa (FIGURA 3), foram dispostas as logomarcas da ALESP e da CVRP nas cores vermelha e branca.

Analisando os elementos extratextuais expostos nesse subitem, notamos uma tendência em retratar o universo feminino através da ideia de maternidade. Além de a boneca figurar como um objeto tradicionalmente associado ao universo infantil feminino, outras marcas, presentes em outras partes do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, realizaram essa associação.

Essas marcas podem ser localizadas nos textos introdutórios, os quais abordam questões de gênero, como a valorização do papel da mulher enquanto militante, a divisão sexista do trabalho e a violência sexual cometida contra as mulheres no contexto da ditadura, e podem ser localizadas também nos testemunhos, pois a temática geral do livro se concentra na exposição de memórias relativas à infância durante ditadura no Brasil, e por este motivo os assuntos abordados nos testemunhos remetem ao cenário do ambiente familiar.

O cenário desse ambiente familiar da década de 1970, período em que os fatos narrados ocorreram, mantinha predominantemente uma divisão sexista de trabalho, devido às ideias predominantes na sociedade da época. Assim, o papel de cuidar das crianças era associado à figura da mulher. Por esse motivo, aventamos que a representação da família no livro sob análise tende ao universo feminino através da ideia da maternidade, pois as crianças tinham um contato maior com as mães.

Sobre essa discussão sexista, consideramos o caráter fundamentalmente social e relacional da noção de gênero a partir de Guacira Lopes Louro (1997). De acordo com a autora, a característica social e relacional do conceito de gênero não deve levar a vislumbrá-lo com base na elaboração de papéis masculinos e femininos. Em suas palavras:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais (LOURO,1997, p.24).

Com base em Louro (1997), não pretendemos chegar a conclusões deterministas a respeito dos universos feminino e masculino. Todavia, reconhecemos

que a sociedade brasileira ainda constrói generalizações a respeito desses universos, inclusive se nos atentarmos aos padrões sexistas propostos para a fase infantil na literatura, segmento que focalizamos nessa pesquisa. Não obstante aos debates acerca do assunto, os quais têm mostrado novas e outras perspectivas a esse respeito, não devemos nos esquivar da historicidade concatenada às representações do livro.

1.3.2 Parte pré-textual

De acordo com Araújo (2008), a parte pré-textual do livro é a que mais se presta a ter variações, devido ao grande número de elementos dos quais ela pode ser composta. Assim, elementos como o nome do tradutor ou a ficha catalográfica, por exemplo, podem variar de posição. De maneira similar, determinados dados bibliográficos podem ser incluídos ou omitidos nessa parte. No livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, identificamos os seguintes elementos na parte pré-textual: falsa folha de rosto, ficha catalográfica, folha de rosto, prefácio, apresentação, introdução e sumário.

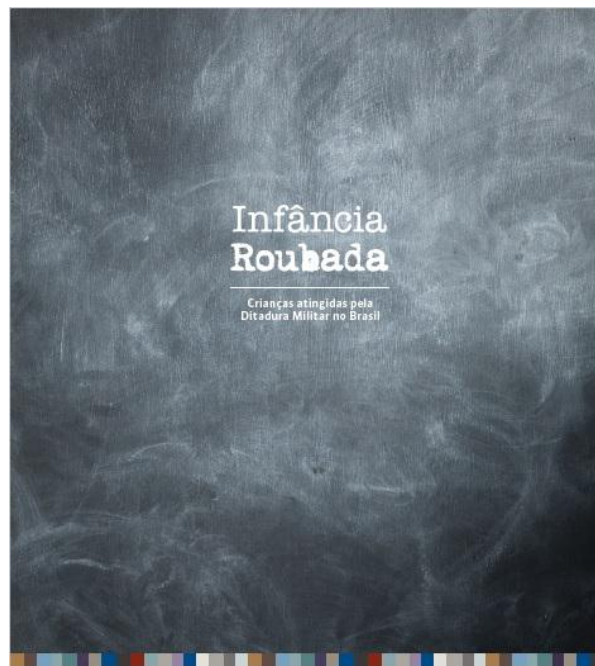


FIGURA 4 – Falsa folha de rosto.
Fonte: São Paulo, 2014.

A falsa folha de rosto, exposta na figura 4, foi o primeiro elemento identificado da parte interna do livro investigado, o qual estampou apenas o título principal da obra em cor branca sobre um fundo negro, similar ao fundo da primeira capa.

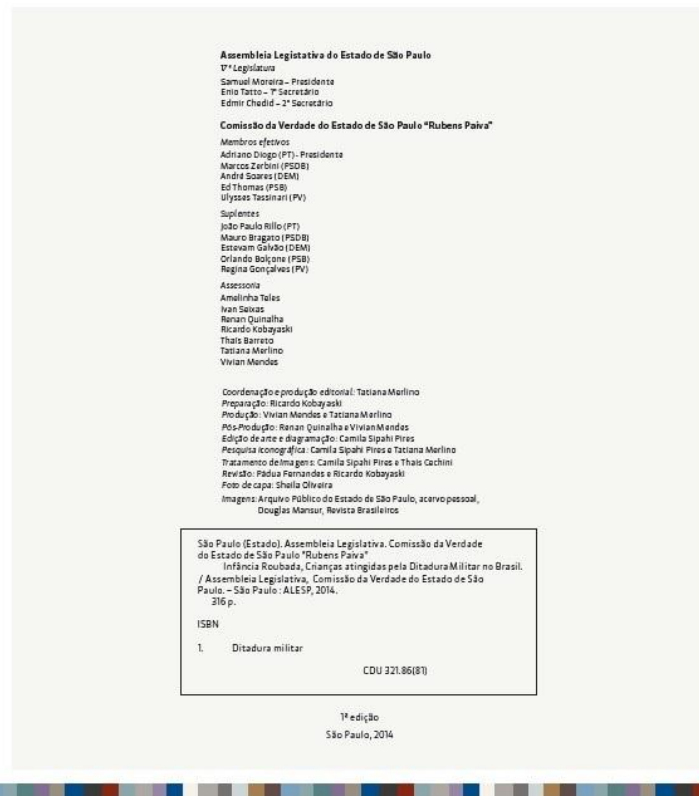


FIGURA 5 – Verso da folha de rosto e ficha catalográfica.
 Fonte: São Paulo, 2014.

No verso da falsa folha de rosto, foram dispostas as informações autorais da obra, bem como a sua ficha catalográfica. Os dados da ficha catalográfica atribuem a autoria do livro à ALESP, na figura da CVRP. Contudo, no miolo do livro, juntamente aos títulos dos testemunhos, os nomes dos testemunhantes foram indicados, juntamente aos seus textos. Todos os integrantes da ALESP, da CVRP e de sua Assessoria e da Coordenação e Produção Editorial do livro foram nomeados acima da ficha catalográfica. Ao lado do nome dos membros efetivos e suplentes da CVRP, foi informada também a filiação desses indivíduos, sendo os quais: *Partido dos Trabalhadores (PT)*, *Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*, *Democratas (DEM)*, *Partido Socialista Brasileiro (PSB)* e *Partido Verde (PV)*.

Infância Roubada

Crianças atingidas pela
Ditadura Militar no Brasil



FIGURA 6 – Folha de rosto.
Fonte: São Paulo, 2014.

Para Araújo (2008), a folha de rosto é o local onde se faz verdadeiramente a apresentação do livro. Este elemento pode trazer diversas informações, como o nome literário do autor, o título e subtítulo da obra, o nome do tradutor, compilador, editor literário, prefaciador ou ilustrador, o número do volume e da edição, a imprensa, a indicação de propriedade autoral ou editorial, a identificação da obra original, entre outras. Entretanto, a folha de rosto do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* reproduziu apenas o título da obra em plano preto e branco e as logomarcas da CVRP e da ALESP. Essa particularidade não prejudicou a identificação do livro, visto que as informações a esse respeito foram dispostas no verso da falsa folha de rosto.

O próximo elemento pré-textual disposto no livro, o Prefácio, o qual é definido por Araújo (2008, p.416) como "uma espécie de esclarecimento, justificção, comentário ou apresentação escrita pelo próprio autor ou por outra pessoa", foi assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado Samuel Moreira. Tal texto foi iniciado com uma justificativa para a realização da obra, tratando-

se, em seus dizeres, do “cumprimento de um compromisso da Democracia Brasileira”. (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Ao falar das privações impostas às crianças no período ditatorial, o deputado estampou um cenário familiar tradicional, o qual foi desmembrado devido à ausência dos pais. Samuel Moreira também qualificou o ponto de vista dos testemunhantes como um “olhar diferenciado sobre o período ditatorial”. (SÃO PAULO, 2014, p. 9). Em outro trecho do prefácio que também operou na tentativa de orientação da leitura, o conteúdo do livro foi qualificado como um liame para a construção de uma nova cultura balizada pelos direitos humanos:

O conhecimento sobre o passado é capaz de iluminar o presente e abrir caminho para um futuro em que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos por todos. O olhar daquelas crianças aponta na direção do fortalecimento do Estado de Direito Democrático e da construção de uma cultura de total respeito aos Direitos Humanos (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Ao finalizar o prefácio, o deputado Samuel Moreira explicitou a aspiração da obra em tornar-se uma fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre o período autoritário, reafirmando assim, não apenas as suas características, mas a sua credibilidade como fonte de conhecimento sobre o passado.

Complementando a função dos elementos pré-textuais de esclarecer, justificar, comentar e apresentar a obra, o próximo item do livro, intitulado Apresentação, foi escrito pelo deputado estadual Adriano Diogo, presidente da CVRP, o qual destacou o caráter inovador da obra por levar ao público histórias inéditas sobre o período autoritário: “Na ocasião, foram ouvidos cerca de 40 testemunhos de filhos de presos políticos, perseguidos e desaparecidos da ditadura. Hoje, adultos na faixa de 40, 50 anos, cujas histórias ainda não haviam sido contadas”. (SÃO PAULO, 2014, p. 11).

Assim como o deputado Samuel Moreira, Adriano Diogo abordou a privação do cuidado familiar imposta às crianças, filhos de militantes:

Eles foram sequestrados e escondidos em centros clandestinos de repressão política da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Afastados de seus pais e suas famílias ainda crianças, foram enquadrados como “elementos” subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país. Foram obrigados a morar com parentes distantes, a viver com nomes e sobrenomes falsos, impedidos de conviver, crescer e conhecer os nomes verdadeiros de seus pais. Foram, enfim, privados do cuidado paterno e materno no momento mais decisivo e de maior necessidade, que é justamente a infância (SÃO PAULO, 2014, p. 11).

Em sua argumentação, Adriano Diogo descreveu episódios de violência cometidos pela repressão contra as crianças e seus pais e citou a história de Carlos Alexandre Azevedo, filho de uma das depoentes da obra, o qual atentou contra a própria vida no ano de 2013. De acordo com o testemunho da mãe de Carlos, Darcy Andozia, o filho cometeu suicídio em decorrência de traumas relativos ao período ditatorial:

Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava. Acredito que ele lutou muito para poder conseguir se inserir nessa sociedade, mas não conseguiu (SÃO PAULO, 2014, p.302).

No decorrer do texto de apresentação, o deputado Adriano Diogo argumentou que a transição para a democracia segue inconclusa no Brasil, pois ainda existem histórias não contadas. Ancorado nesta hipótese, ele caracterizou a obra como o produto de uma necessidade de trazer à luz a violência cometida pela ditadura:

A obra nasce dessa necessidade que a Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” sente em colocar luz sobre a dimensão da violência cometida pela ditadura. Se o inventário de violações de direitos humanos que nos foi legado do regime de 1964 é extenso e profundo, fato é que esse capítulo das violências contra crianças e adolescentes é uma das faces mais perversas desse poder repressor. São crimes contra a humanidade que devem ser apurados com a devida punição dos responsáveis (SÃO PAULO, 2014, p. 11).

Por último, o deputado revelou a sua expectativa de que a obra contribua na busca pela verdade, memória e justiça no Brasil. Embora tenha sido marcada por um posicionamento mais acalorado, a apresentação escrita pelo deputado Adriano Diogo possui grande semelhança com o prefácio escrito pelo deputado Samuel Moreira. Ambos os textos destacam a forma como os depoimentos foram colhidos, as privações sofridas pelas crianças, o posicionamento e credibilidade da obra, e as expectativas e aspirações relacionadas à sua leitura.

Maria Amélia Teles, uma das idealizadoras da obra e integrante da assessoria da CVRP, assinou a Introdução do livro. Segundo Araújo (2008), a introdução não deve ser confundida com o prefácio, pois enquanto o último justifica ou apresenta o conteúdo da obra através de esclarecimentos prévios, o primeiro representa um discurso inicial no

qual a matéria correlata ou de preparação ao texto, que não caberia no curso sequencial da obra, é exposta.

Os assuntos abordados nos textos introdutórios por Amelinha Teles, como é conhecida, travaram discussões acerca da participação feminina na luta contra a ditadura e na política do país. Essas discussões apoiaram-se no princípio da igualdade entre os sexos, balizado pelo conceito de gênero²². A autora situou a obra em prol da construção da verdade e da justiça no país e discutiu sobre as relações de trabalho entre homens e mulheres no contexto familiar a partir de perspectivas históricas:

Ora as crianças dependem dos adultos para serem cuidadas, limpas, alimentadas e precisam de atenção, de amor e devem ser socialmente introduzidas junto a outras crianças e outros adultos para crescerem em afetividade, dignidade e cidadania. Essas atividades têm sido historicamente de responsabilidade das mulheres embora estas tenham convocado os homens para assumirem também essas tarefas, dividindo-as igualmente, tanto no âmbito doméstico como em relação aos cuidados (SÃO PAULO, 2014, p. 13).

Ao exaltar a participação da mulher em atividades políticas e na luta contra o regime ditatorial, Amelinha Teles caracterizou o Brasil como um país machista: “No Brasil ainda prevalece uma mentalidade de que política é coisa de homem”. (SÃO PAULO, 2014, p. 14). Nessa discussão sexista, a figura da então Presidente da República Dilma Rousseff foi acionada na contextualização do cenário político do país:

O Brasil tem partidos políticos sexistas que não oferecem condições mínimas para a participação das mulheres, embora tenhamos uma mulher de esquerda, militante na luta de resistência à ditadura, na Presidência da República, Dilma Rousseff (SÃO PAULO, 2014, p. 14).

Em seguida, a autora argumentou que a repressão da ditadura reforçou o moralismo e o preconceito machista para desmoralizar a participação feminina na luta. Assim como os deputados Adriano Diogo e Samuel Moreira, Amelinha Teles também caracterizou a democracia do Brasil como frágil e não consolidada. Defendeu ainda, que a participação das mulheres na luta contra a ditadura deve ser trazida a público para que se alcance a verdade. Em sua visão, o silêncio em torno da questão é permanente:

²² Na Apresentação Amelinha Teles demita a noção de gênero empregada em seus textos como “instrumento de análise da construção social e das relações entre sexos [...]”. (SÃO PAULO, 2014, p. 19).

O silêncio é permanente em torno da questão. As razões para o silêncio permanente que paira sobre o assunto são muitas: a profunda humilhação de ser uma mulher estuprada e ainda mãe de uma criança filha de um estupro cometido por torturadores. E a questão permanece interdita. Se ainda prevalece a ideia de que a palavra das mulheres não é crível nos dias de hoje, o que dizer naqueles anos de chumbo quando mulher era assunto proibido e considerado “subversivo” (SÃO PAULO, 2014, p.13).

A autora ressaltou ainda, a necessidade de reconhecer que a prática do estupro foi utilizada como forma de tortura pela repressão. Neste sentido, criticou tanto a falta de ações políticas no Brasil que ofereçam oportunidades para narrar publicamente crimes deste cunho, quanto à falta de políticas para repará-los. Em seus dizeres, “Registrar que houve o estupro como prática de tortura nos órgãos de repressão durante a ditadura militar é o começo para desvelar os horrores cometidos contra as mulheres durante a ditadura”. (SÃO PAULO, 2014, p. 15). Por meio de sua argumentação, observamos que na visão da autora as mulheres e as crianças ainda não tiveram as suas vivências inscritas na história política do país.

Sumário

Préface Samuel Moreira 9	Apresentação Adriano Diego 11	Introdução Amalinda Teles 13	Filho do Zorro Andre Almeida Cunha Arantes 22	Identidade, nome e o paradoxo da liberdade Priscila Almeida Cunha Arantes 26
A fidelidade interrompida da “menina ruim” Rita de Cássia Rascado 36	“Por que você é tão tristinha?” Marta Wehring 42	“Vivi intensamente o exílio...” Carlos Eduardo Rabin 50	“O exílio do meu pai foi a nossa despedida” Sandy Coqueiro 56	“Faria tudo igual a ele” Celia Coqueiro 62
Adotados pela Revolução Cubana Virgílio Gomes da Silva Filho 74	A inocência perdida Ángela Tábata Oliveira Lourenço 82	Infância resgatada Adilson Lourenço 86	Palavras presas Eustine Oliveira Lourenço 89	Condenado à morte Ariano Oliveira Lourenço 90
Dois pais, duas mães Nasandy Barret de Araújo 100	C novo arrimo de família Jame M. Sobrinho 104	Adolescência perdida Edson L. Martelli 107	Amor silenciado Rosa M. Martelli 109	“Que um dia ninguém mais pense assim” Dora A. Rodrigues Andrade 120
“Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade” Zuleide Aparecida do Nascimento 128	“Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso” Luiz Carlos Mar do Nascimento 134	“Los niños naoen para ser niños” Emerson C. Dias do Nascimento 138	A lua de Leta Leta Vieira de Sousa 152	O testemunho do que eu sei, li, vi... Marta Eliana Facchini Parra 160

FIGURA 7 – Sumário A.
Fonte: São Paulo, 2014.

“Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro” Ernesto José Carvalho 170	O ídolo que não tinha rosto Irisneu A. de Saizos 178	“A ditadura nos forçou a virar soldados” Irene A. de Sáez 182	Saudade é ser depois de ter Iara e Isabel Lobo 192
“Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos” Paula de Miranda Sipahi Pires 196	“O sequestro da minha memória” Camilla Sipahi Pires 200	“Ainda hoje não se dão conta do que significou...” Arlene Dantas 212	“Filho dessa raça não deve nascer” Paulo Fontales Filho 216
“Seu pai não era um ladro, era um herói” Gustavo Edmundo Meira 234	Crimes: ser filho de resistente André de Souza Cruz Leite 222	O bebê que a ditadura separou da mãe José Paulo De Luca Ramos 228	“Três gerações de militância” Cecília Capistrano Bacha 242
“Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?” Edson Teles 256	“Dói golear dos outros” Janaina Teles 260	“Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar” Clóvis Patti 248	A bebê sequestrada Carmen S. Nakasu de Sousa 278
“Ele lutou muito...” Carlos Alexandre Assavedo 300	Reconstruindo Gildo Teresa Moura Lacerda 284	“Não tem luto. São vazios” Igor Grubos Oliveira 292	“Gou a prova de que mesmo na guerra...” Liz Cecília da Silva Martins 304
			Lembranças Valter Fomaz 308

FIGURA 8 – Sumário B.
Fonte: São Paulo, 2014.

Nas palavras de Araújo (2008, p. 410), “o sumário constitui uma ordenação sistemática e não-alfabética da estrutura do livro”. Como podemos observar nas figuras 7 e 8, o sumário da obra *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no*

Brasil realizou uma categorização dos testemunhos do livro por meio de blocos coloridos. Cada bloco comporta os testemunhos de membros da mesma família, o que inferimos através dos sobrenomes e dos conteúdos expostos. Assim, os testemunhos concernentes a autores integrantes do mesmo grupo familiar foram posicionados em um bloco de mesma cor. Por intermédio de tal simetria, identificamos as memórias de trinta e duas famílias, a saber: *Arantes, Resende/Teixeira, Nehring, Ibrahin, Coqueiro, Silva, Lucena, Araújo, Martinelli, Mukudai, Nascimento, Sousa, Paiva, Carvalho, Seixas, Lobo, Pires, Dantas, Fonteles, Leite, Ramos, Mesut, Bacha, Petit, Teles, Grabois, Nakasu de Souza, Lacerda, Olímpio, Azevedo, Martins e Pomar.*

Esclarecemos que a partir da verificação da simetria supramencionada, optamos em muitos momentos dessa pesquisa, em referenciar determinados grupos de testemunhantes como "famílias". Outro motivo para optarmos pelo emprego deste vocábulo foi o fato de que esta nomeação também foi utilizada nas páginas dos elementos de apoio, os quais são compostos por fotografias de cunho familiar, de atos de militância, de manchetes de jornal, de documentos e de fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Vejamos algumas dessas referidas nomeações: *Álbum de família, Família de Virgílio, Família Martinelli.*

1.3.3 Parte textual

Como observamos anteriormente a partir de Araújo, a parte pré-textual pode apresentar grandes variações em sua disposição, devido a seu grande número de elementos. Por outro lado, nas palavras do autor supracitado, na parte textual o diagramador “estabelece uma padrão único e regular a ser obedecido em toda a extensão daquilo que se denomina corpo principal do texto”. (ARAÚJO, 2008, p. 416). O autor defende ainda, que a uniformidade do seccionamento orgânico da obra e o seu plano logicossistemático devem ser considerados no arranjo da parte textual. Supomos que deste cuidado resultou a subdivisão do texto do livro *Infância Roubada* em partes, seções e itens.

Na parte textual do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* identificamos os seguintes elementos: páginas capitulares, páginas subcapitulares, testemunhos, elementos de apoio (perfis dos militantes), iconografia e notas.



FIGURA 9 – Página capitular.
Fonte: São Paulo, 2014, p.21.

Segundo Araújo (2008), as páginas capitulares definem o início dos capítulos, os quais delimitam o seccionamento orgânico da obra. Consideramos que o livro *Infância Roubada* possui apenas um capítulo, o qual demarca o início da exposição dos testemunhos. O fato de os dizeres estampados na página capitular (FIGURA 9) exporem a forma de coleta do material constituinte da obra corrobora com a tentativa de formalizar como esse conteúdo deve ser tratado pelo leitor, ou seja, os dizeres procuram esclarecer que os testemunhos do livro estão ancorados no real: *44 testemunhos colhidos pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", no mês de maio de 2013, durante o "Seminário Verdade e Infância Roubada"*.



FIGURA 10 – Página subcapitular.
Fonte: São Paulo, 2014, p.36.

Dentro do capítulo único intitulado *Depoimentos*, observamos a existência de páginas cuja função é dividir os testemunhos de cada grupo familiar. Conforme verificamos através da figura 10, tais páginas não apresentam nenhum escrito, apenas a reprodução de uma fotografia de cada testemunhante/autor em idade infantil. Considerando a sua funcionalidade na obra, apreciamos tais páginas como subcapitulares. Observamos também que todas as páginas subcapitulares referentes ao mesmo grupo familiar possuem cor de fundo similar, diferindo um grupo do outro pelo mesmo critério empregado no sumário, como ora evidenciado.

Na sequência das páginas subcapitulares os testemunhos são iniciados. Verificamos que as temáticas abordadas no miolo do livro são numerosas e diversificadas, por este motivo, elencamos algumas das mais recorrentes. A título de

exemplificação, indicamos também os títulos dos testemunhos nos quais podemos observar as temáticas eleitas em nossa exposição.

No que se refere à prisão, o tema foi desenvolvido no livro a partir da descrição de episódios de violência relativos aos atos de prisão e pode ser encontrado nos testemunhos narrados pela “Família Lucena”: *Inocência Perdida*, *Infância Resgatada*, *Palavras presas* e *Condenado à morte*. Observamos também, recorrentes relatos sobre as visitas das crianças aos pais em presídios, como pode ser verificado no relato: “*Tive muita dificuldade com a expressão de meus sentimentos*”. A estadia das crianças em presídios ou órgãos de acolhimento também foi exposta nos relatos: *Filho do Zorro* e *Infância Resgatada*. No testemunho *Amor silenciado*, Rosa Maria Martinelli relatou o desconforto que sentia ao ser inteiramente revistada pelos guardas para que a sua entrada no presídio fosse permitida. Camila Sipahi Pires contou, igualmente, em “*O sequestro da minha memória*”, que durante as visitas os policiais ficavam com as armas apontadas para os visitantes. Por este motivo, ela sentia medo de ser assassinada. Em contrapartida, Camila Sipahi Pires ilustrou a felicidade que os presos sentiam durante as visitas. De outro modo, esta temática foi associada à tristeza sentida pelas crianças devido à ausência dos familiares presos, como podemos observar nos testemunhos “*Por que você é tão tristonha*” e *O bebê que a ditadura separou da mãe*.

Quanto ao tema *clandestinidade*, foi abordado no livro por meio de relatos sobre as dificuldades de manter uma identidade própria ou familiar, haja vista que desde cedo muitas crianças precisaram trocar os seus nomes ou silenciar o sobrenome dos familiares, o que gerou incômodos, principalmente nos contextos escolar e legal, como observamos nos testemunhos *Identidade, nome e o paradoxo da liberdade: Carta aos meus pais* e “*Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe*”, no qual Edson Luis de Almeida Teles fala em *semiclandestinidade*. No testemunho “*Não tem lutos. São vazios*”, Igor Grabois Olímpio também ilustrou as dificuldades legais decorrentes da clandestinidade, que atingiram vários militantes filiados ao partido político PCdoB. Contudo, alguns testemunhantes relataram que não perceberam com profundidade a condição de clandestinidade em que vivia sua família, a exemplo de Valter Pomar, no testemunho *Lembranças*.

Sobre as dificuldades de inserção social, observamos que muitos testemunhantes relataram que se sentiam diferentes em relação às outras crianças da época. Em muitos casos, chegaram a sofrer preconceito e violência no contexto escolar por esse motivo. A dificuldade de inserção social estende-se ainda à vida adulta, como podemos observar no testemunho de Darcy Andozia sobre o seu filho Carlos Alexandre de Azevedo, intitulado *“Ele lutou muito para conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”*. Também foram relatadas, nos testemunhos *“Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade”* e *“Los niños nacen para ser felices”*, dificuldades de inserção social geradas por mudanças para outros países, locais de exílio dos filhos de militantes. Este tema também foi associado a situações de isolamento e distanciamento da família, como podemos verificar no testemunho *Duas pátrias, duas mães*, no qual Ñasaindy Barret de Araújo contou que durante a adolescência ficava isolada e sentia-se como uma "extraterrestre".

Em relação à tortura, identificamos inúmeros relatos, como podemos observar nos testemunhos da *“Família Seixas”*: *O ídolo que não tinha rosto* e *“A ditadura nos forçou a virar soldados”*. Do mesmo modo, foram referenciados episódios de tortura contra mulheres grávidas, como é possível verificar no testemunho *“Filho dessa raça não deve nascer”*. Citamos também o relato de episódios de tortura presenciados por crianças, a exemplo do relato de Ernesto Carlos Dias do Nascimento no testemunho *“Los niños nacen para ser felices”*. Observamos ainda, relatos que denunciam a efetivação de ameaças aos filhos como forma de torturar psicologicamente os seus pais, como consta nos testemunhos *Crime: ser filho de resistente* e *A bebê sequestrada*. A prática da tortura foi amplamente criticada pelos testemunhantes. Jaime Martinelli Sobrinho, por exemplo, relacionou a tortura à falta de humanidade em *O novo arrimo de família*.

A temática *assassinatos* foi abordada, principalmente, a partir da descrição de episódios de violência. A tortura realizada pela ditadura foi representada como o fator principal dos assassinatos cometidos. Mesmo os filhos que não tinham certeza sobre a forma como ocorreu o assassinato dos pais, temiam pela intensidade do sofrimento pelo qual eles poderiam ter passado nas sessões de tortura. Vejamos algumas palavras de Ñasaindy Barret de Araújo a esse respeito em *Duas pátrias, duas mães*: "E tem a

forma como ela foi assassinada, todo esse cenário, isso tudo também, de alguma forma, faz a gente tocar nessa questão da violência. É muito forte". (SÃO PAULO, 2014, p. 101).

O tema *sequestros*, na maioria dos depoimentos, foi apresentado por meio da narrativa de casos de sequestros de militantes e de seus filhos por agentes da ditadura. Em muitos dos episódios narrados, o paradeiro dos militantes nunca foi esclarecido, fato que gerou uma demanda sentimental em relação aos restos mortais desses militantes desaparecidos, como observamos nos testemunhos *Saudade é ser depois de ter* e *“Não tem luto. São vazios”*. No que concerne às crianças, muitas foram separadas dos pais, que enfrentaram dificuldades para reavê-las, como retratado nos testemunhos *A bebê seqüestrada* e *“Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho”*.

Muitos dos testemunhantes relataram traumas enfrentados na fase infantil e na fase adulta, como podemos observar, respectivamente, nos testemunhos *A bebê seqüestrada* e *Crime: ser filho de resistente*. Também foi citada a existência de traumas físicos, como observamos no testemunho *“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”*.

Em muitos testemunhos, a questão identitária foi retratada com base em conflitos internos. Ñasaindy Barret de Araújo, por exemplo, falou sobre a dificuldade em cambiar a identidade que conquistou com a nova família e a identidade herdada dos pais, no testemunho *Duas pátrias, duas mães*. Ela revelou que há muitos anos faz terapia autodidata de autorreconhecimento e autoconhecimento. Ademais, este tema foi associado a situações de preconceito. Edson Lenin Martinelli narrou, em *Adolescência perdida*, que muitas vezes precisou esconder o seu sobrenome "Lenin", pois sofria preconceito no contexto escolar. Outro viés retratado na obra relacionou a identidade militante a construções de imagens positivas ou negativas. Em *A lua de Leta*, a testemunhante contou que muitas pessoas tendem a associar sua imagem à dos pais, gerando-lhe certo desconforto. Já em *“Que um dia ninguém mais pense assim”*, Dora Augusta Rodrigues Mukudai relatou um sentimento de invasão devido à circulação de informações sobre os pais na *mídia*: "Alguns sites falam do meu pai de uma maneira

muito pejorativa e triste. Isso magoa demais, porque eu sei que meu pai é guerreiro, é briguento, é bravo". (SÃO PAULO, 2014, p. 122).

O distanciamento dos laços familiares foi abordado na obra através de relatos sobre a dificuldade de adaptação a novos contextos familiares, como observamos no testemunho "*Dói gostar dos outros*", no qual de Janaina de Almeida Teles contou sobre sua estadia no DOI-CODI, onde ajudava a cuidar dos primos e sentia uma grande diferença cultural em relação à vida que levava com a família. De maneira similar, Ernesto José Carvalho afirmou em "*Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro*", que sentiu dificuldade na adaptação a seu novo lar após a prisão dos pais. Há relatos que retrataram ainda, as dificuldades na readaptação ao convívio familiar após a estadia na prisão, como verificamos no testemunho "*Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho*".

Apesar das inúmeras dificuldades relacionadas ao exílio, como a separação da família e a adaptação a uma nova língua e cultura, por exemplo, em diversos testemunhos em que figurou, a experiência do exílio foi avaliada positivamente pelos testemunhantes. Apontamos os testemunhos: *Infância Resgatada*, "*Los niños nacen para ser felices*", "*O exílio de meu pai foi a nossa despedida*" e "*Vivi intensamente o exílio, e a redemocratização do Brasil*". No entanto, na volta para o Brasil, muitos exilados tiveram problemas relativos à documentação, como foi retratado por Ñasaindy Barret de Araújo em "*Duas pátrias, duas mães*". O exílio também foi abordado no que tange à ausência e ao distanciamento dos laços familiares, como podemos observar nos testemunhos "*Duas pátrias, duas mães*" e "*Que um dia ninguém mais pense assim*", no qual Dora Augusta Rodrigues Mukudai contou sobre a dificuldade na obtenção de informações sobre os parentes brasileiros durante o exílio. Por essa causa, cada carta que chegava aos exilados era motivo de muita alegria ou de apreensão. A testemunhante relatou também sobre a necessidade de manter um certo distanciamento em relação à vida que levava em Cuba. Em suas palavras: "Os meus pais sempre deixaram claro para mim e para o meu irmão que aquele não era o nosso lugar e que a qualquer momento podíamos ir embora, que precisávamos voltar para o nosso país". (SÃO PAULO, 2014, p. 122).

O tema *suicídio* foi retratado nos testemunhos como uma forma de fuga dos traumas da ditadura e da prisão. Tal tema pode ser encontrado, respectivamente, nos testemunhos *“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”* e *“A ditadura nos forçou a virar soldados”*.

Muitos dos filhos de militantes relataram que durante a infância realizaram atividades geralmente atribuídas a pessoas adultas no contexto familiar, o que ocasionaria um amadurecimento precoce. Janaina de Almeida Teles contou que durante essa fase ajudava a cuidar dos primos e a preparar as refeições em *“Dói gostar dos outros”*. A testemunhante afirmou também que teve distúrbios hormonais na infância e que se prolongaram à fase adulta. No testemunho *O novo arrimo de família*, Jaime Martinelli Sobrinho contou que, após a prisão do pai, passou a ser o arrimo da sua família, controlando inclusive a situação financeira.

O amadurecimento precoce também foi associado a determinados comportamentos. Em *“Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?”*, Edson Luís de Almeida Teles revelou que aprendeu a mentir desde cedo em decorrência das imposições da ditadura. Irineu Akselrud de Seixas atribuiu o amadurecimento precoce às sensações de perda e medo que sentia, como podemos observar no testemunho *“A ditadura nos forçou a virar soldados”*. De maneira similar, Luis Carlos Max do Nascimento contou que desde crianças ele e os irmãos tinham noção do perigo e eram preparados por sua avó para passar por situações tensas, como observamos no testemunho *“Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso”*. Já Clóvis Petit relatou, em *“Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar”*, que aos doze anos já possuía uma consciência política que outras crianças da sua idade não tinham.

Quanto aos apagamentos de memória e esquecimentos, observamos que no testemunho *O ídolo que não tinha rosto*, Ieda Akselrud de Seixas contou sobre a dificuldade de seu filho Irineu para reconhecer a mãe que esteve presa por muito tempo e também para manter uma imagem do pai, morto pela repressão. Observamos ainda, nos testemunhos *O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei* e *Palavras presas*, relatos sobre o desejo de apagamento da memória traumática.

O tema *silenciamento* foi abordado em duas perspectivas diversas: (i) no testemunho *“O sequestro da minha memória”*, por exemplo, observamos um tipo de

silenciamento imposto pelo regime; (ii) no testemunho de *A lua de Leta*, o silenciamento relatado foi imposto pela sociedade, a partir da ideia de coerção social. Do mesmo modo, em *Amor silenciado*, Rosa Maria Martinelli contou que desde cedo foi ensinada a silenciar os assuntos sobre o pai militante, "Era sempre "xiiu, não pode falar". Eu perguntava, e falavam "psiu"". (SÃO PAULO, 2014, p. 109).

Muitos dos testemunhos retrataram a fraternidade existente entre as famílias dos militantes, como observamos em *A inocência perdida* e *A lua de Leta*, por exemplo. No testemunho *Duas pátrias, duas mães*, Ñasaindy Barret de Araújo contou que o processo histórico da ditadura a integrou à Família Lucena, "Hoje eu sou uma integrante da família e fico muito honrada". (SÃO PAULO, 2014, p. 101).

A questão relativa ao orgulho dos pais foi abordada por meio de relatos sobre a vontade de continuar a luta iniciada pelos pais. Um exemplo pode ser encontrado no testemunho "*Faria tudo igual à ele*". Devido a esse orgulho pela luta dos pais, no testemunho *Filho do Zorro*, André de Almeida Cunha Arantes comparou o pai a um herói ficcional. No testemunho *O novo arrimo de família*, Jaime Martinelli Sobrinho, ao revelar os questionamentos que fazia sobre a atuação militante do pai, verbalizou o orgulho que sentia em relação a ele no trecho seguinte: "Mas como ser humano, como alguém que o conheça, que conversa, vira fã do velho. Ele é uma pessoa rara que passou por altos cargos e não teve um tostão na vida". (SÃO PAULO, 2014, p. 105).

No testemunho "*Los niños nacen para ser felices*", a anistia foi duramente criticada como um processo que favoreceu os integrantes do regime militar. Por outro lado, a partir da reprodução da fala de Laura Petit, no testemunho de "*Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar*", observamos que o processo de anistia surgiu como uma forma de acalmar os desejos de vingança de Clóvis pela morte dos irmãos na Guerrilha do Araguaia: "E foi providencial estar surgindo o Comitê Brasileiro de Anistia, CBAs, os movimentos pela anistia. E toda essa raiva do Clóvis, essa revolta foi direcionada para a anistia, para o movimento político". (SÃO PAULO, 2014, p. 250). No entanto, Clovis Petit criticou a Lei da Anistia, afirmando muitos torturadores foram favorecidos por meio dela: "Então deturparam e pegaram carona na Lei da Anistia. [...] Na Lei da Anistia não tem um artigo sequer que fale sobre torturador, sobre quem cometeu crime de tortura, de lesa-humanidade". (SÃO PAULO, 2014, p. 251).

Outro aspecto abordado pelos testemunhantes foi o preconceito político-social: Ernesto Carlos Dias do Nascimento, por exemplo, falou no testemunho *“Los niños nacen para ser felices”*, sobre o preconceito político-social imposto pela mídia reacionária, que se estendia a todas as instituições e esferas sociais. O testemunhante contou que sofreu preconceito em redes sociais e em outros contextos por causa do seu nome e de sua história, chegando até mesmo a perder oportunidades de trabalho.

Observamos em muitos relatos que o preconceito político-social também ocorreu no ambiente escolar. No testemunho *“Que um dia ninguém mais pense assim”*, Dora Augusta Rodrigues Mukudai relatou que na volta para o Brasil, após o exílio, ela e o irmão tiveram dificuldades para ingressar em uma escola: "era tudo muito recente, as pessoas tinham medo de envolvimento com pessoas perigosas; e também porque o Ministério da Educação demorou para validar os estudos que fizemos em Cuba". (SÃO PAULO, 2014, p. 122). Em *“Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho”*, Lenira Machado contou que Aritanã Machado Dantas era conhecido no contexto escolar como filho de terrorista. Igualmente, Darcy Andozia afirmou no testemunho *“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”* que o filho, Carlos Alexandre de Azevedo, sofreu agressões físicas na escola.

Sobre envolvimento com o conflito armado, Ariston Oliveira Lucena relatou, no testemunho *Condenado à morte*, que sentia orgulho por ter "pegado" em armas e lutado contra a ditadura. O testemunhante contou também que participou de um treinamento de guerrilha por quatro meses no Vale.

No testemunho *O novo arrimo de família*, Jaime Martinelli Sobrinho falou sobre o rompimento do amor, devido à inversão de papéis que ocorreu em sua família após a prisão do pai. Em sua visão, o envolvimento do pai com a luta contra a ditadura representou, na época, pouco cuidado com a família. Observamos também, no testemunho *Adolescência perdida*, que este tema foi relacionado ao amor matrimonial e ao amor pela política. O testemunhante Edson Lenin Martinelli realizou um paralelo entre esses sentimentos ao contar que se apaixonou e se casou com uma única mulher e que o pai levantou a bandeira do PT e lutou por ela até a vitória de seu líder maior. Os traumas da ditadura também foram relacionados ao amor, a exemplo do testemunho

Amor silenciado, no qual Rosa Maria Martinelli contou que, quando criança, não conseguia verbalizar o amor que sentia pelo pai e ainda hoje sente dificuldades para expressar os seus sentimentos.



FIGURA 11 – Página álbum de família A. Fonte: São Paulo, 2014, p.39.



FIGURA 12 – Página álbum de família B. Fonte: São Paulo, 2014, p.40.

De acordo com Araújo (2008), os elementos de apoio constituem-se por quadros e tabelas ou por fórmulas, podendo ser elementos demonstrativos no primeiro caso e de fórmulas matemáticas ou químicas no segundo. De maneira geral, os elementos de apoio complementam as informações do conteúdo do livro. No livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, após os testemunhos dos grupos familiares, figuram páginas com fotografias de família, as quais demarcam o final dos testemunhos de um grupo familiar. Consideramos estes adendos como elementos de apoio, pois a função designada a eles é a de complementar os dizeres dos testemunhos, de maneira a comprovar suas proposições por meio de provas históricas (fotografias, documentos, entre outros).

PRISCILA ARANTES, formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, é pós-doutora em Arte Contemporânea pela Penn State University (EUA). É professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e diretora e curadora do Paço das Artes, Museu da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Entre suas publicações destaca-se *Arte @ Mídia: perspectivas da Estética Digital*, finalista do 48 prêmio Jabuti, *Arte: História, Crítica e Curadoria (org.)* e *Re/escrituras da Arte Contemporânea: História, Arquivo e Mídia (prelo)*.

FIGURA 13 – Perfil do testemunhante.
Fonte: São Paulo, 2014, p.29.

Para Araújo (2008), as notas são consideradas como aditamentos dos livros, podendo figurar tanto na parte textual, quanto na parte pós-textual. Observamos a presença de notas informativas figurando juntamente aos perfis dos testemunhantes no livro sob análise, a exemplo da figura 13. Evidenciamos que enquanto os perfis dos filhos de militantes foram apresentados de maneira sutil ao final dos testemunhos, com informações a respeito das titulações acadêmicas e formações profissionais dos autores, os perfis dos militantes foram dispostos em destaque, como elementos de apoio, juntamente às fotografias de família, carregando informações sobre suas atuações contra a ditadura militar, a exemplo da figura 12.

Para além, na parte textual do livro, identificamos um acervo iconográfico que faz referência à época em que os fatos narrados ocorreram, ou seja, à infância dos testemunhantes no período militar. Reproduzimos na sequência os tipos de imagens identificadas:

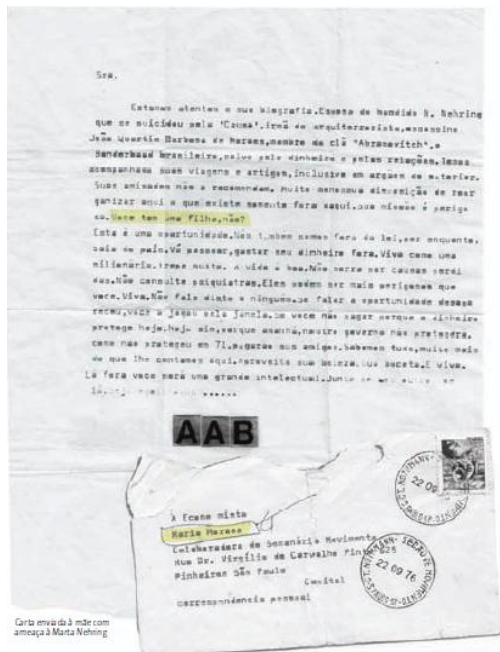


Andre aos 5 anos e Priscila aos 4 anos
no Parque do Ibirapuera em São Paulo, 1970

FIGURA 14 – Fotografia de infância.
Fonte: São Paulo, 2014, p.29.



FIGURA 15 – Fotografia de família.
Fonte: São Paulo, 2014, p.39.



Carta enviada à mãe com
ameaça à Maria Nehring

FIGURA 16 – Carta.
Fonte: São Paulo, 2014, p.45.

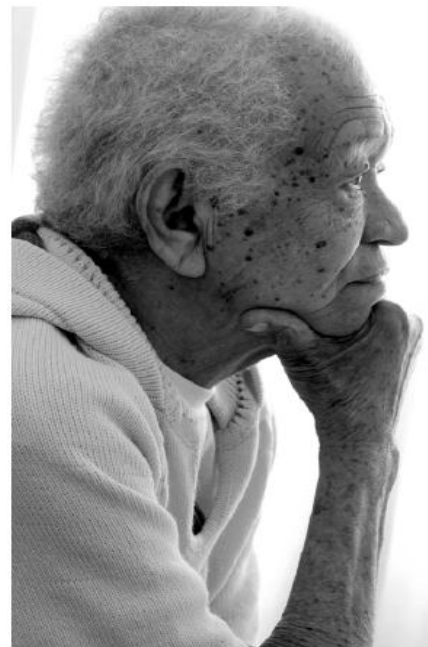


FIGURA 17 – Militante.
Fonte: São Paulo, 2014, p.98.



FIGURA18 – Artigos de jornais.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.40.



FIGURA 19 – Ficha de prisão.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.94.



FIGURA 20 – Atividades políticas.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.55.



FIGURA 21 – Documentos oficiais.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.52.



FIGURA 22 – Desenho infantil.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.199.



FIGURA 23 – Artes plásticas.
 Fonte: São Paulo, 2014, p.119.



FIGURA 24 – Cenas do documentário *15 filhos*.
Fonte: São Paulo, 2014, p.47.

Araújo (2008) postula que a iconografia se constitui de imagens de natureza vária que acompanham textos. De acordo com o autor, a finalidade da iconografia é ornar, complementar e elucidar os textos. Realçamos que essa visão privilegia a escrita diante de outras formas textuais. Nesse sentido, é importante reconsiderar a finalidade da iconografia no universo do livro: no caso específico da obra investigada, vislumbramos esse elemento como provas de que os fatos narrados realmente ocorreram, uma vez que a consideramos como um testemunho.

No livro sob análise o recurso iconográfico foi amplamente utilizado por meio de fotografias e gravuras acompanhadas por legendas. A maioria das fotografias utilizadas na composição do livro foi cedida pelo Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Contudo, no decorrer do livro observamos variações nesse sentido, como podemos observar pelas figuras 21 e 23, reproduzidas anteriormente.

Consideramos que o acervo iconográfico na obra sob análise figurou como uma estratégia relacionada à forma característica do gênero discursivo testemunho. Decerto as presenças imagéticas funcionaram como uma prova da veracidade dos dizeres dos testemunhantes, assunto sobre o qual trataremos com mais minúcia no capítulo seguinte.

1.3.4 Parte pós-textual

Segundo Araújo (2008), a parte pós-textual encontra-se entre a parte textual e o fim do livro e a sua função é complementar os seus escritos. Geralmente são disponibilizados na parte pós-textual elementos como o posfácio, o apêndice, o glossário, a bibliografia, o índice, o colofão e a errata. Contudo, na parte pós-textual do livro analisado, verificamos apenas a presença de um texto de agradecimento aos colaboradores e realizadores do *Seminário Verdade e Infância Roubada* e às idealizadoras do livro: Amelinha Teles, Crimeia Schmidt de Almeida e Dodora Arantes. Tal texto também realizou um agradecimento aos testemunhantes, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela cessão das imagens reproduzidas no livro, e a outros colaboradores em particular.

CAPÍTULO II - A OBRA COMO FATO DISCURSIVO

Ao dissertar a respeito da interação verbal, Bakhtin (2009) atesta a sua natureza social, pois evidencia que o traço contextual influencia diretamente a estrutura da enunciação. Decerto, a palavra dirigida na enunciação variará em função de determinados fatores sociais, como o grupo ao qual os interlocutores pertencem e a posição que ocupam na hierarquia social. No seio da relação interativa, a palavra figura como o produto da interação entre um locutor e um ouvinte, demarcando entre eles um território comum, cujo pertencimento é mútuo. “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”. (BAKHTIN, 2009, p.117).

Na visão do filósofo russo, toda enunciação é socialmente dirigida e determinada pelos participantes do ato de fala explícitos ou implícitos em uma situação precisa que cede forma à enunciação. O autor afirma que cada época possui um horizonte social bastante definido e estabelecido, determinante da criação ideológica dos grupos, como exemplo, cita o horizonte contemporâneo da literatura, ciência, moral e direito. Assim, a estrutura da enunciação é influenciada, tanto pela situação social mais imediata, quanto pelo meio social mais amplo. Nas palavras do filósofo: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”. (BAKHTIN, 2009, p.117).

Visando apreciar as condições concretas de realização da obra *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, investigamos os seus circuitos de comunicação mais imediatos e a sua existência história enquanto integrante da literatura contemporânea. Na visão de Bakhtin (2009, p. 128), “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta”.

Para concretizar tais investigações, apoiamo-nos nas noções de situação e contrato da Teoria Semiolinguística (TS) proposta por Patrick Charaudeau (2012a, 2012). Segundo o linguista, a Situação de comunicação “constitui o enquadre ao mesmo tempo *físico* e *mental* no qual se encontram os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma *identidade* (PSICOLÓGICA E SOCIAL) e ligados

por um *contrato de comunicação*". (CHARAUDEAU, 2012, p.68, itálico e caixa alta do autor).

Considerada a situação de comunicação como um ambiente físico e social em que as condições da realização do ato comunicativo se constituem, podemos vislumbrá-la como um espaço de troca entre interlocutores, no qual o sujeito falante ocupa o centro em relação a um interlocutor. Para Charaudeau (2012), esse espaço de troca é constituído por componentes específicos, relativos a características físicas dos parceiros e do canal de transmissão, da identidade dos parceiros, e do contrato.

Segundo Charaudeau (2012), esses parceiros podem estar presentes fisicamente ou não, ser únicos ou múltiplos e podem ainda estar próximos ou afastados uns dos outros. Já o canal de transmissão, pode ser oral ou gráfico, direto ou indireto, ou utilizar outro símbolo semiológico, como imagens, grafismos, sinais ou gestos. No que concernem às características identitárias, o linguista categoriza dados relativos a particularidades sociais, socioprofissionais, psicológicas e relacionais dos parceiros.

Sobre as características contratuais, Charaudeau (2012) diferencia o espaço comunicativo em troca e não troca, o que implica respectivamente em uma Situação de comunicação monologal ou dialogal. Quanto ao tipo do contrato estabelecido, cada qual integra determinados rituais de abordagem que implicam em restrições, obrigações ou condições de contato com o interlocutor. O autor evidencia ainda, os papéis comunicativos assumidos pelos interlocutores em decorrência do contrato estabelecido.

A noção de contrato defendida pelo linguista, parte do princípio de que os sujeitos que partilham um mesmo corpo de práticas sociais podem chegar a um consenso acerca das representações languageiras de tais práticas. Como um palco, compara o autor, a Situação de comunicação impõe restrições que norteiam as trocas comunicativas. Ao produzir um ato de linguagem, o emissor pode supor que o seu interlocutor ou leitor tem consciência das restrições da situação na qual se encontram. Charaudeau (2012a, p. 68) afirma que o "necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca languageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência".

Assim, empregamos a TS visando delinear o enquadre físico e social em que o livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* foi produzido. Neste sentido, identificamos duas situações distintas: a primeira analisada, nomeada Circuito de comunicação I, refere-se ao *Seminário Infância e Verdade* onde os testemunhos foram enunciados pela primeira vez; e a segunda, nomeada Circuito de comunicação II, refere-se à produção do livro.

Antes de iniciarmos as reflexões sobre os circuitos de comunicação I e II, verificamos os contratos estabelecidos no Prefácio e por meio do gênero discursivo empregado na obra. A antecipação na análise do contrato de comunicação foi necessária, pois o delineamento da situação de comunicação considera os dados do contrato. Não examinamos separadamente o contrato firmado no Seminário, pois o nosso objetivo maior centra-se na análise do livro, assim, os dados concernentes ao contrato estabelecido no Circuito de comunicação I foram analisados mais brevemente no decorrer do subitem 2.2.

Somente o Prefácio foi escolhido como amostra do contrato estabelecido por meio dos elementos pré-textuais por considerarmos a sua similaridade com a Apresentação, o outro elemento cuja função também é apresentar e orientar a leitura do livro. No tocante à discussão sobre o gênero discursivo, procuramos refletir a respeito de suas formas e seus usos sociais, principalmente, a partir do trabalho da acadêmica Margaret Randall (2002). Especificamente, os estudos de Randall delimitam as formas do chamado *testimonio em si e para si* de maneira bastante prescritiva, o que nos serviu como guia para a identificação de determinadas características genéricas do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Ademais, o trabalho concretizado por Dutilleux (2011), entre outras contribuições, nos apresenta uma perspectiva histórica dos testemunhos, pois compara importantes manifestações desse gênero na América Latina.

2.1 Os contratos de comunicação propostos na obra

Para balizar as nossas metas iniciais, reiteramos o conceito de contrato para Charaudeau (2012, p. 60, itálico do autor), o qual é denominado como “o ritual sociolinguageiro do qual depende o *Implícito codificado* [...] ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e interpretação (*Circunstâncias de Discurso*) do ato de linguagem”.

Na discussão sobre o contrato de comunicação proposto a partir do livro, examinamos o Prefácio e a forma genérica do livro, pois consideramos que tais elementos podem delimitar possíveis interpretativos entre os parceiros da troca. Primeiramente, demos enfoque ao plano discursivo do Prefácio, no que concerne às propostas efetivadas pelo sujeito locutor em prol da delimitação de parâmetros de leitura a serem seguidos pelos sujeitos leitores. Assim, privilegiamos o ponto vista enunciativo, ou seja, o comportamento do locutor. Em uma situação monologal escrita, a qual repousa no objetivo de apresentar e direcionar a interpretação do livro, o locutor age na encenação em prol desse objetivo, delimitando, explicando, definindo, entre outras ações. Todavia, consideramos a partir de Jacqueline Authier-Revuz (2004), que não há mensagem pronta, pré-definida de um locutor a um receptor. Pelo contrário, a mensagem é construída no processo dialógico de sua constituição entre os interlocutores.

Para a autora supracitada, o receptor não é o "alvo" exterior de um discurso, assim o alcance de sua produção incorpora-se ao processo de produção do discurso. Em seus dizeres: “[...] o modelo do locutor fonte única de um discurso dominado: podemos dizer que, de solista, ele se tornou maestro; ou melhor, de flautista, ele se tornou organista, controlando suas melodias e seus registros”. (AUTHIER-REVUZ, p.71, 2004). Deste modo, propomos a observação do comportamento enunciativo no Prefácio, considerando-o como uma aposta para a construção de sentidos que pode ser concretizada ou não.

Na análise das relações entre o contrato proposto pelo livro e o gênero da obra, partimos da ideia de que a escolha do gênero discursivo dialoga com o conteúdo da

mensagem que o locutor deseja emitir ao destinatário. Na visão de Bakhtin (2011), a vontade discursiva do falante realiza-se de antemão na escolha do gênero discursivo empregado.

Consideramos que as características próprias do gênero discursivo influenciam nos possíveis interpretativos construídos pelo leitor. O gênero testemunho, por exemplo, no caso específico do material analisado, possui uma função social específica: dar voz a grupos sociais oprimidos, que registram e tornam público o que viveram. Logo, baseia-se na experiência do vivido e possui comprovada ancoragem com o real, a exemplo do material documental que geralmente o compõe. Assim, consideramos que na medida em que o sujeito opta por determinado gênero, ele delimita parâmetros da mensagem que deseja compartilhar, ação que pode ser associada à noção de contrato de comunicação.

2.1.1 O contrato de comunicação proposto a partir dos elementos pré-textuais

Como delineado anteriormente na composição da obra, o Prefácio foi assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado Samuel Moreira. Nesse texto, o enunciador procurou antecipar o conteúdo ao qual o leitor terá acesso no miolo do livro. Destarte, ele direcionou possíveis interpretativos em relação a este conteúdo, os quais poderão ser acatados pelo coenunciador ou não. Nas palavras de Charaudeau (2012, p.56), "o ato de linguagem, do ponto de vista da produção, pode ser considerado como uma expedição e uma aventura".

Observamos que o Prefácio foi construído para tentar orientar o leitor em relação aos seguintes critérios:

- (i) função social do livro;
- (ii) representação da democracia no Brasil;
- (iii) aspiração do livro;
- (iv) identificação dos testemunhantes;
- (v) generalização da infância vivida pelos testemunhantes;

- (vi) credibilidade do livro;
- (vii) valoração da intervenção da CVRP no cenário social.

Ao ilustrar a função social do livro, o texto a explicita como o cumprimento de um compromisso da democracia brasileira. Revisitando a motivação para a concretização do livro, deparamo-nos com a determinação legal para a efetivação das investigações das comissões da verdade nacional, regionais e setoriais. Citamos como exemplo a promulgação da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a CNV no âmbito da Casa Civil da Presidência da República para investigar as ações da ditadura militar no Brasil, efetivando o direito à memória e à verdade histórica ao povo brasileiro, e também da Resolução ALESP Nº 879, de 10 de Fevereiro de 2012, que criou Comissão da Verdade do Estado de São Paulo para colaborar com os trabalhos da CNV. Assim, a função social proposta pelo locutor baseia-se na legalidade, estando inscrita na esfera política de atividades.

O fato de representar a realização da obra como "o cumprimento de um compromisso da Democracia Brasileira" dialoga com a demanda histórica causada pelo silenciamento de episódios de violência cometidos pela ditadura. Desta forma, levar tais episódios ao cenário social por meio de uma investigação, seria uma forma de sanar a responsabilidade do Estado em relação ao princípio democrático de defesa às minorias que poderia ter sido postergado até o momento. Observamos que sob esse objetivo, o locutor atua revelando pontos de vista externos ao livro, demonstrando assertivamente ao coenunciador como o mundo se impõe.

De acordo com o Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil (2012), o país constitui-se como Estado Democrático de Direito, fundamentado pela soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político. Já o conceito de democracia é definido por Evanildo Bechara (2011, p.485) como "1. Governo exercido pelo povo. 2. Regime político baseado nos poderes governamental e legislativo selecionados por voto popular". No trecho a seguir, observamos a representação da Democracia Brasileira defendida no Prefácio: "A construção da Democracia Brasileira é um processo permanente e vivo,

que precisa ser continuamente semeado. Para que as liberdades duramente conquistadas sejam apropriadas por toda a população". (SÃO PAULO, 2014, p. 09).

Primeiramente, a democracia foi representada pelo locutor como um processo contínuo que precisa ser incentivado. Em seguida, foi retratada como inconclusa no país, por não ser própria de toda a população. A partir desses dizeres do locutor, concluímos que ele atua assertivamente mostrando ao leitor como o mundo se impõe e a partir desta estratégia exalta o trabalho da CVRP, a qual figura como um "órgão semeador da democracia", por promover a produção do livro. (SÃO PAULO, 2014, p. 09).

Se o Estado de Direito Democrático é fundamentado na soberania da população, e o próprio Estado precisa atuar alimentando essa democracia, a qual é inconclusa no país, há uma dissociação de valores entre um e outro. Observamos que o locutor propõe a democracia no país enquanto falha a partir dessa relação. Realizando um paralelo entre as figuras do Estado e do cidadão comum no texto, observamos que a intervenção estatal é posicionada de forma suprema em relação ao bem estar do cidadão, pois o segundo depende diretamente de sua atuação para apropriar-se de direitos, os quais deveriam ser naturais a ele dentro do Estado de Direito Democrático.

Ao apresentar a aspiração da obra, o enunciador a representa como uma nova fonte de conhecimento sobre o passado, reiterando o seu caráter inovador e o espaço construído através dela para que pontos de vista outros sobre a ditadura sejam reconhecidos socialmente por diversos públicos, como podemos observar no trecho seguinte:

Este livro tem exatamente esta aspiração: oferecer uma nova fonte de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre o período autoritário. Com este trabalho, o Poder Legislativo Paulista espera contribuir para aprofundar a compreensão tanto do cidadão comum, como da sociedade civil, governos, instituições, organizações sociais, academia, historiadores e estudiosos em geral (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Percebemos que o público alvo focalizado pela produção é bastante extenso de acordo com a proposta do texto, englobando tanto indivíduos leigos sobre o assunto, quanto indivíduos que discutem a temática academicamente.

Observamos no excerto supracitado que, ao direcionar a obra, o enunciador atua na encenação discursiva demonstrando o seu ponto de vista. Tal hipótese repousa nas

marcas textuais e na maneira como ele organiza o seu dizer. Aparentemente, ele atua realizando uma declaração que desvende uma possível "verdade". Assim, quando emprega o recurso gráfico dois pontos, destaca a sua voz ao proclamar um juízo de valor sobre o livro. Sua atitude, ao proclamar uma "verdade", pode ser ancorada em sua função social de presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a qual lhe atribui legitimidade.

De outra forma, quando o enunciador emprega o elemento lexical "exatamente" demonstra convicção em relação à informação proclamada. Deste modo, procura eliminar possíveis dúvidas do coenunciador em relação à aspiração da obra: "Este livro tem exatamente esta aspiração: [...]". (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

A identificação dos testemunhantes no Prefácio é concretizada a partir de uma generalização. Vislumbramos que eles foram referidos no seguinte trecho: "[...] uma geração pouco conhecida, formada por crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos durante o período autoritário, de 1964 a 1985". (SÃO PAULO, 2014, p.9). Esta forma de identificação sugere ao leitor as posições subjetivas a serem consideradas.

Embora os testemunhantes se encontrem na fase adulta no momento da enunciação dos relatos, os sujeitos responsáveis pelos dizeres do livro seriam crianças e adolescentes filhos de ex-militantes. O enunciador poderia, por exemplo, identificar os testemunhantes como adultos/pessoas/cidadãos que vivenciaram a ditadura na infância. Observamos que a posição temporal em que os fatos ocorreram é ignorada, pois os testemunhantes foram retratados como sendo as próprias "crianças e adolescentes". (SÃO PAULO, 2014, p.9). Para além, na análise dos testemunhos no Capítulo III dessa pesquisa, observamos que essa proposta de identificação dos sujeitos responsáveis pelos relatos não se concretiza em todos os casos analisados.

Na visão de Maingueneau (2013), na medida em que um referente é apresentado através de uma descrição definida pode designar um grupo a partir de um valor generalizante. Assim, o locutor obriga o coenunciador a escolher um indivíduo, no sentido de ser singular, ou um conjunto de indivíduos caracterizado por intermédio de uma ou de várias propriedades. Nesse caso, ao designar os testemunhantes como "crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos durante o

período autoritário, de 1964 a 1985", o enunciador implica o coenunciador a servir-se das propriedades de ser criança e ou adolescente no período definido, excluindo assim, outros candidatos. (SÃO PAULO, 2014, p.9).

De modo similar, quando descreve a infância dos testemunhantes, o enunciador também atua generalizando-a, como podemos observar no trecho seguinte:

Cresceram à sombra do medo, angustiados pela incerteza e expectativa de reaparecimento do pai ou da mãe ou de ambos. Viveram dias, meses, e depois, anos à espera deles. Privados de brincar com os pais, passear, ter um almoço em família ou receber ajuda numa lição. Muitos tiveram a vida consumida por esta dúvida, sem que afinal tivessem direito sequer a um esclarecimento oficial sobre o destino de seus pais, um processo que deixaria marcas indelévels (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Ao realizar tal descrição, enfatizamos a sua escolha de narrativizar os fatos ocorridos. O locutor apresenta tais informações ao leitor sem implicar o seu ponto de vista, apenas relatando como a infância dos testemunhantes ocorreu. Consideramos que os locutores de origem são os próprios testemunhantes, os quais poderão confirmar, no miolo do livro, o discurso relatado pelo locutor do Prefácio. Tal estratégia pode ser relacionada à visada de captação²³, assim, a descrição dramatizada da infância dos filhos de militantes pode ser considerada uma forma de mobilizar a afetividade do público leitor.

A credibilidade da obra apoiou-se em elementos diversos, como a presença de material documental comprobatório, a balizagem legal sob a qual as investigações foram realizadas, e a imagem infantil construída para os sujeitos enunciadore verbo-visualmente. Todavia, especificamente no Prefácio, o locutor explorou justamente a construção de uma imagem infantil para os sujeitos enunciadore, como podemos observar no trecho a seguir: "O livro traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no Brasil. É o olhar das crianças que tiveram sua Infância Roubada". (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Através dos dizeres reproduzidos acima, percebemos que o enunciador valorizou a experiência do vivido das "crianças", ou seja, elas foram testemunhas oculares dos

²³ "Toda visada de captação está orientada para o parceiro da troca, um parceiro que se supõe não natural (é necessário instituí-lo como destinatário de uma mensagem), não passivo (ele possui próprias faculdades de interpretação) e não ter sido conquistado antecipadamente pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado (é necessário persuadi-lo, seduzi-lo)". (CHARAUDEAU, 2012a, p.91).

fatos e por este motivo possuem conhecimento para contar sobre o assunto. Evidenciamos ainda, que de acordo com a crença popular, as crianças, de maneira geral, são indivíduos inocentes que não possuem o costume de mentir. Ao finalizar o texto, o enunciador valorizou mais uma vez o olhar das "crianças", como podemos observar:

O conhecimento sobre o passado é capaz de iluminar o presente e abrir caminho para um futuro em que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos por todos. O olhar daquelas crianças aponta na direção do fortalecimento do Estado de Direito Democrático e da construção de uma cultura de total respeito aos Direitos Humanos (SÃO PAULO, 2014, p. 9).

Percebemos que os dizeres do enunciador centralizam em uma fonte específica o posicionamento defendido pelo livro, o qual levaria ao caminho para o fortalecimento do Estado de Direito Democrático e da construção de uma cultura que respeite os Direitos Humanos. Esse posicionamento seria obtido a partir do “olhar daquelas crianças”. (SÃO PAULO, 2014, p.9). Contudo, evidenciamos que o posicionamento do livro foi composto por um coro de vozes heterogêneas, o olhar dessas "crianças" foram dispostos na obra ao lado de diversos outros, a exemplo dos organizadores e responsáveis pelo livro, dos próprios militantes e de diversos outros representados em seus dizeres dialogicamente. Assim, o enunciador forja uma certa pureza no olhar dessas crianças, sem considerar que as suas próprias palavras presentes no Prefácio também representam um ponto de vista específico.

Ademais, a visão dos filhos de militantes não possui a função legitimada de sinalizar o fortalecimento do Estado de Direito Democrático ou a construção de uma cultura, este seria o seu empreendimento discursivo. O que apontaria para os sentidos propostos pelo enunciador seria a própria participação das minorias no processo democrático de maneira igualitária. Deste modo, o locutor se apropriou da função discursiva do testemunho em si para exaltar o posicionamento defendido pelo livro. Fato que caracterizaria uma investida hegemônica por parte do locutor, pois ele apresenta o texto como uma verdade incontestável.

Adiante, o enunciador continuou o seu trabalho de orientação do coenunciador, desta vez, explicitando a forma como o conteúdo o livro foi construído:

Os depoimentos foram colhidos pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, num trabalho marcado por desafios incomuns. A começar pela sensibilização dos depoentes a falar, em sessões públicas, de momentos dolorosos, que muitos preferiam esquecer. Deixá-los à vontade para “abrir o baú de lembranças” foi, com toda certeza, um exercício de sensibilidade e paciência, importante não só pelo respeito a eles devido por todos, mas também para que os depoimentos pudessem ser compartilhados com outras pessoas e gerações (SÃO PAULO, 2014, p. 9, sublinhado nosso).

Observamos que o texto foi ancorado em um fato do mundo para caracterizar a forma como o conteúdo do livro foi construído. Quando o locutor conta como os depoimentos do livro foram colhidos, traz à cena o *Seminário Infância e Verdade* (Circuito de comunicação I), onde os testemunhantes relataram as suas memórias pela primeira vez de maneira pública. Observamos ainda, pelo trecho em destaque, que a atuação da CVRP foi enaltecida pelo locutor, uma vez que as suas ações apoiaram os testemunhantes e contribuíram com a criação de conhecimento para gerações vindouras.

Por fim, evidenciamos a atitude do enunciador ao construir o Prefácio apoiado, principalmente, em uma visão objetiva do mundo. Desta maneira, ele procurou apagar o seu ponto de vista na maior parte do texto, demonstrando-o apenas ao proclamar a aspiração da obra e a legitimidade dos testemunhantes/autores, atitude possível de acordo com os dados do contrato, ou seja, graças à sua função social de presidente da ALESP e responsável por apresentar a obra ao leitor.

As escolhas do enunciador, ao generalizar o conteúdo do texto através de descrições assertivas, procuraram orientar a leitura do livro por caminhos bastante cerceados, primando por apagar outros sentidos, outros discursos e outros da interlocução, deixando à vista apenas o posicionamento dos testemunhantes/autores. O discurso do livro foi representado pelo locutor como o discurso da “verdade”, baseado em indivíduos os quais seriam os seus detentores. Por esse motivo, a participação do coenunciador leitor não foi acionada diretamente pelo texto.

Decerto, a temática dos testemunhos centra-se no convívio familiar dos militantes e na violência que sofreram, a partir de seus pontos de vista. Observamos que a violência sofrida pelas “crianças” foi associada à ausência dos pais, já a ausência dos pais foi atribuída à ditadura. Assim, o sofrimento causado às “crianças” recaiu sobre da figura a ditadura de maneira indireta, impondo-lhe uma conotação negativa.

2.1.2 As relações entre o contrato de comunicação e o gênero discursivo

Segundo Bakhtin os tipos estáveis de enunciados produzidos pelas diferentes esferas sociais da comunicação humana possuem riqueza e diversidade infinitas, pois as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e multiformes, “e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se complexifica um determinado campo”. (BAKHTIN, 2011 p.262). O autor salienta a grande heterogeneidade dos gêneros do discurso, de maneira que não seria possível estabelecer um plano único para o seu estudo.

Maingueneau defende que o gênero discursivo é uma atividade comunicacional autônoma. Todavia, quando um gênero de discurso é inserido em outro superior, ele perde essa autonomia e entra em relação de complementaridade com outros, tornando-se um gênero textual. Para ele, "Enquanto um "gênero do discurso" é uma atividade comunicacional autônoma, um gênero textual é um componente de um gênero de discurso". (MAINGUENEAU, 2015, p.74, aspas do autor). Nesse mote, vislumbramos o desdobramento discursivo e textual dos testemunhos dos militantes, os quais perdem sua autonomia ao serem integrados no livro como um todo.

Inferimos que a atividade comunicacional concernente à produção do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, permite que o consideremos como um *testimonio* latinoamericano, pois ela representa uma autorização para que uma minoria exponha a sua versão a respeito de situações de abusos vivenciadas no passado, ou ainda sobre situações de subversão desses grupos frente a esses abusos. Essa suposta autorização para falar estaria ancorada na legalidade e balizada no valor da experiência do vivido.

Embora outras manifestações desse cunho não tenham se baseado explicitamente na legalidade, como veremos adiante, o livro sob análise na presente pesquisa foi produzido a partir da instituição da resolução ALESP n° 879, de 10/02/2012, que criou a CVRP para colaborar com a CNV, e da resolução ALESP n° 885, de 27/04/2012, que criou os cargos relativos a essa comissão. Assim, o livro seria um fruto da esfera de atividade política por ter sido concretizado por meio das ações de um órgão governamental e em virtude de seu objetivo de explicitar o passado

vivenciado pelos depoentes ao restante da população, sem a pretensão de levar os acusados ao tribunal propriamente dito.

Aventamos que as investigações efetivadas pelas comissões da verdade no país, poderiam ser consideradas como um ato político, pois representam um acerto de contas com o passado, além de um aviso às gerações futuras sobre as possíveis consequências da instauração de regimes autoritários.

De acordo com Dutilleux (2011), os debates acerca da literatura testemunhal enquanto um gênero específico encontraram o seu apogeu na América Latina, a partir da narrativa *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (1982-83) de Elizabeth Burgos, livro vencedor do prêmio da revista *Casa de Las Américas* na categoria estreada, *testimonio* latinoamericano. Para o pesquisador, o *testimonio* enquanto gênero encontrou sua legitimação justamente a partir dessa premiação. Em suas palavras: “É óbvio que a Casa não “criou” um gênero, como podemos ler em apresentação não assinada, mas ela o legitimou e lhe deu um novo marco de referência”. (DUTILLEUX, 2011, p.45). Todavia, apesar dessa suposta legitimidade, as discussões em torno do assunto ainda são controversas, para o autor, não existe um gênero testemunhal em si, mas diversos dispositivos que possibilitam identificar o caráter testemunhal em narrativas.

A partir de bases foucaultianas, Dutilleux (2011) comparou três obras em sua pesquisa sobre as passagens de testemunhos na América Latina. Observamos a partir de seu trabalho que a biografia de Rigoberta Menchú foi produzida por meio da técnica da entrevista. Na ocasião, a testemunhante verbalizou as suas memórias para dois intelectuais, os quais foram responsáveis por transcrevê-las e publicá-las. De modo diverso, o livro *Pasajes de una guerra revolucionária* (1963) foi editado a partir de uma série de artigos de autoria de Ernesto Che Guevara. E o terceiro título comparado pelo autor, *Nunca más, o relatório da Conadep* (1984), foi produzido por meio de uma investigação, realizada pela *Comisión Nacional de las Personas Desaparecidas* (CONADEP), a qual ouviu mais de trinta mil testemunhos de parentes de desaparecidos e sobreviventes da ditadura argentina. Segundo o autor, as investigações realizadas pela CONADEP na Argentina serviram como modelo para os trabalhos empreendidos por outros países da América Latina, inclusive para o Brasil.

Verificamos que as três obras enfocadas por Dutilleux (2011) apresentam consideráveis diferenças entre si, fato que aponta para o caráter novo e diversificado do gênero testemunho. Por outro lado, notamos a similaridade da natureza das investigações realizadas pela CONADEP na Argentina com as investigações realizadas pela CVRP no Brasil, as quais produziram, entre outros documentos, o livro analisado nessa pesquisa.

Apesar de o Brasil ter produzido o título *Brasil, nunca mais* no ano de 1986, as investigações foram realizadas de forma diferente, se comparadas a todos os outros países, que produziram os seus relatórios sobre a atuação da ditadura a partir de testemunhos das classes oprimidas. Segundo Dutilleux (2011), esse título brasileiro foi produzido através de uma investigação sigilosa, na qual um grupo de ativistas dos Direitos Humanos, coordenado por Dom Evaristo Arns, juntou documentos oficiais para reconstruir a história do país no período da ditadura.

No caso do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, as histórias reverberadas pelos testemunhantes representam a quebra de um silêncio em relação à violência praticada pela ditadura militar contra famílias de indivíduos que se opuseram ao regime. Quando falamos em quebra de um silêncio, nos referimos justamente ao atraso do país em executar uma investigação sobre as ações criminosas realizadas pelo regime ditatorial com base no ponto de vista dos próprios grupos oprimidos.

Na visão de Yúdice (2002), o termo testemunho refere-se a diversos tipos de discursos, relativos tanto à história oral e popular, quanto a textos literários. Assim, o termo pode ser usado para se referir às crônicas da conquista e colonização, os relatos vinculados a lutas sociais e militares e a textos documentais que tratam da vida de indivíduos de classes populares relacionados a lutas de importância histórica. Em sua discussão, o autor evidencia ainda a visão de Barnet (1969) sobre a missão do escritor de testemunhos de trazer à tona histórias reprimidas por versões dominantes, colaborando assim com a articulação da memória coletiva.

Refletindo acerca do *testimonio latino americano*, Randall (2002, p.35) evidencia que uma investigação etimológica da palavra envereda para a literatura jurídica e não para a artística. A autora retrata que as obras as quais chamamos *testimonios*,

diferenciam-se tanto do julgamento, quanto da narrativa histórica e da autobiografia, e possuem evidentes relações com o jornalismo, a reportagem e a crônica. Logo, reconhecemos um caminho que indica possíveis processos de hibridização. Este indício pode ser observado também na diversidade existente entre os livros analisados por Dutilleux (2011) em sua pesquisa sobre o testemunho latinoamericano.

De acordo com Randall (2002), existe uma estreita ligação entre o testemunho e a história, figurando o primeiro como uma forma de escrever a verdadeira história de nosso tempo perante práticas hegemônicas que distorcem a história em favor das classes dominantes, como ilustra o exemplo da autora no caso da conquista da América:

Posiblemente es ahora que tenemos la oportunidad de hacer historia "por primera vez en la historia". En las etapas anteriores al capitalismo, e incluyéndolo, la historia la escribían casi siempre las clases dominantes. La conquista de América la hemos tenido que conocer a través de la pluma de los conquistadores. Escasos relatos tenemos de la misma desde el punto de vista de los habitantes originales de nuestro Continente [...] (RANDALL, 2002, p.35).²⁴

Comumente em nossa sociedade, a história é construída pelas vozes dominantes, podemos verificar pela própria distribuição do conhecimento na instituição escolar, que a história é ensinada à sociedade a partir de materiais previamente elaborados por pesquisadores, estudiosos, órgãos governamentais, entre outros. Assim, através do percurso natural, a grande massa experimentadora da história não poderia elaborá-la de maneira legitimada a não ser através da língua falada. Neste sentido, o testemunho enquanto gênero figuraria como um meio de elevar o saber popular à legitimação.

Randall (2002, p.33-34) caracteriza o autor do testemunho com base em Graziela Pogolotti (1978) "como um escritor herdeiro de tradição literária que escolhe o seu informante, monta, ordena os materiais colhidos, de acordo com um plano bem definido". Este trabalho normalmente poderia ser realizado através da colaboração entre um indivíduo letrado e um membro da comunidade experimentador de um fato.

²⁴ "Possivelmente é agora que temos a oportunidade de fazer história "pela primeira vez na história". Nas etapas anteriores ao capitalismo, incluindo-o, a história era escrita quase sempre pelas classes dominantes. Tivemos que conhecer a conquista da América através da pena dos conquistadores. Temos escassos relatos da mesma do ponto de vista dos habitantes originais do nosso Continente [...]" (RANDALL, 2002, p. 35).

Nesse modelo, o indivíduo letrado colheria as informações do membro da sociedade e as transcreveria para um suporte específico com atenção à sua qualidade estética. No entanto, no livro analisado essa relação colaborativa ocorreu de forma diversa no que concerne à transcrição dos relatos, pois os testemunhantes são todos indivíduos letrados e na maioria dos casos, bem posicionados socialmente.

Sobre as marcas textuais que apontam para a autoria do livro sob análise, observamos que acima de cada testemunho o nome do testemunhante que o verbalizou foi reproduzido, enquanto na ficha catalográfica a autoria foi atribuída à ALESP – CVRP. Considerando tais marcas, observamos que o livro expõe relatos a partir de diversos olhares particulares que constituem uma memória coletiva, responsabilizada pelos órgãos supracitados, os quais também agregaram as suas vozes à obra.

Esse tipo de autoria colaborativa suscita, junto ao sujeito leitor, uma espécie de legitimidade sobre os ditos apresentados, visto que a natureza dos órgãos referidos é pública e legal. Assim, o produto de seu trabalho objetiva o bem comum da população. O fato de o país realizar investigações através do colhimento de testemunhos de classes oprimidas denota o seu posicionamento democrático frente à sua população interna e à comunidade internacional.

Randall (2002, p.34-35) trata o *testimonio* latinoamericano como um gênero novo, e por este motivo, prescreve que é necessário não ser demasiadamente excludente para defini-lo. Logo, a autora diferencia duas categorias, o *testimonio en sí* do *testimonio para sí*. Nestes moldes, inclui na primeira categoria toda a literatura testemunhal:

Hay novelas testimoniales, obras de teatro que dan una época o un hecho; poesía que transmite la voz de un pueblo en un momento determinado. El periodismo, cuando trata temas importantes y cuando es bueno, puede ser altamente testimonial. Hay discursos políticos (podemos citar el caso de los discursos de Fidel, entre otros), que perduran con un alto valor testimonial. Los documentos cinematográficos y las colecciones de fotografías de un hecho o un momento, pueden ser obras testimoniales de gran importancia (RANDALL, 2002, p.34).²⁵

²⁵ "Existem novelas testemunhais, obras de teatro que dão uma época ou um feito; poesia que transmite a voz de um povo em um determinado momento. O periodismo, quando trata temas importantes e quando é bom, pode ser altamente testemunhal. Existem discursos políticos (podemos citar o caso dos discursos de Fidel, entre outros), que perduram com um alto valor testemunhal. Os

Para ilustrar a segunda categoria, de *testimonio para si*, a qual trata o testemunho enquanto gênero, a autora prescreve alguns de seus elementos, os quais em sua maioria, classificamos condizentes com o material investigado na presente pesquisa no que tange a sua estrutura:

- El uso de las fuentes directas;
- La entrega de una historia, no a través de las generalizaciones que caracterizaban a los textos convencionales, sino a través de las particularidades de la voz o las voces del pueblo protagonista de un hecho;
- La inmediatez (un informante relata un hecho que ha vivido, un sobreviviente nos entrega una experiencia que nadie más nos puede ofrecer, etc.);
- El uso de material secundario (una introducción, otras entrevistas de apoyo, documentos, material gráfico, cronologías y materiales adicionales que ayudan a conformar un cuadro vivo);
- Una alta calidad estética (RANDALL, 2002, p.35).²⁶

Partindo dos elementos delineados por Randall (2002), observamos que a construção do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* apoiou-se em fontes diretas, as quais estiveram presentes no *Seminário Verdade e Infância Roubada* ou enviaram os seus textos por escrito para serem lidos na ocasião. Muitos dos dizeres materializados no livro foram, inclusive, marcados dialogicamente para expor explicitamente as várias vozes que o constituíram. Esse tipo de estratégia materializada nos produtos das investigações realizadas pode suscitar frente à população a natureza plural e democrática que as nortearam.

Reiteramos que a proposta do livro sob análise é materializar a experiência de indivíduos que vivenciaram a ditadura militar através de suas experiências diretas, concluindo assim, denúncias contra abusos cometidos no passado. Decerto, a sua função social de dar voz às minorias é preponderante.

Não obstante o fato de que o livro foi produzido cinquenta anos após o golpe que instaurou a ditadura no Brasil, os testemunhos figuram enquanto denúncias que podem

documentos cinematográficos e as coleções de fotografias de um fato ou um momento, podem ser obras testemunhais de grande importância" (RANDALL, 2002, p. 34).

²⁶ "- O uso das fontes diretas; - A entrega de uma história, não através das generalizações que caracterizavam aos textos convencionais, sim através das particularidades da voz ou das vozes do povo protagonista de um feito; - A urgência (um informante relata um feito que viveu, um sobrevivente nos entrega uma experiência que ninguém mais pode nos oferecer, etc.); - O uso de material secundário (uma introdução, outras entrevistas de apoio, documentos, material gráfico, cronologias e materiais adicionais que ajudam a conformar um quadro vivo); - Uma alta qualidade estética (RANDALL, 2002, p. 35)".

ser utilizadas socialmente como um alerta para gerações futuras. Neste sentido, a experiência do vivido denota credibilidade ao sujeito locutor perante o leitor, que pode colocar-se na posição de seu confidente. Desta forma de contrato, vislumbramos a relação do testemunho com a autobiografia.

Sobre a utilização de material secundário na elaboração do livro, percebemos a reprodução de documentos, fotografias, textos jornalísticos e cartas, entre outros. Esse apoio documental representa uma ancoragem histórica, contribuindo também para agregar credibilidade ao material exposto ao leitor. Assim, o material secundário pode ser tomado como prova de que os relatos contados no livro dizem respeito à realidade.

A utilização do material secundário está associada também ao tratamento estético conferido ao livro. O acervo iconográfico teve papel relevante na organização precisa do *layout* do livro, a exemplo da utilização de imagens como um elemento da parte textual (FIGURA 10 - página subcapitular). Ademais, muitas das marcas de oralidade foram amenizadas na transcrição dos testemunhos para o livro, como observaremos com mais cuidado na sessão seguinte. Estes detalhes são responsáveis por apresentar ao leitor um material condizente com o universo do livro, demonstrando assim a investida dos organizadores em prol da qualidade estética de seu produto.

De fato, detalhes do *layout* podem interferir diretamente nos possíveis interpretativos a serem construídos pelo leitor, a exemplo da nomeação dos elementos de apoio, a qual foi realizada por meio de nomes de família, como observamos no Capítulo I. Este tipo de nomeação sugere ao leitor determinados papéis sociais das personagens do relato, suscitando o tipo de cenário social ao qual eles devem ser relacionados.

Randall (2002, p.35) sinaliza que, geralmente, há uma proeminência da técnica da entrevista dentro do gênero em questão. Neste sentido, os testemunhos analisados também divergem, pois foram elaborados a partir de um tema comum e enunciados em um seminário onde o testemunhante possuía maior liberdade para construir os seus dizeres, o que condiz com a capacidade verbal dos informantes. Formato que também permite denotar maior fidelidade ao texto transcrito do que na entrevista, na qual a mediação é realizada de maneira mais intensa. O fato de os testemunhos terem sido enunciados inicialmente em um seminário é referido diversas vezes no livro, como na

página capitular, por exemplo. Esta referência oferece uma ancoragem aos ditos, além de expor mais uma vez ao leitor o valor legal das investigações.

Após destacarmos o diálogo possível mantido entre o gênero discursivo empregado e o contrato proposto pelo livro, reconhecemos que as particularidades do testemunho possibilitam ao sujeito que dele faz uso, agir com maior legitimidade frente ao leitor em sua tarefa de trazer à tona versões silenciadas ou distorcidas na história por classes dominantes, pois os fatos revelados lhe são apresentados como "verdades", devido à caracterização do informante como um sobrevivente que vivenciou um fato real, comprovado documentalmente. De outro lado, cabe ao leitor aceitar ou não esse tipo de contrato proposto.

2.2 Circuito de comunicação I - Seminário Verdade e Infância Roubada

Como ora destacado, os testemunhos constituintes do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* foram enunciados inicialmente no *Seminário Verdade e Infância Roubada*, do ano de 2013. Tomamos o referido seminário como o contexto inicial de enunciação da comunicação verbal analisada, o qual teve como cenário a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e como finalidade “ouvir os testemunhos sobre o que eles e seus pais sofreram - ou o vazio decorrente do esquecimento desses eventos traumáticos”, como foi afirmado em nota pela assessoria da CVRP em 03 de maio de 2013.²⁷

Balizados pelo aporte da TS de Charaudeau (2012), primamos por examinar esse contexto inicial de enunciação dos testemunhos constituintes do livro analisado por essa pesquisa. Sob esse propósito, refletimos sobre a organização do ambiente e acerca de algumas das estratégias discursivas mobilizadas na troca comunicativa, as características identitárias e relacionais dos parceiros, os modos de transmissão por eles empregados e também sobre seus comportamentos enunciativos.

Como fonte de dados a respeito desse primeiro circuito de comunicação, utilizamos o relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância*

²⁷

Disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334823>> Acesso em 01 out 2015.

Roubada, redigido pela BK Consultoria e Serviços Ltda²⁸. Como complemento, para verificarmos a disposição física em que se encontravam os interlocutores presentes no ato comunicativo em questão, utilizamos também a gravação em vídeo da referida audiência realizada no dia 10 de maio de 2013, disponibilizada através da *Internet*²⁹. De acordo com o cronograma exposto a seguir, as sessões do *Seminário Verdade e Infância Roubada* foram divididas em dois horários: de dez às treze horas e de quatorze às dezoito horas.

DIA		10h às 13h	14h às 18h
6/mai	2º-feira	Rosana Momento Paulo Fonteles Célia Coqueiro	Cecília Capistrano Irineu Seixas Clovis Petit
7/mai	3º-feira	Pedro Pomar Carlos Alberto José de Carvalho Ernesto Devanir José de Carvalho	Carmen Nakasu Tessa de Moura Lacerda João Paulo Ramos João Paulo Wright
8/mai	4º-feira	Nádia Nascimento (sofreu aborto sob tortura) Ernesto Carlos Nascimento Zuleide Aparecida do Nascimento Luis Carlos Max do Nascimento Samuel Dias de Oliveira	Edson Luis de Almeida Teles Janaína de Almeida Teles João Carlos Schmidt de Almeida Grabois Igor Grabois
9/mai	5º-feira	Vladimir Gomes da Silva Virgílio Gomes da Silva Isabel Maria Gomes da Silva Gregório Gomes da Silva	Camila Sipahi Paulo Sipahi Eliana Paiva Darcy Andozia (mãe de Carlinhos) Lenira Machado (mãe de Aritanã)
10/mai	6º-feira	Priscila Arantes André Arantes Iara Lobo	Marta Nehring Telma Lucena Adilson Lucena Denise Lucena Nasaindy Barrett de Araújo

FIGURA 25 – Cronograma do Seminário Verdade e Infância Roubada.
Fonte: Página Virtual da ALESP.³⁰

Segundo o relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância Roubada*, a sessão do dia 10 de março de 2013 foi presidida pelo Deputado Estadual Adriano Diogo e assessorada por Thais Barreto, Maria Amélia de Almeida Teles, Ivan Seixas e Vivian Mendes. Na ocasião, estiveram presentes os seguintes testemunhantes no horário matutino: Priscila Almeida Cunha Arantes, André Almeida Cunha Arantes, Iara Lobo de Figueiredo, Raquel Rosalen e Dora Augusta Rodrigues

²⁸ Prestadora privada brasileira de consultoria e serviços em gestão corporativa. Ver em <<http://www.bkconsultoria.com.br/Empresa.aspx>>.

²⁹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Bg-WCVwPG4Y>> Acesso em 11 de fev 2016.

³⁰ Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334823>>. Acesso em 25 de fev. 2016.

Mukudai. E no horário vespertino estiveram presentes: Marta Neli (Marta Nehring), Adilson Lucena, Damaris Oliveira Lucena, Denise Oliveira Lucena, Ñasaindy Barrett de Araújo e Angela Telma Oliveira Lucena.³¹

No horário matutino, a apresentação foi dirigida pelo referido presidente, o qual iniciou formalmente a sessão e logo abriu espaço para a leitura de um texto introdutório intitulado *Verdade e Infância Roubada*. Thaís Barreto, uma das assessoras da CVRP presentes, realizou a leitura do texto introdutório que efetivou um esclarecimento aos ouvintes acerca do assunto que seria discutido no evento. Essa leitura funcionou como um parâmetro temático a ser seguido pelos testemunhantes em suas enunciações e também como um parâmetro interpretativo para o público ouvinte, o qual pode ter delineado um universo de expectativa em relação aos testemunhos que seriam enunciados. Reproduzimos abaixo o texto *Verdade e Infância Roubada*:

Crianças foram sequestradas e escondidas nos centros clandestinos da repressão política. Foram arrancadas do convívio com seus pais e suas famílias. Foram enquadradas como elementos subversivos pelos órgãos de repressão e banidas do país. Foram obrigadas a ficar em orfanatos, morar com parentes distantes, a viver com identidade falsa, na clandestinidade, impedidas de conviver, crescer e conhecer o nome dos seus pais. Levadas aos cárceres da ditadura militar, foram confrontadas com seus pais nus, machucados, recém-saídos do pau-de-arara ou da cadeira do dragão. Foram encapuzadas, intimidadas, torturadas. Algumas foram torturadas antes de nascer. Nasceram em prisões e cativeiros. Sofreram torturas físicas e psicológicas. Houve crianças que assistiram ao assassinato de seus pais, outras não conheceram seus pais assassinados, cujos corpos não foram entregues aos seus familiares para que fosse feito o sepultamento. Crianças que não tiveram contato direto com os agentes da repressão, mas seus familiares foram atingidos, o que causou a elas sentimento de dor, de perda, de medo e humilhação. A ditadura não poupou as crianças. Sacrificou-as como forma de ampliar e perpetuar os efeitos das torturas a elas próprias e a seus pais (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, 2013, p.1, sublinhado nosso).

Podemos observar no texto introdutório que o enunciador contou a respeito de episódios vivenciados pelos filhos de militantes sem demonstrar explicitamente as suas apreciações individuais, pois a sua ação de contar foi concretizada através do uso de asserções diretas e objetivas. A enumeração consecutiva de fatos realizada no texto reforçou as ideias propostas pelo enunciador e ao mesmo tempo criou um efeito de

³¹ Evidenciamos que a testemunhante Angela Telma Oliveira Lucena foi referida no relatório produzido pela BK CONSULTORIA LTDA (2013) de duas maneiras: Telma Lucena e Angela Telma Oliveira Lucena.

objetividade. Por estes meios, o enunciador promoveu a reverberação de um ponto de vista objetivo sobre a trajetória de vida dos testemunhantes.

Vislumbramos ainda, que o texto introdutório lido por Thaís Barreto referenciou os filhos dos militantes como crianças, da mesma maneira com que o título da obra os identifica. Decerto, esta identificação indicou o enquadre temporal a qual os fatos narrados deveriam ser reportados, ou seja, o contexto da ditadura. Ademais, essa referenciação também atribuiu uma identidade infantil para os sujeitos enunciadorees.

Antes dos testemunhantes iniciarem efetivamente a enunciação de suas memórias, os assessores expuseram aos ouvintes um texto biográfico e uma fotografia de infância dos irmãos Priscila e André Almeida Cunha Arantes. Na sequência, o assessor Ivan Seixas leu o testemunho enviado por Rita de Cássia Resende, uma das filhas de militantes que não pôde comparecer ao seminário por motivos pessoais. Além de um testemunho, Rita de Cássia Resende enviou fotografias de infância e uma carta que recebeu de seu pai no período autoritário, quando ele encontrava-se preso. Essas evidências documentais foram expostas ao público presente através de uma tela de projeção de imagens. Após os ocorridos descritos, os irmãos Arantes e os demais testemunhantes presentes enunciaram as suas memórias ao público ouvinte.

O principal canal de comunicação empregado pelos locutores no *Seminário Verdade e Infância Roubada* foi o oral e direto. Muitos dos testemunhantes realizaram as suas enunciações com base na leitura de um texto previamente escrito, intercalando momentos de leitura, de fala oral livre e de diálogo. Para Charaudeau (2012), as situações dialogal e monologal podem alternar-se na situação de comunicação. Para além, outros símbolos semiológicos também foram utilizados, como fotografias de infância e outros documentos, como uma carta enviada por Rita de Cássia, por exemplo.

De maneira similar à estratégia empregada por meio da leitura do texto introdutório, a exposição do material secundário ao público ouvinte funcionou como um instrumento delimitador do enquadre temporal base a que os ditos deveriam ser reportados e também fomentou a delineação de uma imagem infantil dos sujeitos enunciadorees na cena enunciativa.

Igualmente, a exposição do material secundário também contribuiu para a credibilidade do *status* dos sujeitos enunciadorees enquanto experienciadores de um fato do mundo. O uso da fotografia pode ser associado ao fornecimento de provas relativas à informação relatada. No meio jornalístico, por exemplo, este recurso é recorrentemente utilizado para conferir credibilidade aos fatos narrados, principalmente quando são informações atestadas por terceiros. Para Charaudeau, o fornecimento de provas constitui uma forma de atestar a veracidade de um saber informado. Portanto, podemos considerar o emprego das imagens como um procedimento nomeado *designação identificadora*, que, nas palavras do linguista, “consiste em exibir as provas de que o fato realmente existiu”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 153).

Durante o seminário, os parceiros da troca comunicativa encontravam-se presentes fisicamente no ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Auditório Teotônio Vilela. Tanto a mesa composta por testemunhantes e organizadores do seminário, quanto os interlocutores ouvintes, interagem sem a necessidade de uma mediação secundária, com exceção da testemunhante Rita de Cássia Resende, ausência que representa uma exceção em relação à organização proposta para o evento.

Geralmente, em um seminário o apresentador ou os apresentadores ocupam uma posição de destaque em relação ao público ouvinte, o qual pode participar através de perguntas ou comentários ao final das apresentações. Neste sentido, as formas de interação concretizadas durante o *Seminário Verdade e Infância Roubada* propiciaram a participação ativa de diversos indivíduos presentes.

O grupo de participantes apresentadores, composto pelo presidente da sessão e pelos testemunhantes, assentou-se em uma bancada circular em frente ao público ouvinte. Por encontrarem-se nesse posicionamento físico e por serem os detentores da palavra no evento, ocupavam uma posição de poder em relação aos demais. Esse grupo assentado na bancada circular interagiu de maneira mais efetiva entre si, ou seja, através do diálogo face a face, principalmente devido às intervenções do presidente durante as apresentações dos testemunhantes.

Todavia, em muitos momentos, os apresentadores também interagiram com o público ouvinte. Essa tomada da palavra pelo público ouvinte era legitimada através do

convite de um dos apresentadores ou a partir do consentimento do presidente ou dos organizadores da sessão.

No caso determinado da apresentação do dia 10 de maio de 2013, militantes que foram referenciados nos testemunhos também estavam presentes e atuaram na cena enunciativa conferindo confirmação aos dizeres dos testemunhantes. Reproduzimos a seguir um quadro, no qual consta um exemplo dos diálogos travados pelos apresentadores na bancada circular entre si e com o público ouvinte, além da participação do público ouvinte por intermédio de um comentário, como consta no relatório supracitado, produzido pela BK Consultoria e Serviços Ltda:

QUADRO 1

Diálogos Seminário Verdade e Infância Roubada

Diálogo	Comentário
<p>— O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – <i>Quanto tempo seu pai ficou preso?</i></p> <p>— O SR. ANDRÉ ALMEIDA CUNHA ARANTES – <i>Ficou preso dois anos e oito. Dois anos e oito, pai? É.</i></p> <p>— O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – <i>Vocês foram todos os fins de semana?</i></p> <p>— A SRA. PRISCILA ALMEIDA CUNHA ARANTES – <i>Sim.</i></p>	<p>— A SRA. CRISTIANA PRADEL – <i>Eu queria dar parabéns para todos vocês da Comissão, os assessores e tudo, porque assim, não é fácil falar da infância, porque quando a gente fala da infância a gente lembra da nossa infância, e na infância somos muito vulneráveis, muito difícil ser... Esse negócio que infância é feliz não é verdade. A infância é um período muito difícil na nossa vida. Então eu quero dar parabéns para a Comissão, para os assessores, por vocês terem coragem de mexer nesse assunto por uma semana. Eu fiquei aqui o máximo de tempo que eu pude e imagino o que é o trabalho de vocês no dia a dia. Então é isso que eu queria dizer. Achei muito importante, muito corajoso, e está todo mundo de parabéns. É isso.</i></p>

Fonte: Produzido pelo autor com base em BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p.19.

Como podemos observar no quadro 1, o presidente da sessão direcionou perguntas diretas a um dos apresentadores, o qual consultou um dos militantes referenciados presentes (seu pai) sobre a resposta. Além disto, um dos ouvintes verbalizou um comentário sobre as apresentações.

Consideramos que todas essas presenças influenciam o ambiente da cena enunciativa. Nesse sentido, evidenciamos principalmente que os apresentadores foram influenciados pela presença dos outros apresentadores que também estavam

assentados na bancada circular ou no auditório, aguardando a vez para iniciar os seus relatos e também pela presença dos militantes e amigos no auditório, com os quais partilham uma posição ideológica específica, tratando-se do propósito de denunciar as ações da ditadura e assim promover um embate político-ideológico no cenário social.

As relações afetivas e ideológicas entre os participantes da cena foram materializadas em diversos momentos do *Seminário Verdade e Infância Roubada*. Esses indícios apontam para as características identitárias dos parceiros da troca, que de acordo com Charaudeau (2012), referem-se a dados sociais, socioprofissionais, psicológicos e relacionais.

Observamos nos dados do cronograma suprarreproduzido (FIGURA 25) e da listagem de presentes na sessão exposta anteriormente, que muitos dos testemunhantes são integrantes da mesma família. Na fala de Priscila Almeida Cunha Arantes, reproduzida a seguir, notamos também algumas marcas reveladoras da existência de relações afetivas e ideológicas entre os testemunhantes.

Ao iniciar o seu testemunho, Priscila empregou diversas vezes o elemento lexical *companheiros* para referir os interlocutores presentes, como podemos observar:

Já acalmei. Eu queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade por estar aqui e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes a minha, de poder estar aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que estão aqui e os outros companheiros (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, p.5, sublinhado nosso).

A lista de interlocutores que empregou a palavra *companheiros* durante o seminário, no horário matutino, estende-se a Dora Augusta Rodrigues Mukudai, Ivan Seixas, Vivian Mendes, Angêla Telma Lucena, Adilson Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Entre outros empregos, o uso recorrente do termo dialoga com uma possível posição partidária dos interlocutores, uma vez que no campo discursivo³² da política no Brasil, o uso da palavra *companheiros* movimenta uma rede de significados que aponta para o Partido dos Trabalhadores (PT).

³² Consideramos a noção de campo discursivo a partir de Brandão (2012, p. 123), como um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e se delimitam em uma região determinada de um universo discursivo.

Em grande parte, esse traço histórico do elemento lexical é decorrente de amplo uso por políticos aliados ao referido partido, o qual em determinado contexto sócio-histórico representou a luta por ideais revolucionários. Assim, o emprego desse elemento no seminário suscitou uma característica sociopolítica dos interlocutores, os quais se identificam nos textos de maneira similar e por meio dessa referência se distinguem de outros grupos existentes no cenário político do país.

Por meio dos dizeres supracitados de Priscila Almeida Cunha Arantes, percebemos ainda que membros de sua família e seus amigos integravam o público ouvinte, além de seu irmão, um dos apresentadores. Da mesma forma, observamos uma referência construída pela testemunhante em relação ao propósito ideológico do grupo, o qual permanece "lutando", como podemos observar: "Foi lá então que eu conheci o Ariston, o Guerra, enfim, companheiros que estão vivos hoje, que estão lutando". (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 18).

Em outros momentos da 40ª Audiência Pública da CVRP, as relações afetivas existentes entre os parceiros da troca foram novamente mencionadas por outros testemunhantes:

Gostaria de agradecer o convite e agradecer as pessoas todas que estão aqui. Aline, a namorada, a Juju, o Wagner, a Carolina, o Thiago, enfim, todos os familiares, colegas, algumas pessoas não conhecidas, mas, com certeza que são pessoas sensíveis à causa da luta pela democracia no país (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 9).

Bom dia ainda. Parece que não é meio dia. Já é meio dia? Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade desse depoimento e o faço na figura do Deputado Adriano. E quero agradecer também a tantos cabelos brancos aqui presentes que eu redescobri como minha família (BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, 2013, p. 24).

Conforme exposto, André Almeida Cunha Arantes nomeou diretamente diversos dos presentes no auditório e expôs sua expectativa de que todos os presentes fossem solidários à causa defendida pelo grupo. De outro modo, Lara Lobo afirmou que redescobriu muitos dos ouvintes presentes como membros de sua família.

No que se refere à configuração do ato de linguagem, para Charaudeau (2012, p.52-53), ele não é resultado da intenção única do emissor, pois não se trata de um processo simétrico entre Emissor e Receptor. Na concepção do autor, todo ato de linguagem resulta de um jogo entre implícito e explícito, ele nasce de circunstâncias de

discurso específicas, realiza-se entre os processos de produção e interpretação e é encenado pelo sujeito de fala e pelo sujeito agente. Assim, o ato de linguagem é composto por dois circuitos de produção de saber: o circuito da fala configurada (espaço interno) e o circuito externo à fala configurada.

No espaço interno, encontram-se os seres de fala, o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD), ambos "oriundos de um saber intimamente ligado às representações languageiras das práticas sociais". (Charaudeau, 2012, p. 53). E no espaço externo encontram-se os seres agentes, o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI), instituídos "conforme um saber ligado ao conhecimento da organização do "real" (psicossocial) que sobredetermina estes sujeitos". (Charaudeau, 2012, p. 53).

Destarte, o autor supramencionado distingue uma dupla representação no mundo falado pelos sujeitos especificados no ato de linguagem a partir da esfera em que se encontram. Se considerado em relação ao circuito de fala, esse mundo corresponde a uma representação discursiva. Por outro lado, em relação ao circuito externo, ele corresponde a uma representação da situação de comunicação.

Tratando-se do *Seminário Verdade e Infância Roubada*, o sujeito falante, enquanto ser interno ao ato de linguagem, ao enunciar o seu ponto de vista em relação à ditadura sem implicar o interlocutor em sua tomada de posição, ocupa uma posição de poder. Essa posição de poder não se refere somente à organização institucionalizada do ato de comunicação monologal em forma de seminário, ela está intrínseca à condição de testemunhante do parceiro locutor, enquanto sujeito comunicante. Deste modo, os seus saberes sociais, relacionados à experiência do vivido e sua presença física, enquanto grupo, intensificam seus estatutos de saber.

Todavia, a presença do público ouvinte modificou essa suposta relação de poder. Quando tratamos da percepção que os parceiros da troca comunicativa constroem de si, consideramos também a noção de compreensão responsiva de Bakhtin (2011). De acordo com o filósofo, em uma situação concreta de comunicação existe uma alternância dos sujeitos no discurso, essa alternância não se restringe a uma situação clássica de diálogo, onde a alternância de sujeitos do discurso (falantes) determina os limites do dizer do outro. Logo, esta situação está presente em outros campos da

comunicação discursiva. Nos dizeres do autor, "a natureza dos limites do enunciado é a mesma". (BAKHTIN, 2011, p.279).

Por tratar o enunciado como um elo na cadeia da comunicação discursiva, determinado por limites precisos da alternância dos sujeitos e vinculado a outros enunciados precedentes, Bakhtin (2011) evidencia uma de suas características inerentes, o direcionamento ou endereçamento. Deste modo, todo o enunciado tem autor e um destinatário determinado pelo campo de atividade a que ele se refere. Para Bakhtin (2011), ao construir um enunciado, procura-se definir de maneira ativa e antecipá-lo a uma compreensão responsiva que está por vir, fato que exerce ativa influência sobre o enunciado. Para o filósofo:

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias - tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele (BAKHTIN, 2011, p.302).

Consideramos que a noção de compreensão responsiva, cunhada por Bakhtin (2011), no que concerne à influência dos sujeitos na enunciação, pode ser relacionada à visão de Charaudeau (2012) sobre as relações entre locutor e interlocutor no ambiente da troca comunicativa. O linguista defende que em uma situação dialogal, quando os parceiros estão presentes fisicamente no ambiente da troca comunicativa, o canal de comunicação é oral e o ambiente físico é perceptível pelos interlocutores, o contrato permitirá a troca e o locutor se encontrará em uma situação, na qual poderá perceber imediatamente as reações do interlocutor. Nas palavras do autor, "Ele está, numa certa medida, "à mercê" do interlocutor, o que o leva a *antecipar* o que este quer dizer, a *hesitar*, a *se corrigir*, ou a *se completar*". (CHARAUDEAU, 2012, p.71, itálico e aspas do autor).

No que concerne à posição enunciativa dos interlocutores no Auditório Teotônio Vilela, averiguamos que embora os parceiros enunciadore estivessem posicionados no centro em relação a interlocutores múltiplos e apesar de que cada um desses sujeitos enunciadore, enquanto membro do grupo de "crianças atingidas pela ditadura", possuisse o estatuto de representante de um saber específico relacionado a essa coletividade, na situação de comunicação engendrada ocorreu uma diluição do poder

referente a esse estatuto de saber em voga. Essa hipótese se baseia na análise das marcas da interação efetivada entre os participantes, as quais revelaram que membros do grupo de apresentadores e membros do auditório compartilharam memórias coletivas e/ou ideologias.

Verificamos que o ambiente enunciativo do referido seminário foi composto por vozes diversas, apesar de os apresentadores desfrutarem da posição de detentores da palavra, em muitos momentos, expandiram os seus dizeres ao público na busca de consentimento e aprovação.

A partir da noção de contrato de Charaudeau (2012), retratamos os supostos papéis comunicativos esperados na situação de comunicação em questão. Consideramos que os ouvintes esperavam que os testemunhantes revelassem estórias que expusessem negativamente as ações da ditadura e positivamente o comportamento dos militantes, membros de uma família. Por outro lado, constatamos que os enunciadores esperavam que os ouvintes aprovassem os seus dizeres e os recebessem com solidariedade.

Assim, considerando as relações afetivas e familiares dos parceiros da troca, expostas na similaridade do elemento lexical com que os interlocutores se referiram no cronograma das apresentações, onde pudemos verificar relações de parentesco através dos sobrenomes dos interlocutores e nos trechos de suas falas em que tais relações foram explicitadas; os testemunhantes apresentaram as suas memórias para os seus pares, sem a necessidade de atuar visando convencimento. O contrato estabelecido durante as apresentações seria de consenso e de receptividade. No entanto, os dizeres dos enunciadores estavam cerceados pelos pontos de vista dos ouvintes presentes. Assim, eles deveriam enunciar as suas memórias em consonância a esses pontos de vistas, fator que exerce influência direta na estrutura da enunciação.

Localizando especificamente as nossas discussões no espaço externo do ato de linguagem, aventamos que a participação dos testemunhantes no seminário representou um ato social subversivo contra classes apoiadoras do regime militar ou contra os próprios agentes da ditadura. Embora o momento político atual permita o diálogo sobre a ditadura, o embate social entre pontos de vista contrários é contínuo.

Todavia, os sentidos construídos por intermédio dos testemunhos enunciados no *Seminário Verdade e Infância Roubada*, os quais podemos considerar como frutos de um embate ideológico, foram substancialmente modificados ao serem transpostos para o discurso escrito, como veremos no subcapítulo seguinte.

2.3 Circuito de comunicação II - Livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*

Na presente sessão, consideramos o circuito de comunicação referente à produção do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, tendo como base a sua versão em formato digital disponível na página virtual da CVRP. A presente discussão parte do pressuposto de que os sentidos dos testemunhos enunciados no *Seminário Verdade e Infância Roubada* foram modificados no momento em que passaram a integrar uma obra literária. Atentemo-nos aos dizeres de Bakhtin:

Os enunciados extraliterários e as suas fronteiras (réplicas, cartas, diários, discurso interior, etc.) transferidos para a obra literária (por exemplo, para o romance). Aqui se modifica o seu sentido total. Sobre eles recaem o reflexo de outras vozes e neles entra a voz do próprio autor (BAKHTIN, 2011, p.320).

Na visão de Bakhtin (2011), em situações da comunicação discursiva imediata são produzidos enunciados primários. Em contrapartida, nas condições de um convívio social mais complexo e organizado, predominantemente o escrito, são produzidos gêneros discursivos secundários. A partir desse suporte, aventamos que a transposição dos testemunhos enunciados oralmente no seminário para a obra escrita representa um anseio por legitimidade no cenário sócio-histórico do país, pois consideramos que um ato comunicativo em forma de seminário se aproxime mais da comunicação imediata, enquanto o livro atribua um caráter mais duradouro aos discursos através dele materializados.

Refletindo acerca da responsabilidade legal da CVRP de realizar as investigações sobre a ditadura, poderíamos considerar que as suas atribuições foram concretizadas a partir da realização do *Seminário Verdade e Infância Roubada*, que representaria uma prova suficiente da efetivação de seus trabalhos investigativos. No

entanto, a produção do livro representa uma forma de publicizar essas ações e potencializar a sua influência no meio social.

Roxanne Rimstead reflete sobre a transcrição de histórias orais para o domínio privilegiado da escrita. Em suas palavras: "No caso de histórias orais transcritas, um passo fundamental para a recuperação da memória cultural ocorre no instante em que a palavra oral é transformada em palavra escrita, assim escapando de possível esquecimento". (RIMSTEAD, 2000, p.277).

Para a autora supracitada, a transposição que ocorre do meio oral para o escrito pode ser considerada como um gesto cultural "que por si só implica em relações de poder entre o culturalmente dominado e o dominante [...]". (RIMSTEAD, 2000, p.267). Em seus escritos, ela sugere a importância de leitores de histórias orais transcritas deduzirem o que ocorre nos bastidores entre escritor e contador, para entenderem melhor como a memória cultural é contestada ou retratada no gênero em questão.

Em relação ao processo de transcrição do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, não consideramos válida a relação entre dominante e dominado proposta por Rimstead (2000). A ação da CVRP de responsabilizar-se pelos testemunhos no livro através de um tipo de autoria, que denominamos colaborativa, pode ser compreendida como uma parceria e não como uma relação cultural que envolve um dominante e um dominado.

Enfatizamos que os testemunhos do livro tiveram uma transposição bastante literal em relação à enunciação realizada no seminário, uma vez que muitos foram escritos previamente e lidos no seminário, como o testemunho de Priscila Arantes, por exemplo. Todavia, não obstante ao tipo de transposição privilegiada, marcas próprias de atividades orais foram amenizadas ou apagadas na transposição dos testemunhos para o livro, como vocábulos em desacordo com o padrão ortográfico ou sintático, por exemplo.

De modo similar, gestos e comportamentos expressos pelos testemunhantes no seminário não foram considerados na transposição dos testemunhos para o livro. Como indicamos anteriormente, embora o testemunho de Priscila de Almeida Cunha Arantes tenha sido escrito previamente e lido no seminário, muitos dizeres e comportamentos que a testemunhante expôs na ocasião não foram materializados no livro. Por exemplo,

quando Priscila iniciou a sua apresentação no dia dez de maio de 2013, mostrou-se emotiva e chorou.

Realizamos na sequência, uma comparação entre três versões do trecho inicial do depoimento de Priscila de Almeida Cunha Arantes. A primeira versão está contida no vídeo gravado da 40ª audiência disponível na *Internet*³³, a partir do qual transcrevemos os seguintes dizeres:

Priscila de Almeida Cunha Arantes: Então voltando, já acalmei. Eu queria agradecer imensamente a Comissão da Verdade por a oportunidade de tá aqui e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes à minhas. De poder tá aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que tão aqui e os outros companheiros.

A segunda versão está contida no relatório da 40ª Audiência Pública da CVRP - *Seminário Verdade e Infância Roubada* produzido pela BK Consultoria e Serviços Ltda no ano de 2013:

Já acalmei. Eu queria agradecer imensamente à Comissão da Verdade por estar aqui e poder compartilhar com companheiros que provavelmente vivenciaram ou tiveram situações semelhantes a minha. De poder estar aqui com meus familiares, meu irmão querido, minha mãe, meu pai, meus amigos queridos que estão aqui e os outros companheiros (BK CONSULTORIA E SERVIÇOS, 2013, p.5).

Já no livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, esse trecho referente à fala da testemunhante no *Seminário Verdade e Infância Roubada* nem mesmo foi reproduzido.

Embora as diferenças existentes entre as três versões do trecho da fala da testemunhante não terem modificado severamente o conteúdo dos seus dizeres, possibilitam a construção de efeitos de sentido diversos sobre a imagem do sujeito enunciador. Tais modificações apontadas indicam-nos as influências dos processos mediadores na transcrição de textos orais, além de apontar-nos para as diversidades existentes entre o ato de comunicação realizado por meio do canal oral, no qual o comportamento do falante pode ser percebido pelos interlocutores e o ato de comunicação sob a forma de livro, onde é possível modificar a imagem do sujeito enunciador em razão de propósitos específicos.

³³ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Bg-WCVwPG4Y>> Acesso em: 20 de março de 2015.

A atuação dos processos mediadores também pode ser percebida através de marcas de edição presentes em diversos testemunhos dispostos no livro:

Fui condenado a trinta anos de prisão, condenado também à pena de morte (posteriormente, transformada em prisão perpétua) (SÃO PAULO, 2014, p. 90).

Foi muito triste, eu estava presa junto com a Dr^a Eliana Rollemberg, chegou a polícia com o Capitão Homero [César Machado] e não sei quem mais com os meus filhos (SÃO PAULO, 2014, p. 99).

Eu não tive essa consciência, essa memória que a Telma [Telma Lucena, irmã adotiva] tem. [...] Então, realmente, acredito que filhos [de perseguidos, desaparecidos e assassinados pela ditadura] vivenciaram uma dificuldade de adaptação, de identidade, de autoconhecimento (SÃO PAULO, 2014, p. 102).

Aventamos que os escritos marcados nas citações dispostas acima revelam mais do que uma facilitação ao trabalho do leitor, exibem a presença de outras vozes revestidas nas figuras da CVRP e da ALESP.

A partir de Charaudeau (2012), classificamos a situação concernente ao Circuito de comunicação II como monologal, pois os parceiros da situação não se encontravam presentes fisicamente no mesmo ambiente. Consideramos ainda que o tipo de contrato não permitiu a troca, uma vez que o canal de transmissão empregado foi o gráfico. Com relação ao endereçamento do livro, dividimos este público alvo em dois grupos distintos:

- (i) Grupo A - Composto por leitores pertencentes ao círculo social e ideológico dos testemunhantes, ou seja, suas famílias, amigos e indivíduos engajados na causa contra a ditadura militar do Brasil, para os quais foi disponibilizado um exemplar do livro, de acordo com a assessoria da CVRP;
- (ii) Grupo B - Composto por leitores do público em geral que compareceram à cerimônia de lançamento do livro, na qual foi doado um exemplar para todos os presentes, e por leitores que tiveram acesso a ele posteriormente, através da versão digital disponibilizada na página virtual da CVRP.

Apoiados na noção de contrato de Charaudeau (2012), consideramos que em relação à expectativa sobre o livro, o Grupo A, formado por leitores mais próximos sócio-afetivamente dos testemunhantes, esperava ter acesso a estórias que

reafirmassem a sua memória coletiva ou posicionamento. Em contrapartida, o Grupo B, formado por indivíduos que poderiam ter acesso ao livro por terem comparecido à sua cerimônia de lançamento ou através da internet, esperava ter acesso a relatos inéditos e surpreendentes.

É possível, inclusive, que indivíduos integrantes do Grupo B não compartilhem da mesma ideologia dos sujeitos enunciadore, sendo favoráveis ao golpe ou às políticas empregadas no período militar por exemplo. Assim, diferente do Circuito de comunicação I, onde os locutores enunciavam para os seus pares, sem a necessidade de atuar visando convencimento, a demanda no Circuito II enveredou-se na busca por captação. A partir dessa averiguação, estampamos a possibilidade de vislumbrar as modificações efetivadas pelo processo mediador no livro como uma tentativa de conquistar os novos leitores, convencendo-os sobre a credibilidade do livro.

Analisando os dados relativos às características identitárias dos sujeitos enunciadore, de acordo com Charaudeau (2012), expomos a existência de envolvimento afetivo-profissional entre a assessoria da CVRP, integrantes da Coordenação e produção editorial do livro e os testemunhantes.

Como mencionado no Capítulo I, Amelinha Teles, uma das idealizadoras do livro, integra a assessoria da CVRP e juntamente com a sua família protagonizou a luta contra a ditadura militar. Logo, o seu testemunho e os testemunhos de seus filhos, Edson Luis de Almeida Teles e Janaina de Almeida Teles, compõem o livro investigado. Do mesmo modo, Ivan Akseurud Seixas é coordenador da CVRP e também testemunhou juntamente com sua família no livro. Outros testemunhantes do livro ainda podem ser identificados como colaboradores da comissão, a exemplo de Camila Sipahi Pires, que atuou na pesquisa iconográfica e no tratamento das imagens utilizadas.

Outra evidência da existência de relações sócio-afetivas entre os testemunhantes reside no fato de que além do livro *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, outra manifestação da memória coletiva de integrantes do mesmo grupo foi realizada no de 1996. Como citado no Capítulo I dessa pesquisa, o documentário *15 filhos* foi dirigido por Maria Oliveira e Marta Nehring e procurou retratar as memórias dos filhos de militantes, presos, desaparecidos ou mortos

durante a ditadura militar no Brasil. Tal manifestação comunicativa foi referida no testemunho *Por que você é tão tristonha?* de Marta Nehring:

O pessoal da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, sobretudo a Amelinha e a Crimeia, nos ajudou a contatar outros “filhos”. Gravamos com quem pôde ir nos dois dias de estúdio que a Maria conseguiu emprestado. Optamos por fundo neutro e exibir em preto e branco, para uniformizar ao máximo a imagem, aplainando as diferenças de tipo físico, cor da roupa, cenário de fundo etc. A proposta foi anular as diferenças para destacar as falas e, assim, constituir um corpo de depoimentos capaz de reproduzir uma experiência comum. E aí saiu o 15 Filhos, o filme que não era pra ser filme, que foi exibido em março de 1996 na UNICAMP, e depois percorreu o mundo e ganhou prêmios (SÃO PAULO, 2014, p. 46).

Os perfis dos testemunhantes, contendo informações sobre ano e local de nascimento, filiação, nível de escolaridade e percurso profissional, foram expostos em nota complementar ao final de cada testemunho. Esta inclusão corrobora com a delimitação de suas características identitárias. Analisando os dados sobre o nível de escolaridade expostos nos perfis dos testemunhantes, observamos que de um total de quarenta e cinco testemunhantes, nove possuem pós-graduação nos níveis de mestrado ou doutorado, vinte e um testemunhantes possuem ensino superior, cinco possuem formação em área técnica ou tecnológica e oito não informaram dados precisos sobre a escolaridade.

Em relação aos dados sobre ocupação profissional informados nos perfis, observamos que treze testemunhantes ocupam cargos públicos, dentre professores universitários, cargos comissionados e cargos estaduais, vinte e dois trabalham no setor privado, um testemunhante encontra-se desempregado, dois são aposentados e sete não informaram dados precisos sobre a ocupação profissional.

A partir dos dados discriminados acima, aventamos que os testemunhantes integram uma fatia privilegiada do contexto socioeconômico brasileiro, pois em sua maioria, possuem elevado grau de escolaridade, e altos cargos profissionais para esse contexto. Mais de 65% do total de perfis apresentados apontam dados de formação educacional no nível superior e apenas um perfil informou situação de desemprego.

A forma de exposição textual dos perfis dos testemunhantes na obra foi discreta se comparada à exposição dos perfis dos militantes, os primeiros por meio de notas complementares e os segundos como elementos de apoio. No entanto, vislumbramos

funções linguísticas e discursivas diferentes para cada exposição. Se por um lado, os perfis dos testemunhantes delinearam as suas posições socioprofissionais, por outro, os perfis dos militantes retrataram as suas trajetórias de luta contra a ditadura, representando na obra um traço histórico e comprobatório.

As relações de sentido que podem ser construídas a partir da associação entre os perfis dos militantes e dos testemunhantes expostos na obra podem influenciar diretamente a delimitação da imagem dos sujeitos enunciadores pelos leitores. Em uma primeira hipótese, se o leitor associar os dados socioprofissionais expostos nos perfis dos testemunhantes aos dados históricos expostos nos perfis dos militantes, pode vir a conceber o sujeito enunciador (ser social) como um indivíduo crédulo e bem posicionado socialmente, o qual relata as suas memórias baseado em dados históricos, comprovados no livro. Assim, o sujeito interpretante (TUi) interpretaria racionalmente os dados expostos no livro, atribuindo uma imagem crédula ao sujeito enunciador (EUe). O sujeito comunicante (EUc) figuraria, nesse caso, como uma testemunha do real, que possui credibilidade por ter se baseado em dados reais.

Em uma segunda hipótese, o leitor poderia basear-se na imagem infantil construída para o sujeito enunciador verbo-visualmente, através das fotografias de infância e das formas de referencia empregadas para identificar os testemunhantes, e julgá-lo a partir das características de ser criança na crença popular. Nesse caso, sua interpretação poderia ser expandida ao domínio emocional, e assim ser solidário à proposta do livro.

Essa última hipótese se baseia no fato de que o conteúdo testemunhal enunciado inicialmente no *Seminário Verdade e Infância Roubada* contou com uma complementação mais acentuada de imagens fotográficas e documentos relativos ao período autoritário ao ser transposto para o livro. Tal apoio documental pode ser relacionado ao fato de que no segundo arranjo comunicativo, materializado pelo discurso escrito, o locutor não poderia perceber imediatamente as reações do interlocutor. Assim, determinadas escolhas efetivadas pela produção editorial seriam exigências do novo canal, pois a comunicação monologal, por não permitir a troca, deve antecipar as possíveis dúvidas ou desconhecimentos do leitor. De todo modo, a

antecipação é parte constitutiva de todo processo enunciativo, a diferença reside na urgência dessa antecipação em se tratando da comunicação dialogal.

No livro, as estratégias, que julgamos atuar em prol de uma visada por credibilidade e captação, procuraram delinear uma imagem específica para os sujeitos enunciadorees. Todavia, essa construção foi promovida de maneira dual. De um lado, os perfis socioprofissionais dispostos ao final dos testemunhos procuraram atestar a credibilidade dos testemunhantes enquanto adultos escolarizados e profissionais bem sucedidos e de outro, há marcas no livro que apontaram para a construção de uma imagem infantil para os sujeitos enunciadorees.

Consideramos que o título principal da obra, alguns dos títulos secundários, parte da iconografia e os dados do contrato, proposto por meio dos elementos pré-textuais, sugerem essa imagem infantil para os sujeitos enunciadorees através de elementos multimodais associados ao universo infantil e da inserção do outro. Esta relação dúbia nos atenta para a medida ficcional³⁴ no livro, não obstante considerarmos que o mesmo integra-se à literatura testemunhal.

Por fim, constatamos que a obra em questão pode ser considerada como um coro de vozes independentes em prol de um objetivo social comum, o qual seria testemunhar contra a ditadura militar no Brasil e em favor dos militantes.

Primeiramente, pode ser considerada uma miscelânea de vozes, devido à natureza heterogênea de sua produção, pois abarca um grande número de sujeitos, que apesar de estarem referenciando suas memórias a um tema comum, possuem pontos de vista diversos. Em segundo lugar, a autoria colaborativa em que a obra foi produzida agregou a voz da ALESP, na figura da CVRP. Indicamos como exemplo os textos escritos nos elementos pré-textuais, pois cada qual representa uma voz diferente, mesmo que revestida do ponto de vista das “crianças da ditadura”, essas vozes não são transparentes. Ilustramos ainda, a presença das vozes dos editores, os quais selecionaram as imagens reproduzidas na obra, amenizaram marcas de oralidade reverberadas durante a enunciação inicial dos testemunhantes, esclareceram os

³⁴ Tomamos o conceito de ficcionalidade a partir de Emília Mendes-Lopes (2004). Para a pesquisadora, a ficcionalidade seria a simulação de uma situação possível. Considerando que os testemunhantes são adultos no momento em que enunciam as suas memórias, propomos que, em determinados momentos na obra, a voz da própria “criança” é simulada pelo enunciadoree.

dizeres dos testemunhantes para o leitor através de glosas, apresentaram os testemunhantes ao leitor por meio de notas, entre outras questões relacionadas à qualidade estética da obra.

Averiguamos também que a influência do ponto de vista dos militantes foi materializada de outra forma na obra escrita, por exemplo, no *Seminário Verdade e Infância Roubada* muitos dos militantes estavam presentes fisicamente, e de acordo com o quadro 1, foram consultados durante as apresentações. No livro, essa presença se mantém, porém, por intermédio de uma materialização diferente. Como ilustramos no Capítulo I, como último elemento de um mesmo grupo familiar, relatos dos próprios testemunhantes foram reproduzidos. A inserção desse elemento surge como forma de validar os dizeres precedentes.

Ademais, as vozes dos militantes, assim como as vozes de outros atores sociais, também foram demarcadas na linearidade dos testemunhos, tal estratégia de opacificação será o objeto de nossa análise posterior.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DO DIALOGISMO

Na presente sessão, analisamos o dialogismo na obra *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* por meio do mapeamento e exame dos discursos acionados através da obra para narrar o período ditatorial sob o ponto de vista dos depoentes, no que eles representam em termos de movimento dialógico. Sob esse propósito, procedemos com o mapeamento e a análise das formas da heterogeneidade enunciativa mostrada, marcada e não marcada, balizando-nos na noção dialógica de Bakhtin (2011, 2015) e nos estudos sobre a heterogeneidade enunciativa realizados por Authier-Revuz (1990, 1998, 2004,2008). Após a identificação das marcas da heterogeneidade enunciativa, para relacionarmos os discursos movimentados através da representação do discurso outro na obra ao meio sócio-histórico, empregamos a noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

Concebemos, a partir de Bakhtin, toda enunciação como um elo de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta. “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc)” (BAKHTIN, 2009, p. 128, *italico do autor*). Em especial, o ato de fala sob forma de livro é sempre orientado em função de intervenções anteriores:

Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores da mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc (BAKHTIN, 2009, p. 128).

Destacamos que uma investigação sobre o dialogismo pode ser compreendida como o estudo da historicidade discursiva. De acordo com José Luiz Fiorin (2010, p. 47), a história que perpassa os discursos é percebida a partir de suas relações com outros discursos. Assim, a historicidade não pode ser reconhecida através dos acontecimentos da época em que o discurso foi produzido ou em histórias sobre suas condições de produção. Para o autor, a historicidade do discurso é apreendida no

próprio movimento dialético de sua constituição: “Por ser dialógicos é que os discursos são históricos”. (FIORIN, 2010, p.40).

A análise realizada primou por identificar os atravessamentos do outro nos títulos da obra (título principal e títulos estampados no sumário) e nos testemunhos do grupo familiar Arantes, e, em seguida, relacionar os discursos acionados através desses atravessamentos a redes sócio-histórico, por meio da observação dos imaginários sociodiscursivos nos quais esses discursos se fundamentam.

Como critérios de análise, selecionamos as formas mostradas da heterogeneidade enunciativa marcada e não marcada, conceituadas por Authier-Revuz (1990, 1998, 2004,2008). Especificadamente, (i) na análise do título principal propomos uma reflexão sobre a heterogeneidade mostrada não marcada, somando aos preceitos de Authier-Revuz (2004) as formulações de Charaudeau e Maingueneau (2012) e (ii) na análise dos títulos estampados no sumário e dos testemunhos do grupo familiar Arantes empregamos, principalmente, critérios de análise relativos aos estudos das formas de heterogeneidade mostrada marcada.

De acordo com o seu sumário, a obra apresenta quarenta e quatro testemunhos. Na sequência, reproduzimos aqueles cujos títulos apresentam indícios da heterogeneidade mostrada marcada:

- T1. A felicidade interrompida da "menina ruim"
- T2. “Por que você é tão tristonha?”
- T3. “Vivi intensamente o exílio e a redemocratização do Brasil”
- T4. “O exílio do meu pai foi a nossa despedida”
- T5. “Faria tudo igual a ele”
- T6. “Que um dia ninguém mais pense assim”
- T7. “Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade”
- T8. “Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso”
- T9. “Los niños nacen para ser felices”
- T10. “Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro”
- T11. “A ditadura nos forçou a virar soldados”
- T12. “Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos”
- T13. “O sequestro da minha memória”
- T14. “Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver o meu filho”
- T15. “Filho dessa raça não deve nascer”
- T16. “Seu pai não era um ladrão, era um herói”
- T17. “Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar”
- T18. “Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?”

T19. “Dói gostar dos outros”

T20. “Não tem luto. São vazios”

T21. “Ele lutou muito para conseguir se inserir na sociedade mas não conseguiu”

T22. “Sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor”

Em relação aos testemunhos do grupo familiar Arantes, analisamos os seguintes:

(i) *Filho do Zorro* por André Almeida Cunha Arantes. Principais temas abordados: prisão; perseguição; fuga; julgamento; separação da família; clandestinidade; identidade; tortura; desejo de vencer; normalização da vida após a ditadura; percurso acadêmico e profissional; relações entre esporte e política;

(ii) *Identidade, nome e o paradoxo da liberdade* por Priscila Almeida Cunha Arantes. Principais temas abordados: prisão; mito do poeta Simônides; identidade; clandestinidade; normalidade da infância; brincadeiras; separação da família; tortura; traumas; apagamentos de memória; aulas de pintura; visitas ao presídio; reencontro com a família; Lei da Anistia; contexto escolar; orgulho por poder carregar o sobrenome dos pais.

3.1 O dialogismo: Bakhtin/Authier-Revuz

O vasto conjunto da obra de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895 -1975), muitas vezes em diálogo com outros autores, como Valentin Volochínov e Pavel Medviédiev, baliza estudos em diversas áreas relativas à linguagem humana. Segundo Maria Yaguello, na apresentação à edição brasileira de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009), o filósofo russo se diplomou em História e Filologia pela Universidade Estatal de São Petersburgo na Rússia e durante o seu percurso profissional integrou um círculo de estudos articulador de ideias bastante inovadoras em sua época, o chamado “Círculo de Bakhtin”, aproximadamente entre os anos de 1918 e 1929.

Em meio a todas as contribuições do pensamento bakhtiniano, focalizamos nessa sessão, as suas considerações em torno do mote dialógico. Na visão de Beth Brait, “a natureza dialógica da linguagem é um conceito que desempenha papel fundamental no conjunto das obras de Mikhail Bakhtin, funcionando como célula

geradora dos diversos aspectos que singularizam e mantêm vivo o pensamento desse produtivo teórico”. (BRAIT, 1994, p.11).

Em consonância ao pensamento de Brait (1994), Rosse Marye Bernardi afirma que o dialogismo é o princípio motriz do pensamento bakhtiniano:

Todos os seus trabalhos e teorias, mesmo aqueles do início da carreira, são movidos pelo mesmo princípio e convicção de que toda a produção cultural humana se elabora a partir de múltiplas participações, pelo dialogismo quase infinito da linguagem (BERNARDI, 2013, p. 75).

Com relação aos contornos da visão dialógica de Bakhtin, é imprescindível ponderar que embora o filósofo tenha tratado o diálogo de maneiras diferentes em sua obra, nestes escritos consideramos o diálogo como o princípio constitutivo de toda a comunicação verbal e não estritamente nos termos da interação face a face. Na passagem aventada a seguir, Bakhtin diferencia o sentido de duas concepções de diálogo:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2009, p.127).

Na visão da pesquisadora Diana Luz Pessoa de Barros (2005), a primeira noção suprarreferenciada por Bakhtin (2009) caracteriza o campo de estudos sobre a interação verbal entre sujeitos e acerca da intersubjetividade, enquanto a segunda noção alude ao diálogo entre discursos, evidenciando o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem.

Bakhtin (2015) dedica um capítulo em especial para a reflexão sobre o discurso em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, no qual o autor circunscreve o viés de sua proposta dialógica. Inicialmente, o filósofo expõe a disciplina incumbida do estudo das relações dialógicas, a translingüística ou metalingüística:

Intitulamos este capítulo “O discurso em Dostoiévski” porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Lingüística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos, abstraídos pela Lingüística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises subseqüentes não são lingüísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalingüística, subentendendo-a

como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Lingüística. As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a Linguística e devem aplicar os seus resultados. A Lingüística e a Metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita freqüência (BAKHTIN, 2015, p. 207).

A respeito do funcionamento da análise translingüística, Fiorin afirma que em uma “análise translingüística, é preciso analisar as significações do texto, para, a partir daí, examinar as relações com o que está de fora dele” (FIORIN, 2010, p.34). O autor destaca que um discurso não se constrói sobre a realidade, mas sobre outros discursos, haja vista a nossa relação com a realidade é mediada pela linguagem.

Após discutir o método translingüístico, Bakhtin (2015) determina o espaço de manifestação das relações dialógicas, o qual seria o enunciado concreto, em uso. No entanto, o autor reitera que é possível atribuir o enfoque dialógico a partes significantes do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, desde que ela seja interpretada como um signo da posição semântica de um outro. Assim, faz-se necessário considerar a existência do choque entre duas vozes, o que caracteriza o microdiálogo. O filósofo ilustra ainda outros elementos aos quais é possível atribuir o enfoque dialógico, como os estilos de linguagem, os dialetos sociais e as imagens de outras artes.

Bakhtin considera as relações dialógicas como fenômenos extralingüísticos e inseparáveis do campo do discurso. Em sua concepção, as relações dialógicas são possíveis se, estritamente, estiverem representando posições de diferentes sujeitos:

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo de existência, devem, tornar-se enunciado, e ganhar *autor*, criador de dado enunciado cuja a posição ela expressa (BAKHTIN, 2015, p.210, itálico do autor).

Segundo Adail Sobral, o sujeito para Bakhtin é concebido em um “eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva e em um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido”. (SOBRAL, 2012, p.22). Tal concepção implica no não acabamento do Ser, pois ao mesmo tempo em que o sujeito se define a partir do outro, é ele próprio quem

define o outro. Para o autor, a noção de sujeito proposta por Bakhtin recusa tanto um sujeito infenso ao social, quanto submetido ao ambiente sócio-histórico:

Essa noção de sujeito implica, nesses termos, pensar o contexto complexo em que se age, implica considerar tanto o princípio dialógico – que segue a direção do interdiscurso, constitutivo do discurso, mas não o esgota aí -, como os elementos sociais, históricos etc. que forma o contexto mais amplo do agir, sempre interativo (que segue a direção da polifonia, isto é da presença de várias “vozes”, vários pontos de vista no discurso, que naturalmente podem ser escamoteados, embora não deixem de estar presentes) (SOBRAL, 2012, p.22-23).

A partir das considerações de Sobral (2012), as quais buscam sintetizar a proposta subjetiva de Bakhtin e do Círculo³⁵, delineamos a visão de um sujeito situado, agente e responsável/responsivo, “um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo do outro”. (SOBRAL, 2012, p.24).

De modo similar, Brait ancora o dialogismo bakhtiniano em uma dimensão dupla e indissolúvel. Primeiramente, a autora relaciona o dialogismo “ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade”, instaurando assim, “a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem”. (BRAIT, 2005, p. 94). De outro modo, concatena-o “às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez instauram e são instaurados por esses discursos”. (BRAIT, 2005, p. 95).

Na visão de Mônica Graciela Zoppi-Fontana, o conceito dialógico bakhtiniano sustenta-se na “noção de vozes que se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que atravessam a enunciação”. (ZOPPI-FONTANA 2005. p. 111, itálico da autora). Decerto, para a autora, tais vozes são sociais e manifestam consciências valorativas que compreendem ativamente os enunciados.

Ancorados pela noção dialógica bakhtiniana, consideramos o texto como uma trama construída a partir de muitas vozes interrelacionadas, haja vista que a língua realiza-se por meio de um ininterrupto atravessamento discursivo. Ademais, a palavra

³⁵ No prefácio da obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2015, p.8), Paulo Bezerra define a “palavra” como o conceito-chave da teoria bakhtiniana do dialogismo ao criticar a versão do dialogismo bakhtiniano apresentada pela pesquisadora búlgaro-francesa Julia Kristeva.

possui uma historicidade, como afirma Authier-Revuz (2004), o sujeito não é fonte primária do que diz. Consideramos ainda, que todo discurso é realizado em uma atitude responsável/responsiva, por meio da qual o locutor responde a algo e ao mesmo tempo prevê um outro em seu dizer.

Não obstante à ideia de que o dialogismo enquanto traço constitutivo da linguagem é incontestável para Bakhtin, Barros evidencia o ocultamento do dialogismo discursivo por meio da explicitação da relação entre dialogismo e polifonia. Na visão da autora, o dialogismo é reservado para designar o princípio constitutivo da linguagem e do discurso e a polifonia é empregada para caracterizar o texto em que o dialogismo se deixa ver, "[...] aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que o constituem". (BARROS, 2005, p 34).

Barros sintetiza sua argumentação defendendo que "o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, conforme variem as estratégias discursivas empregadas". (BARROS, 2005, p.34). Assim, tanto a polifonia, quanto a monofonia, podem ser consideradas como efeitos de sentido construídos a partir de estratégias discursivas diversas. Por fim, a autora delega aos estudiosos do texto a tarefa de examinar as estratégias, os procedimentos e recursos, os quais atribuem o *status* de polifônico ou monofônico a um texto dialogicamente constituído.

Neste sentido, Barros (2005) projeta o trabalho de pesquisadores que deram seguimento aos estudos dialógicos inaugurados por Bakhtin, entre os quais figura o nome de Authier-Revuz. De modo similar, ao enunciar algumas características do que considera uma teoria/análise dialógica, Brait (2010) elenca o conceito de heterogeneidade constitutiva cunhado por Authier-Revuz, justamente pelas fortes raízes desse conceito no pensamento bakhtiniano.

Dentre as pesquisas realizadas, Authier-Revuz (1990,1998, 2004, 2008) ocupou-se do estudo das heterogeneidades enunciativas, considerando que todo discurso é atravessado pela presença do outro/Outro. Sua abordagem sobre essa temática se refere a uma condição necessária da linguagem e também à maneira como o sujeito negocia a sua posição no discurso frente a essa condição necessária. Assim, a autora distingue as formas da heterogeneidade enunciativa em dois eixos interrelacionados:

- (i) Heterogeneidade constitutiva;
- (ii) Heterogeneidade mostrada ou sugerida.

No que tange à heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz discorre sobre um tipo de presença do outro que não depende de uma abordagem linguística, tratando-se de uma condição incontornável do discurso. A autora apoia as suas reflexões a esse respeito no dialogismo bakhtiniano, o qual toma o discurso como um produto de interdiscursos, e “na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud³⁶ e sua releitura por Lacan”. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

Alicerçada nas bases teóricas supramencionadas, Authier-Revuz defende que todo discurso é heterogêneo, atravessado pelo outro discurso e pelo discurso do Outro. Nas palavras da autora: “O *outro* não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte primeira desse discurso”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69).

Observamos nos escritos da autora, que a partir da teoria lacaniana, o Outro (iniciado em letra maiúscula) refere-se ao elemento do inconsciente e o outro (grafado em letra minúscula) refere-se ao outro a quem nos dirigimos em relação de alteridade. Deste modo, reconhecemos a presença do Outro como a manifestação do inconsciente nos processos de linguagem e a presença do outro como um fenômeno social, considerando que o sujeito se constitui através das palavras dos outros (outros sujeitos, outros discursos, outras vozes).

Para Brandão (2012), a noção de heterogeneidade constitutiva defendida por Authier-Revuz é responsável pela ancoragem das outras formas de heterogeneidade, as quais são marcadas linguisticamente. Authier-Revuz (2004) afirma que as formas da heterogeneidade mostrada são perceptíveis no fio do discurso através de formas linguísticas por meio das quais um locutor único inscreve materialmente o outro na

³⁶ “O que, de fato, Freud coloca é que não há centro para o sujeito fora da ilusão e do fantasmagórico, mas que é função desta instância do sujeito que é o eu ser portadora desta ilusão necessária. É a tal posição, a da função do desconhecimento do eu que, no imaginário do sujeito dividido, reconstrói a imagem do sujeito autônomo, apagando a divisão (evidentemente inconciliável com todas as variantes de concepções do sujeito que o reduzem ao eu ou o centram sobre si próprio) a que remete o ponto de vista segundo o qual “o centro é uma ilusão produzida para o sujeito, que as ciências do homem [e no nosso campo, as teorias da enunciação] tomam como objeto ignorando que ele é imaginário” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28-29).

linearidade do seu discurso. Em sua visão, a heterogeneidade mostrada pode ser concebida como um meio de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso, como podemos verificar em seus ditos expostos a seguir:

As formas da heterogeneidade mostrada, no discurso, não são um reflexo fiel, uma manifestação direta - mesmo parcial - da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso; elas são elementos da representação - fantasmática- que o locutor (se) dá de sua enunciação [...] Minha hipótese é a seguinte: a heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso; ela também é “independente”: ela corresponde a uma forma de *negociação* – necessária – do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva – *inelutável mas que lhe é necessário desconhecer*; assim, a forma “normal” dessa negociação se assemelha ao mecanismo de *denegação* (AUTHIER-REVUZ, p.70-72, 2004, itálico da autora).

A inscrição do outro no discurso pode ser compreendida como um modo de denegação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do discurso, a partir do princípio do desconhecimento. Considerando que toda fala é fundamentalmente heterogênea, ao marcar explicitamente o não-um, o sujeito empenha-se em fortalecer o um. Desta maneira, o sujeito afirma que o outro não está em toda parte, mas apenas onde foi localizado linguisticamente, representando assim, uma resposta à ameaça ao domínio do sujeito falante perante uma fala que é naturalmente heterogênea.

Ademais, a heterogeneidade mostrada desdobra-se em formas sintáticas não marcadas e marcadas. Dentre as formas de heterogeneidade mostrada trabalhadas por Authier-Revuz (2004), as não marcadas representam a presença do outro de maneira não explícita, sendo sugerida através da alusão, da ironia, do discurso indireto livre, da antífrase, da imitação, do estereótipo e da reminiscência. Segundo a autora, essa forma de heterogeneidade é recuperável a partir de índices no discurso em função de seu exterior.

Segundo Brandão, as formas de heterogeneidade não marcadas são mais complexas, pois a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase. Em seus dizeres, nesta forma de presença do outro, “não há uma fronteira linguística nítida entre a fala do locutor e a do outro, as vozes se imiscuem nos limites de uma única construção linguística”. (BRANDÃO, 2012, p.61).

No que concerne às formas sintáticas marcadas de realização da heterogeneidade mostrada no discurso, Authier-Revuz (2004) aponta o discurso relatado direto e indireto (doravante DD e DI) e as formas da conotação

autonímica/MA³⁷ (doravante MA). Na concepção da autora, por meio de tais modalidades, o locutor oferece um lugar explícito ao outro em seu discurso.

Tanto as formas sintáticas do DD, quanto do DI, designam um outro no ato de enunciação. No primeiro caso, relativo ao DD, o locutor insere a presença do outro no fio do discurso, comportando-se como um porta-voz de suas palavras. Desse modo, o locutor atua de maneira direta, através do uso de citações: "No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo - ou o espaço - claramente recortado da citação da frase". (AUTHIER-REVUZ, p.12, 2004). Já no segundo caso retratado, concernente ao DI, o locutor pode colocar-se enquanto tradutor das palavras de um outro indivíduo fonte de sentido, atuando de maneira indireta, através do uso de suas próprias palavras.

De acordo com Authier-Revuz (1990), enquanto na autonomia simples, o elemento linguístico que faz a menção de um outro se realiza a partir de uma ruptura sintática, as formas marcadas da conotação autonímica/MA representam um formato mais complexo da heterogeneidade mostrada, pois o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu próprio discurso sem romper a autonomia e mostra essas palavras concomitantemente. Em seus dizeres:

Contrariamente ao caso precedente, o fragmento designado como um outro é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática: de estatuto complexo, o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que, pelas marcas, que neste caso não são redundantes, é remetido ao exterior do discurso" (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29-30).

A autora afirma que através do recurso das formas marcadas da conotação autonímica/MA, a figura do locutor desdobra-se momentaneamente em outra figura e o fragmento "marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro*". (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.13, itálico da autora). Tais marcações funcionam como uma forma de controle e regulação do processo de comunicação.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2012), Authier-Revuz considera a questão da conotação autonímica, elaborada por Rey-Debove (1978), de uma perspectiva da modalização reflexiva do dizer, chegando ao conceito de *modalização*

³⁷ Empregamos o termo por meio de uma dupla nomeação por considerarmos a releitura de Authier-Revuz do conceito de conotação autonímica de Rey-Debove (1978).

autonímica, o qual corresponde a um modo dividido que opacifica o dizer. Em síntese, o dizer se realiza ao falar das coisas com palavras, o dizer se representa ao mesmo tempo em que se constitui, e apresenta-se pela sua própria forma. Nos dizeres dos autores:

Manifesta-se, pois sempre que o enunciador comenta seu próprio dizer ao pronunciá-lo; o “comentário” testemunha um desdobramento da enunciação e pode, em sua forma mais reduzida, resumir-se à presença de aspas ou exprimir-se por enunciados metadiscursivos do tipo “se você me permite...”, “como dix X”, “no sentido original” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 84).

Após essa explanação inicial sobre os estudos da heterogeneidade enunciativa, acatamos a necessidade de explorar a perspectiva sobre a "representação do discurso outro" (doravante RDO), inscrita em Authier-Revuz (2008) e o estudo de Authier-Revuz (2004) sobre o emprego das aspas. Este direcionamento foi necessário para melhor atender às especificidades do material de pesquisa em questão, o qual apresenta uma utilização acentuada do sinal tipográfico das aspas caracterizando a menção de um outro.

Nesse sentido, pretendemos trabalhar com o campo da RDO, o qual privilegia as formas de representação do discurso sobre o discurso, e pode contribuir de maneira satisfatória para a reflexão sobre a menção a um outro no discurso. Consideramos que as menções realizadas na obra extrapolam a noção de "discurso citado", se considerado o seguinte motivo exposto por Authier-Revuz para o uso do termo RDO: "Entre as primeiras razões, figura a inadequação, geralmente percebida, do termo "citado" para imagens de discursos vindouros, hipotéticos, negados, etc [...]". (AUTHIER-REVUZ, 2008, p.217).

A respeito da necessidade de abordar o estudo das aspas nestes escritos, evidenciamos que, para a autora, elas representam o encontro de dois discursos, na medida em que o locutor insere o outro em seus dizeres, incentiva um choque discursivo, “As aspas se fazem “na borda” de um discurso, ou seja, marcam o *encontro com um discurso outro*”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.229, itálico e aspas da autora).

A função de distanciamento exercida pelas aspas pode ser realizada a partir de dois processos diferentes: autonímia e conotação autonímica. Reiteramos que tais termos, elaborados por Rey-Debove (1978), indicam uma situação em que o locutor faz

menção a uma palavra, caracterizando a autonímia simples e outra em que o locutor faz uso de uma palavra, caracterizando a conotação autonímica. No entanto, o conceito da conotação autonímica reelaborado por Authier-Revuz (2004) integra tanto o uso, quanto a menção e envolve uma operação metalinguística de distanciamento do locutor, por esse motivo o nome MA.

A partir dos exemplos: *Ele disse: "I don't mind"* ³⁸/ *A palavra "caridade" tem quatro sílabas/ A palavra "caridade" realiza boas obras*, Authier-Revuz define o elemento autonímico como um corpo estranho no enunciado, "um objeto mostrado ao receptor; nesse sentido, pode-se considerar essas palavras como "*mantidas à distância*", em um primeiro sentido, como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra". (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.217).

De outro modo, a partir do exemplo: *Nós nos contentaremos provisoriamente com essa "definição"*, a autora explicita a concomitância entre menção e uso:

Essas aspas são a marca de uma operação metalinguística local de distanciamento: uma palavra, durante o discurso, é designada na intenção do receptor como objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade* – daquela que normalmente funciona para outras palavras (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.219, itálico da autora).

A autora considera que a supramencionada suspensão de responsabilidade assumida pelo locutor cria um espaço vazio a ser preenchido. Esse espaço, por sua vez, realiza um apelo a uma glosa, a qual, na maioria das vezes, permanece no território do implícito. Logo, o uso das aspas suscita uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor, o qual duplica sua fala por meio de um comentário crítico no seio de seu próprio enunciado. Deste modo, o locutor pode atuar como julgador e dono das palavras que profere, sob a opção de vigiar ou de se afastar de seus próprios dizeres.

As formas de emprego das aspas e os seus efeitos de sentido visados podem ser diversos, tratando-se da conotação autonímica/MA. Expomos a seguir algumas das construções possíveis através do uso das aspas listadas por Authier-Revuz (2004):

³⁸

"Eu não me importo".

- (i) a adequação da palavra a um outro discurso ou outro código, como exemplo da demarcação de palavras estrangeiras ou familiares e para assinalar a distinção de um autor de seus personagens, caracterizando um narcisismo ofensivo;
- (ii) a concessão de sentido a um locutor, assinalando que a palavra adequada ao locutor não é a do receptor;
- (iii) a proteção do locutor, que levado a empregar certas palavras cujo saber não lhe é lícito, opta por suspender sua responsabilidade em relação a elas;
- (iv) o questionamento ofensivo do caráter apropriado de uma palavra ou expressão, quando o locutor é obrigado a empregar palavras impostas pelo exterior em vez de suas próprias palavras, caracterizando uma reação ofensiva. Pode ainda significar a falta de uma outra palavra da qual o locutor não dispõe ou para significar que a palavra não designa um objeto real;
- (v) a ênfase de uma palavra, demarcando a exatidão no emprego da palavra dita. Este recurso pode ser substituído ainda por itálico ou negrito.

No que se refere ao campo de estudos da RDO, frisamos o outro olhar lançado por Authier-Revuz (2008) a respeito do discurso citado, o qual é considerado pela autora como um campo bastante heterogêneo. Neste sentido, a autora expõe a sua preferência pelo termo representação do discurso outro ao invés de *discurso citado* com base em razões negativas e positivas. No primeiro caso, que concerne a razões negativas, a escolha pelo termo mostra-se promissora devido à inadequação do termo *discurso citado* tratando-se discursos vindouros, hipotéticos, negados, entre outros, os quais não possuem um referente anterior ao ato de enunciação. Ademais, as associações realizadas em torno do termo podem ser problemáticas no caso da modalização do dizer por um discurso outro, pois diferem entre si. Sobre as razões positivas, a autora expõe a possibilidade de delimitar um posicionamento do domínio da RDO no campo da metadiscursividade com especificação da alteridade.

Atentamo-nos ao quadro proposto por Authier-Revuz (2008), o qual expõe os casos de predicação e modalização relativos ao discurso outro (doravante DO), correspondentes aos modos de inclusão do outro no dizer:

QUADRO 2
Representação do discurso outro

(10)	Predicação concernente ao DO A	Modalização do dizer pelo DO B
Imagem do DO construída por paráfrase (descrição) a	Zona do discurso indireto (em sentido amplo) ex.: Ele anunciou seu retorno. Aa	Zona da modalização do dizer como discurso segundo ex.: Segundo ele, as estatísticas mentem. Ba
Imagem da DO construída com mostraçã de palavras b	Zona do discurso direto ex.: Resposta do ministro: “Esperemos as eleições”. Ab	Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo ex.: Ele está lhe “fazendo a corte” como diria minha avó. Bb

Fonte: Authier-Revuz, 2008, p. 111.

A partir do quadro 2, discriminamos as zonas de representação do campo da RDO, definidas pela autora.

No tocante à *Imagem do DO produzida por paráfrase (a)*, em que a imagem do outro passa por uma reformulação discursiva, equivalente a ela ou não, em entrecruzamento com a *Predicação concernente ao DO (A)*, quando o dizer efetua uma predicação sobre o dizer outro, realiza-se a *Zona do discurso indireto (Aa)*. Nessa zona, o discurso outro é objeto do dizer e a sua imagem é concretizada por uma paráfrase discursiva, sendo homogênea ao discurso em que é produzida.

Sobre a *Zona da modalização do dizer como discurso segundo (Ba)*, ela realiza-se por meio do entrecruzamento da *Imagem do DO produzida por paráfrase (a)* com a *modalização do dizer pelo DO (B)*, caso em que pelo dizer outro passa uma modalização do dizer. Em tal zona, “[...] se fala de um objeto qualquer segundo um outro discurso (B) cuja imagem passa pela paráfrase discursiva (a) [...]”. (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 112, itálico da autora).

A *Zona do discurso direto (Ab)* realiza-se através do entrecruzamento da *Imagem do DO construída com mostração de palavras (b)*, em que o dizer constrói uma imagem através de uma mostração que remete a outro discurso, com a *Predicação concernente ao DO (A)*. Nesse caso, o discurso outro é objeto do dizer e a sua imagem é mostrada explicitamente, sendo, desse modo, heterogênea ao discurso.

Por último, a *Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo (Bb)*, realizada por meio do cruzamento entre a *Imagem do DO construída com mostração de palavras (b)* e a *Modalização do dizer pelo DO (B)*, realiza-se quando [...] se fala de um objeto *segundo* um outro discurso (B) cuja imagem passa pela mostração de palavras (b). (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 112, itálico da autora).

Além das quatro zonas da RDO reproduzidas no quadro 2, Authier-Revuz (2008) considera a zona original da bivocalidade, a qual inclui o discurso indireto livre (DIL) ou confunde-se a ele. De acordo com a autora, essa zona caracteriza-se por uma heterogeneidade enunciativa particular, "A relação do dizer com o discurso outro representado é, então um *fala com*". (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 113, itálico da autora).

Refletindo acerca da relação entre o dialogismo bakhtiniano e as formas da heterogeneidade enunciativa cunhadas por Authier-Revuz, consideramos que a proposta da última permite a identificação de marcas que apontam para posicionamentos diversos, que podem ter sido recuperados para afirmar o ponto de vista defendido pelos depoentes no livro ou para desvalorizar pontos de vista relacionados à ditadura militar.

3.2 Imaginários sociodiscursivos

No intuito de relacionar os casos de representações do discurso outro localizados nas análises das formas de heterogeneidade enunciativa ao meio sócio-histórico, empregamos a noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

Para elaborar sua noção de imaginário sociodiscursivo, Charaudeau (2013) fundamentou-se no conceito de imaginário social proposto por Cornelius Castoriadis

(2000) para quem o imaginário social pode ser compreendido como um universo de significações fundador da identidade de um grupo, funcionando como forma de manter uma sociedade unida. O imaginário reflete a imagem que o homem possui do mundo social, ocupando a ordem do verossímil.

Charaudeau defende que "um grupo é constituído pela soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si, relações que, ao se autorregularem, terminam por construir o universo de valor, portanto, imaginários comuns". (CHARAUDEAU, 2013, p. 204). Ademais, o autor acrescenta que apesar de o imaginário social constituir uma percepção do homem sobre o mundo social, sendo esta percepção da ordem do verossímil, o homem não constituiria percepções a respeito do mundo sem as considerar enquanto verdades. Assim, propõe que todo imaginário construído trata-se de um "imaginário de verdade". (op.cit 2013, p. 204).

Partindo da premissa de que o imaginário provém de uma dupla articulação, entre o homem e o mundo e entre o homem e o homem, Charaudeau (2013) defende que nem todos os imaginários são conscientes, pois enquanto alguns são racionalizados por meio de textos e discursos que circulam nas instituições, outros circulam nas sociedades de maneira inconsciente, sendo assimilados naturalmente pelos membros dos grupos sociais, como uma evidência partilhada.

Esses imaginários podem ascender à consciência quando uma situação parece questioná-los e, sobretudo, quando se trata de defini-los em relação ao outro estrangeiro: a confrontação com a alteridade provoca sempre uma tomada de consciência. Outros imaginários estão ainda submersos no que se chama de inconsciente coletivo, pois todas essas implicações complexas são tecidas a longo da história, constituindo uma memória coletiva de longo termo que na prática é identificável apenas por uma abordagem histórica e antropológica (assim é com o imaginário de *pureza de raça*) (CHARAUDEAU, 2013, p. 205, itálico do autor).

O linguista considera que embora os grupos sociais reelaborem os imaginários constantemente, tendem a essencializá-los, pois o imaginário só tem valor mediante a sua pretensão de universalidade, "[...] os genocídios e outras purificações étnicas não poderiam ser realizados sem o suporte de imaginários com pretensão universal". (CHARAUDEAU, 2013, p. 206).

Neste sentido, Charaudeau (2013) propõe o conceito de imaginário sociodiscursivo, integrando a noção de imaginário social de Castoriadis (2000) com um

quadro teórico da análise do discurso. O autor determina que os imaginários sociodiscursivos são compostos por representações sociais que constroem o real como universo de significação. Essas representações são identificadas por meio de enunciados que circulam no interior de um grupo, instituindo-se como normas de referência. Para o autor, os imaginários sociodiscursivos circulam no espaço da interdiscursividade, podem construir arquétipos coletivos inconscientes e dão testemunho “das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 207).

Consideramos que a noção de imaginário sociodiscursivo proposta por Charaudeau (2013) pode contribuir na reflexão sobre os discursos acionados na obra para narrar o período ditatorial no Brasil do ponto de vista dos testemunhantes, os quais vislumbraremos nas análises da forma de heterogeneidade mostrada, pois focalizamos nessa pesquisa justamente a percepção dos testemunhantes sobre a ditadura. Neste mote, a noção supramencionada pode indicar as percepções acerca do mundo social construídas por um grupo, ou seja, as normas de referência sobre o real, compartilhadas por um grupo determinado. Aventamos que essa percepção pode ser delineada a partir da forma com que tal grupo constrói saberes a respeito de uma temática determinada. Reiteramos que esses saberes não são construídos de maneira isolada, mas através do diálogo ininterrupto da palavra em uso concreto, no seio social.

Esclarecemos que na perspectiva dessa pesquisa, consideramos que o grupo militante que testemunhou para o livro não constitui um ponto de vista homogêneo, apesar de estar unido sob o propósito comum de uma causa militante. Segundo Charaudeau (2013), os ditos militantes não possuem uma opinião homogênea, pois para agir em conjunto não é necessário estar de acordo a respeito de tudo. O autor argumenta que os grupos militantes envolvem-se em uma ação sob o propósito de promover a transformação de uma situação na sociedade, a qual visa um bem maior. Discursivamente, tais grupos fundam as suas opiniões no imaginário político e no imaginário de protesto, os quais são relacionados à organização da vida em sociedade.

Enfim, após a identificação das marcas da heterogeneidade enunciativa nos títulos e nos testemunhos do grupo familiar "Arantes", que apontam o dialogismo,

iremos relacioná-las ao cenário sócio-histórico por meio da noção de imaginário sociodiscursivo proposta pelo autor supracitado.

3.3 Análise dos títulos

3.3.1 Título da obra

Na medida em que não identificamos a presença marcada do outro no fio discursivo do título principal da obra, *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, realizamos uma reflexão instaurada a partir do confronto de seus dizeres com outros usos realizados no meio sócio-histórico. Assim, considerando um tipo de heterogeneidade mostrada não marcada, realizamos um estudo da historicidade de suas expressões. Essa reflexão parte do princípio bakhtiniano de que nenhum discurso constitui uma fonte primária, pois, toda palavra traz consigo uma historicidade advinda dos discursos em que viveu. “O sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na ‘leitura plural” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26).

Decerto, a expressão *Infância Roubada* já foi empregada no meio sócio-histórico do Brasil, em espaços discursivos diversos. A partir desses empregos, vislumbramos uma certa estabilidade nos usos sociais da expressão *Infância Roubada*, bem como nos efeitos de sentido e discursos movimentados em tais usos. Para tal, apoiamo-nos na perspectiva de Charaudeau e Maingueneau, a qual defende que a heterogeneidade mostrada não marcada pode ser identificada pelo coenunciador “combinando em proporções variáveis a seleção de índices textuais ou paratextuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 261).



FIGURA 26 – Título da obra.
Fonte: São Paulo, 2014.

Observamos que o título da obra foi grafado por meio de uma fonte serifada, semelhante àquelas comumente utilizadas em antigas máquinas de escrever. Esse tipo de fonte foi utilizada também em diversos títulos dos testemunhos, nos quais os caracteres estão aparentemente borrados por excesso de tinta, como os da palavra *Roubada* no título. Tal efeito caracteriza uma imperfeição que não condiz com os meios gráficos atuais, os quais possuem alta tecnologia. Logo, consideramos que esse estilo da fonte dialoga com o passado, tempo em que os fatos narrados ocorreram; dialoga também com a prática jornalística, que se relaciona com o tipo do ato investigativo propulsor da efetivação da obra, construída por meio de testemunhos.

Refletindo acerca de sua historicidade, observamos que nas situações sociais em que foi empregada (conforme exposto a seguir), a expressão *Infância Roubada* apontou para situações de abuso e de violência contra crianças e adolescentes, como o trabalho infantil, o abuso sexual, entre outras. Citamos algumas obras disponíveis no mercado editorial brasileiro, as quais reproduzem tal expressão como título, e os temas por elas abordados:

QUADRO 3
Usos da expressão Infância Roubada.

Titulo	Tema abordado
<i>Infância Roubada, A exploração do trabalho infantil! (2000) – Autoria: Telma Guimarães Julio Emilio Braz</i>	O trabalho infantil.
<i>Infância Roubada (2014) – Autoria: Josephine Cox</i>	Violência doméstica.
<i>Uma infância roubada (2012) – Autoria: Johnson, Mark</i>	Vício de drogas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outras utilizações da expressão em questão podem ser localizadas em jornais virtuais e em *sites* diversos. Citamos como exemplo o artigo de Eliane Brum no *site* Dom Total³⁹, intitulado *A infância roubada em hospícios*, o qual aborda o confinamento de crianças em hospitais psiquiátricos.

Tratando-se do mercado cinematográfico, mencionamos ainda o filme da África do Sul e Inglaterra, *Tsotsi*, que foi lançado no Brasil em 2007 sob o título *Infância Roubada*. O drama, que conta a história de um jovem delinquente da África do Sul, foi baseado na novela de Athol Fugard, publicada no Brasil na década de 1980.

Considerando os exemplos acima, observamos que os efeitos de sentido construídos pela expressão *Infância Roubada*, nos usos sociais citados, mantiveram uma tendência em relacionar a ocorrência de situações adversas na fase infantil à perda da infância. Essa similaridade nos leva a questionar um ponto comum suscitado em seus usos: *Qual seria esta "infância", a qual pode ser roubada perante situações de abuso?*

Aventamos que, em oposição ao roubo, surge o delineamento de uma infância plena, pré-definida socialmente. Refletindo acerca da construção textual, encontramos um indício dessa hipótese no Título Principal (FIGURA 26), o qual retratou a infância como um objeto material, de um lado, e o agente que foi responsabilizado pelo roubo, de outro.

Considerando o contexto sócio-histórico, identificamos a existência de leis específicas que zelam pelos direitos das crianças e dos adolescentes. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990⁴⁰, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, delibera os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes no Brasil. Em seu artigo 5º, defende que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Assim, atrelada ao discurso legal, a infância obtém um estatuto objetivo com base na lei e passa a ser mensurada como um direito do cidadão brasileiro.

³⁹ Disponível em: <<http://www.domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=731883>> Acesso em 15 nov. 2015.

⁴⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em 25 de nov de 2015.

A respeito dessa balizagem legal, a qual o Título Principal foi relacionado, averiguamos a partir de Charaudeau (2013), tratar-se do discurso do igualitarismo. Segundo o autor, esse discurso está inscrito no Imaginário da Soberania Popular, o qual é firmado por discursos que privilegiam a vontade do povo enquanto um grupo. De acordo com os ditos do autor, "Esse imaginário é sustentado pelos discursos que se referem a um mundo atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu "bem-estar"”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 227).

Tratando-se do ponto de vista da igualdade cidadã, o discurso do igualitarismo tende à abolição das diferenças de tratamento entre os membros de um grupo determinado, tão logo defende uma sociedade fundada na justiça absoluta. Assim, o título figura como uma reivindicação dos filhos de ex-militantes por um direito destinado às crianças em geral, o qual é calcado nas bases legais do país, a exemplo da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, citada anteriormente.

O fio condutor da compreensão do título, a partir do diálogo com o discurso do igualitarismo, foi recuperado por meio da comparação entre os usos sociais da expressão e a forma com que os títulos retrataram a infância, ou seja, como um direito e não como uma fase da vida que pode variar de indivíduo para indivíduo. Logo, compreendemos que a consideração do que seria a infância, nos termos da obra analisada, depende de um determinado tratamento social destinado à criança. Assim, podemos inferir que a posse da infância só é considerada plena se enquadrada dentro de parâmetros pré-estabelecidos socialmente.

Apresentamos alguns excertos, os quais representam uma amostra, composta pelos testemunhos do grupo formado por Edson Luis de Almeida Teles e Janaina Teles, por meio da qual podemos ilustrar algumas das formas como a infância foi retratada na obra:

Agora, convidada a escrever esse testemunho, fico refletindo sobre o que eu não falo a esses olhares curiosos, sobre a constante insegurança, sobre as tristezas, sobre as dificuldades. Penso em como meus pais lutaram pra me dar uma vida estável e buscaram que eu fosse apenas “uma menina normal”. Mas quem pode ser normal quando a polícia entra na sua casa pra espancar seu pai? Ou quando vive a invasão militar de Volta Redonda (já em 1989) e seus pais vêm até você para se despedirem, com o sentimento de que serão assassinados? Ou quando sua família está separada em várias partes do mundo porque foi obrigada a se exilar? Ou quando seu avô é obrigado a viver escondido para evitar ser deportado? Ou quando seus amiguinhos da escola

são proibidos de falar com você porque seus pais acham que você é representante das “forças do mal”? (SÃO PAULO, 2014, p. 153, sublinhado nosso).

Era uma infância que todos tentavam tornar mais ou menos normal, mas certamente era rodeada de muito medo e tensão (SÃO PAULO, 2014, p. 263, sublinhado nosso).

E minha mãe se casou com o Alípio Freire. Fomos morar numa casa no Alto da Lapa. Comecei ali a ter uma vida normal, uma infância muito mais gostosa, brincando com amigos na rua. Os pais do Alípio também foram muito importantes, assim como a chegada de minha irmã Maiana, quando eu tinha 9 anos (SÃO PAULO, 2014, p. 205, sublinhado nosso).

Nos trechos grifados, observamos um consenso acerca da existência de uma infância que seria considerada "normal" dentro dos padrões sociais de uma época. Ao suscitar a historicidade enraizada à expressão *Infância Roubada*, essa análise nos possibilitou vislumbrar a materialização dos horizontes ideológicos da linguagem em uso no momento sócio-histórico atual.

Por outro lado, refletindo acerca da relação responsiva firmada entre o enunciador e o coenunciador (leitor), constatamos que o diálogo instaurado por meio do discurso do igualitarismo possibilitou uma aproximação do leitor, pois o direito à infância também lhe é inerente como cidadão.

3.3.2 Títulos dos testemunhos

Na análise dos títulos dos testemunhos do livro, observamos que dentre quarenta e quatro, vinte e dois se caracterizam pela dialogicidade marcada explicitamente no fio do discurso. Marcação que, nesses casos, foi realizada através das aspas, um sinal tipográfico que pode demarcar o encontro de um discurso com outro, além de ser considerado como uma "arquiforma" da MA. Assim, para a análise dos títulos dos testemunhos, alicerçamo-nos nos estudos sobre as aspas concretizados por Authier-Revuz (2004). Como exemplo da grafia dos títulos dos testemunhos, reproduzimos as imagens seguintes:

A felicidade interrompida da “menina ruim”

por Rita de Cássia Resende

FIGURA 27 – Título *A felicidade interrompida da "menina ruim"*.
Fonte: São Paulo, 2014, p.37.

“Por que você é tão tristonha?”

por Marta Nehring

FIGURA 28 – Título *"Por que você é tão tristonha"*.
Fonte: São Paulo, 2014, p.43.

Como podemos observar, as estratégias empregadas nos títulos ilustrados acima não são as mesmas: a figura 27 demarcou apenas uma palavra específica com aspas e a figura 28 reproduziu todo o título entre aspas, e em razão dessas divergências produziram efeitos de sentidos diferentes. Ancorados por Authier-Revuz (2004), consideramos que o uso das marcações, em ambos os casos, denotam aos dizeres marcados um estatuto outro, mas o título ilustrado na figura 27 concretiza um caso de MAE, enquanto o título ilustrado na figura 28 concretiza um caso de autonomia simples, considerado o cotexto testemunhal, como estaremos nas análises seguintes.

T1. *A felicidade interrompida da "menina ruim"*

Trecho correspondente no testemunho:

Peguei a faca e falei para o agente que eu ia matar todo mundo. Ele olhou pra mim e disse “menina ruim”. Fiquei muito brava aquele dia. Nesse dia, meu pai escreveu uma carta para mim porque era meu aniversário (SÃO PAULO, 2014, p. 38, sublinhado nosso).

De acordo com Authier-Revuz, as aspas podem demarcar uma “operação metalinguística local de distanciamento” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.219). Durante o discurso, uma palavra é evidenciada, demarcando uma suspensão de responsabilidade

por parte do locutor, suspensão essa que realiza o apelo a uma glosa, a qual, geralmente, permanece no terreno do implícito. Desta maneira, a figura do locutor se desdobra em uma fala acompanhada de um comentário local e implícito, realizado pelo próprio locutor no curso da produção de sua fala.

Já em Authier-Revuz (2008), vislumbramos a noção de MAE, a qual se relaciona com a noção geral de MA. Na MAE o locutor fala de um objeto de acordo com um outro discurso, o qual é identificado em seu dizer por meio da mostração. Essa operação pode ser explicitada de diversas formas, das mais às menos explícitas, a exemplo da explicitação da operação de empréstimo, da assinalação da emergência de discurso outro, da marcação (aspas, itálico) de uma MA, que deve ser interpretada como MA e como empréstimo, de forma puramente interpretativa (alusão interdiscursiva).

No livro, o T1 foi utilizado para nomear o testemunho de Rita de Cássia Resende, no qual ela contou que durante a sua infância, em uma visita ao pai na prisão, teve acesso a uma faca e ameaçou o agente penitenciário, afirmando que "ia matar todo mundo" (SÃO PAULO, 2014, p. 38). O nome da testemunhante foi grafado abaixo do título do testemunho no livro, assim como em todos os outros testemunhos. Considerando a testemunhante como locutora, o uso das aspas indicou que os dizeres marcados não pertencem à sua autoria. Verificando o seu testemunho, certificamo-nos que os dizeres são atribuídos ao agente penitenciário, personagem de suas memórias.

Observando o T1, certificamo-nos de que apenas uma expressão foi demarcada com o sinal aspas: "*menina ruim*". Inferimos que a locutora falou segundo um discurso outro, pois a marcação indicou um ponto de vista pertencente à outra pessoa, inscrita em outro ato enunciativo. Esse dito marcado foi realizado "originalmente" no contexto da ditadura e foi responsável pelo julgamento depreciador de uma determinada atitude tomada pela menina.

Com base no estudo enunciativo de Authier-Revuz (2008), apuramos que o caso analisado (T1) integra o campo da MAE, pois o locutor falou de um objeto (menina) de acordo com outro discurso e a imagem dessa alteridade foi marcada em seu dizer por meio das aspas. O sentido da expressão demarcada foi atribuído a um outro, do qual a locutora tomou as palavras de empréstimo.

Por outro lado, se considerarmos o trecho correspondente ao T1 no testemunho, vislumbramos um caso de autonímia simples, caracterizando a zona do discurso direto. O discurso outro foi objeto do dizer e a sua imagem passou por uma mostração de mensagem. Nesse caso, ocorreu apenas uma sobremarcação tipográfica.

Consideramos que a marcação realizada suscitou uma glosa implícita que poderia realizar-se da seguinte maneira: *interprete "menina ruim" como dito pelo outro, em outro ato de enunciação*. Essa glosa implícita pode suscitar a seguinte polêmica: *o agente penitenciário julgou friamente uma criança que sofria pela ausência do pai no contexto da ditadura*.

O choque instaurado entre o ponto de vista recuperado por meio da imagem do dizer outro e do ponto de vista defendido pela locutora (perceptível através da temática do testemunho) movimentou discursos do cenário sócio-histórico relativos a valores morais, os quais podem sustentar a polêmica proposta pela glosa implícita. Aventamos que, por meio da estratégia metaenunciativa empregada, a locutora construiu o seu dizer com base em um posicionamento contrário ao seu para confrontá-lo.

A partir de Charaudeau (2013), consideramos que a polêmica suscitada pela glosa fundamentou-se no Imaginário Societário. De acordo com o autor, esse imaginário pode se manifestar de diferentes formas, podendo ser relacionado a normas de comportamento de indivíduos que vivem em uma mesma sociedade ou aos modos de organização dos diversos setores da sociedade. Em T1, esse imaginário diz respeito aos valores morais compartilhados por uma sociedade, fazendo alusão aos pólos de comportamento que levam à maldade ou à bondade e também à forma solidária com que um adulto deveria ter tratado uma criança que sofria na ocasião.

Constatamos assim, que o atravessamento enunciativo construído por meio do título permitiu a realização de um julgamento sutil por parte do locutor sobre um ponto de vista associado à ditadura. O elemento desencadeador dessa crítica foi justamente o resgate do outro discurso.

As análises efetuadas a seguir, tratam das formas de RDO nos títulos da obra, recurso amplamente empregado. De acordo com Authier-Revuz (2008, p.113), o campo da RDO pode ser representado a partir de marcações cujos graus são diversos.

No entanto, os títulos da obra foram demarcados inteiramente pelas aspas, em sua grande maioria, como exposto na figura 28. O corte realizado, o qual demarcou o lugar do um e o lugar do outro, torna-se perceptível considerando o título em relação ao testemunho ou a obra em sua completude. Ou seja, T2, por exemplo, faz referência a um trecho específico do testemunho, no entanto, ele é grafado de maneira simplificada. Em vez de ser grafado de maneira idêntica ao trecho correspondente no testemunho (“*E isso me era cobrado: “Porque você é tão tristinha?”*”), o T2 foi grafado da seguinte forma: “*Porque você é tão tristinha?*”, como podemos verificar na sequência.

T2. “Por que você é tão tristinha?”

Trecho correspondente no testemunho:

Para mim era inconcebível como as pessoas podiam estar risonhas, felizes, tão abertas umas com as outras! E assim eu fui me sentindo ainda mais excluída, porque não dava conta de ser tão feliz quanto eram as pessoas ao meu redor. Eu era aquela que estava sempre de cara fechada. E isso me era cobrado: “Por que você é tão tristinha?” (SÃO PAULO, 2014, p. 46, sublinhado nosso).

De acordo com o testemunho de Marta Nehing, o T2 referencia uma situação específica do contexto ditatorial, onde o ato enunciativo mencionado se realizou originalmente. Um ponto de vista outro foi o objeto do dizer e a sua imagem foi marcada explicitamente. Considerado o trecho do testemunho, averiguamos a efetivação de uma sobremarcação sintática e tipográfica. Já no caso do T2, grafado isoladamente, observamos apenas uma marcação tipográfica.

O ponto de vista acionado por meio do DD fez referência ao período militar, no qual a testemunhante ainda era uma criança. Ele não foi atribuído a agentes do regime, mas a um terceiro não identificado. Determinamos que a recuperação desse ponto de vista outro representou um meio de confirmação do sentimento de tristeza que a menina sentia pela prisão do pai. Assim, esse outro surge como uma forma de confirmação do ponto de vista da locutora, ou seja, como uma prova de que as ações da ditadura dificultaram a sua infância.

Consideramos que o deslocamento criado pelo ponto de vista acionado apontou para uma situação de dificuldades de inserção social impulsionada pelo comportamento

não convencional da menina. O fato de a testemunhante ter afirmado no testemunho que era cobrada por sua postura infeliz, movimentou o discurso do igualitarismo, inscrito no Imaginário da Soberania Popular.

De acordo com Charaudeau (2013), o discurso do igualitarismo apregoa uma sociedade fundada na justiça absoluta, o que implica no apagamento das diferenças entre indivíduos que vivem em uma mesma sociedade ou comunidade. Do ponto de vista da infância, a igualdade se baseia em um comportamento considerado sadio, caracterizado por brincadeiras, pelo cuidado dos pais e pelo aprendizado. Ao explicitar a sua diferença de comportamento, acionando o ponto de vista de outra pessoa sobre a questão, a locutora reclamou um direito à igualdade que lhe foi negado no contexto da ditadura.

T16 - "Seu pai não era um ladrão, era um herói"

Trecho correspondente no testemunho:

No dia do encontro, o homem entrou, me deu um abraço, sentou e começou a contar a história dele: que ele era um controlador de voo, que era sargento da Aeronáutica [José Barazal Alvarez]. Disse que ele atendeu a uma ocorrência do meu pai, e quando percebeu que era um sequestro, começou a conversar com o meu pai e com o piloto. [...] Quando ele contava isso, olhou para mim e disse: "Seu pai não se suicidou, seu pai foi morto" e "Seu pai não era um ladrão. Seu pai era um herói" (SÃO PAULO, 2014, p. 238, sublinhado nosso).

No testemunho de Grenaldo Edmundo da Silva Mesut, relativo ao T16, o testemunhante conta que descobriu informações sobre a vida do pai através de uma jornalista chamada Eliane Brum, a qual propiciou um encontro entre Grenaldo e o sargento da aeronáutica, José Barazal Alvarez. Esse referido sargento da aeronáutica foi controlador de vôo no período militar e atendeu a ocorrência do pai de Grenaldo, como consta no testemunho "Seu pai não era um ladrão, era um herói".

Formalmente, de maneira similar ao T2, no trecho do testemunho ocorreu sobremarcação sintática e tipográfica e no T16 ocorreu uma retextualização dos dizeres outros com marcação tipográfica.

O ponto de vista outro acionado através do DD referiu-se à outra pessoa e outro ato de enunciação, representando uma ratificação do ponto de vista defendido pelo locutor. Nesse caso, o locutor trouxe à cena uma voz identificada na figura de um

indivíduo que possui legitimidade para relatar o ocorrido citado. Esta legitimidade se deve à sua experiência do fato e também à sua posição profissional. Decerto, esta voz, associada à ditadura militar, surge também como forma de desvelar uma verdade, ou seja, a despeito de versões dominantes terem julgado o pai de Grenaldo como um ladrão, o ponto de vista de um sargento da aeronáutica experienciador do fato e munido de legitimação pode atestar o contrário.

Concluimos que esse ponto de vista outro acionado movimentou discursos voltados ao heroísmo, pois o pai de Grenaldo foi representado como um cidadão comum, que engajado em uma luta por transformação social, a qual visa um bem maior, agiu individualmente contra um sistema opressor.

De acordo com Charaudeau (2013), o discurso militante marca-se, geralmente, por modalidades de advertência. "Toda ação militante diz: "Aí está o que sou capaz de fazer!" "Eis o que pode acontecer com vocês!" A enunciação militante exprime-se sempre sob a modalidade da advertência (CHARAUDEAU, 2013, p. 275). No entanto, o autor afirma ser possível também a evocação de outro ponto de vista, baseado no "direito da ingerência". A partir desse ponto de vista, ações classificadas como terroristas são realizadas em nome de uma "réplica proporcional" das ações cometidas pelo Estado. Nos dizeres do autor: "A isso se soma um argumento: em razão da submissão da população temerosa ou passiva, são necessários ações ousadas ou heróis que salvem o povo dele próprio (assim se define por outro ponto de vista o "direito de ingerência)". (CHARAUDEAU, 2013, p. 276).

Aplicamos a lógica da ingerência, defendida por Charaudeau (2013), aos discursos movimentados por meio do DD em questão, os quais também são inscritos no Imaginário da Soberania Popular. Ao trazer à cena enunciativa uma defesa das ações do pai, o qual sequestrou um avião no período ditatorial, o locutor justificou esse ato como um heroísmo proporcional às ações abusivas cometidas pela ditadura na época. A sua insubmissão às regras do Estado representaram, ainda, uma forma de compromisso e de solidariedade para com a população em geral, a qual supostamente não poderia se defender sozinha.

Trecho correspondente no testemunho:

Mas não foi só isso que perdemos e me estendo um pouco mais para que fiquem registrados os sentimentos, os desdobramentos, as consequências e os pontos de vista das crianças que passaram por situações adversas, inclusive até os dias de hoje. E assim possamos lutar por um futuro onde possamos dizer: “Los niños nacen para ser felices” – José Martí (SÃO PAULO, 2014, p.139, sublinhado nosso).

O T9 referencia o testemunho de Ernesto Carlos Dias do Nascimento, o qual faz menção ao poeta José Martí. O ponto de vista do poema, trazido à cena no enunciado, opera como uma ratificação do ponto de vista defendido pelo livro, se considerarmos a temática *Infância Roubada*. Consideramos que o ponto de vista do poema movimentou discursos relativos aos direitos da criança e do adoloscete, além de representar uma determinada corrente política. No caso do T9, observamos que o RDO não possui uma referência enunciativa anterior definida, trata-se de um discurso vindouro. Ao mesmo tempo em que o locutor representou o ponto de vista de um outro, deslocou uma possível enunciação para um espaço temporal futuro, ou seja, o locutor propôs que no futuro as palavras do outro poderão ser ditas com valor de verdade.

Contudo, salientamos que os dizeres do poeta José Julian Martí Pérez possuem uma historicidade, a qual não depende de uma explicitação textual. O poeta tem a sua obra reconhecida internacionalmente e o seu trabalho foi empregado em diversos outros atos enunciativos anteriores. No ano de 2008, por exemplo, em Havana, foi realizado o *III Congresso Panamericano de Salud Mental Infante Juvenil* pela *Reunión de la Sección de Clasificación de la Asociación Mundial de Psiquiatría*⁴¹. Participaram desse evento, pesquisadores diversos, cujos trabalhos tratam da saúde mental de crianças e adolescentes. Neste sentido, este emprego anterior da expressão no meio social nos sinaliza a sua historicidade.

Ademais, atentamo-nos ao fato de que José Martí foi o criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC), no ano de 1892. Observamos que o poema, indicado na obra, também suscita um ideal revolucionário, ou seja, um ponto de vista associado a um ideal político determinado.

⁴¹

Ver em: http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/desastres/anuncio_congreso_smij_cuba_2008.pdf. Acesso em 04 de junho de 2016.

Considerando a historicidade do ponto de vista acionado, podemos relacioná-lo com discursos associados à saúde e aos direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido, a infância foi tomada como um direito de todas as crianças, movimentando assim, o discurso do igualitarismo. Os discursos do igualitarismo também pertencem ao Imaginário da Soberania Popular. De acordo com o ponto de vista suscitado, todas as crianças nascem para serem igualmente felizes.

T15 - “Filho dessa raça não deve nascer”

Trecho correspondente no testemunho:

Em segundo lugar, registro um abraço afetuoso, aos que, como eu, conheceram todo o barbarismo dos verdugos e aqui rendo minhas homenagens à memória de meu pai, Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará, assassinado pelo latifúndio em 1987 e a minha mãe, Hecilda Veiga, a pessoa mais íntegra que conheço nesta vida e que, com o destemor de ter me feito nascer, em meio ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC), em fevereiro de 1972, revelou inexorável bravura a ponto de um agente da repressão política, dentro da Polícia Federal, cunhar a frase: “Filho dessa raça não deve nascer” (SÃO PAULO, 2014, p. 217, sublinhado nosso).

Como podemos observar no trecho suprarreproduzido, o testemunhante indicou um agente da repressão como o autor origem dos dizeres utilizados como título. Em seu testemunho, Paulo Fonteles Silva contou as torturas sofridas pela mãe, antes e durante o parto.

No caso analisado, o dizer outro é objeto do dizer e a sua imagem é mostrada. O T15, isoladamente, foi grafado com sobremarcação tipográfica e o trecho correspondente aos dizeres do título no testemunho foi grafado com quebra sintática e sobremarcação tipográfica.

Analisando o título T15, notamos que o ponto de vista outro foi acionado para assinalar uma contrariedade com o ponto de vista defendido pelo autor. Ao recuperar o que foi dito para a sua mãe no período militar, o locutor movimentou discursos sobre o genocídio e o preconceito étnico-racial. Circula pela rede sócio-histórica de todo o mundo, o fato de que milhares de pessoas foram exterminadas em função de preconceito étnico-racial na Alemanha Nazista, em um episódio conhecido como holocausto.

De acordo com Charaudeau (2013), os discursos sobre o igualitarismo, do ponto de vista da identidade cidadã, pregam a abolição das diferenças de tratamento por motivos de raça, etnia, sexo, idade, entre outros. Estes discursos estão inscritos no Imaginário da Soberania Popular. No DD em questão, o locutor movimentou os discursos do direito à igualdade como forma de demonstrar a intolerância dos julgamentos efetuados pela ditadura.

A demonstração desse ponto de vista outro, atribuído à ditadura por associação, suscitou ainda um tipo de desvio do soberanismo, o chamado *desvio de exclusão*. Segundo Charaudeau (2013), em nome de uma purificação partidária o ponto de vista relativo ao desvio da exclusão, propõe a eliminação de um grupo determinado. Nas palavras do linguista:

Igualmente, o desvio da exclusão, que longe de procurar integrar as diferenças, procede à sua eliminação por massacres, extermínios de populações, seleções eugênicas, tudo em nome de uma cruzada contra o impuro, o infiel, o imigrante invasor, em nome de um retorno à pureza étnica e religiosa: ao direito da ingerência opõe-se, então, o direito de uma soberania étnica ou religiosa (CHARAUDEAU, 2013, p. 239).

No caso específico desse ponto de vista acionado, a necessidade de exclusão foi direcionada aos militantes, partindo do pressuposto de que as suas escolhas políticas caracterizam uma raça determinada, a qual seria inferior e precisaria ser excluída. Observamos que o resgate desse ponto de vista outro funcionou como um aviso ao interlocutor de que as ações de governos ditatoriais são discriminatórias e radicais.

T17 - “Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar”

Trecho correspondente no testemunho:

Eu acompanhei o Lúcio até a estação rodoviária. Me despedi dele e nunca mais o vi. Ele falou que voltaria para me buscar um dia. “Fica aí cuidando da mãe, mas um dia eu volto para te buscar”. Nessa época, eu já estava com uns 14 anos, mais ou menos (SÃO PAULO, 2014, p.250, sublinhado nosso).

No T17 o locutor também recuperou um outro locutor de origem, inscrito em outro ato de enunciação. Observamos que o título do testemunho foi reproduzido entre aspas, indicando sua autoria outra, já no trecho do testemunho correspondente ao

título, o locutor reproduziu uma paráfrase descritiva dos dizeres do irmão (DI) e na frase seguinte, realizou uma menção explícita de seus dizeres (DD). Consideramos que as palavras do outro foram descritas e após uma ruptura foram marcadas explicitamente no discurso. Assim, constatamos a ocorrência de um tipo de hibridez enunciativa. De acordo com Authier-Revuz (2008), a zona da bivocalidade, a qual escapa das combinatórias propostas pelo Quadro 2, inclui o discurso indireto livre (DIL) ou confunde-se com ele. No caso analisado, observamos que o locutor não expõe simplesmente o discurso outro, mas fala com o outro.

o um fala com o outro: zona de uma bivocalidade em que o um se mistura ao outro, desconsiderando a coesão da unidade enunciativa, dividindo esta entre o um e o outro (o que não nada a ver com a divisão da cadeia entre o um e o outro operado pelo DD). Pode-se falar de "hibridez" ou de "mixagem" enunciativa, sob a condição de que ela não seja de forma alguma reduzida a uma combinação DD/DI, mas considerada como modo enunciativo totalmente à parte do tratamento do outro no um (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 113).

Tratando-se de um texto testemunhal, o locutor poderia ter inscrito apenas a sua interpretação dos fatos ocorridos. Contudo, a voz do outro, explicitamente marcada, foi acionada em solidariedade aos dizeres do locutor, comprovando que o testemunhante precisou assumir as responsabilidades do mundo adulto mais cedo. O "peso" das palavras do irmão rendeu maior dramatização à cena descrita, inicialmente instaurada pelo DI, pois o locutor recuperou o próprio ato enunciativo em questão.

A representação do discurso outro fez referência à despedida de seu irmão Lúcio, que partiu para a luta armada. No ato enunciativo recuperado, o irmão pediu a Clóvis que cuidasse de sua mãe. Esta incumbência demarcou para Clóvis, tanto a perda do irmão, quanto a necessidade do amadurecimento precoce.

O discurso da família tradicional apregoa que a tarefa de demandar cuidados especiais é concretizada de pai para filho. Nesse sentido, o ponto de vista outro, acionado através do DD, representa uma reorganização da estrutura familiar tradicional, caracterizando a diferença da infância dos filhos de militantes. Assim, podemos associar a caracterização dessa diferença ao Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao direito à igualdade.

Trecho correspondente no testemunho:

Hoje, a internet é um campo bem democrático, para o bem e para o mal, então a gente ouve barbaridades. Na minha página do facebook eu faço questão de ter o nome, a história do pai. Outro dia recebi uma provocação na minha página do twitter. Até mudei a minha apresentação. A pergunta é "Quem você é". Eu coloquei: "Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro" (SÃO PAULO, 2014, p.172, sublinhado nosso).

O T10 faz referência a uma situação de enunciação específica narrada no testemunho de Ernesto José de Carvalho. Nessa situação, o testemunhante foi confrontado diretamente por um terceiro, a respeito de seu posicionamento político.

De acordo com o excerto suprarreproduzido, o trecho referente ao título materializado no testemunho, que corresponde à resposta do próprio testemunhante, foi grafado entre aspas. Ao falar de si, o locutor realizou uma marcação para realçar o próprio ponto de vista inscrito em outro ato de enunciação. Contudo, a estratégia realizada posicionou pontos de vista contrários frente a frente.

Partimos da premissa de que o ato de enunciação outro referenciado por meio do DD do título em si não foi o testemunho em si e nem a sua verbalização no *Seminário Verdade e Infância Roubada*. Concluímos que o locutor refere-se por meio do DD, ao ato enunciativo realizado na rede social *Twitter*, o qual representou um confronto entre o seu ponto de vista e o ponto de vista outro (questionador).

Tratando-se do trecho do testemunho referente ao título, observamos um caso clássico da zona do discurso direto, em que o outro é objeto do dizer e sua imagem é marcada explicitamente. No caso, o locutor posiciona-se entre o um do ato de enunciação presente e o um do passado de enunciação passado (um outro).

A fala do locutor transposta no título suscitou o orgulho que o filho sente da trajetória militante do pai, movimentando discursos revolucionários, relacionados ao Imaginário de Verdade. Assim, o DD surgiu como forma de reafirmar o ponto de vista do locutor, o qual foi apresentado como uma evidência de verdade.

Na visão de Charaudeau (2013), o efeito que uma verdade produz no público não depende de uma essência de verdade, mas de um crer ser verdadeiro. Desse modo, o efeito de verdade depende "da convicção dos sujeitos que se encontram confrontados nesse momento". (CHARAUDEAU, 2013, p. 209). A partir dessa visão,

vislumbramos que o efeito de verdade construído pelo locutor representou uma forma de enaltecer o posicionamento do pai, o seu próprio ponto de vista e ainda confrontar pontos de vista contrários.

A promoção desse confronto de pontos de vistas contrários movimentou também o discurso do direito à identidade, inscrito no Imaginário da Soberania Popular. Para Charaudeau (2013), os grupos sociais mantêm-se em constante constituição e reconstituição diante dos eventos históricos, logo, podem se fundir a outros grupos por um processo de dominação, podem desaparecer, ressurgir, ou ainda coexistir com outros grupos. Além desses conflitos, existem também os conflitos permanentes entre o "eu social" e o "eu individual", os quais se estendem aos grupos enquanto locais e outros mais abrangentes. (CHARAUDEAU, 2013, p. 229).

Nesse sentido, observamos a luta instaurada pelo locutor em defesa de sua identidade e em preservação à identidade de seu grupo. Concluímos que o efeito de verdade construído a partir do DD assertivo do título realizou uma reivindicação para a legitimação das diferenças de seu grupo (local), em prol de que as suas memórias de origem não sejam perdidas.

T5 - “Faria tudo igual a ele”

Trecho correspondente no testemunho:

Postei a foto do meu pai uma vez, tirada no Presídio Tiradentes, e o Gregório, filho do Virgílio, que cresceu com a gente em Cuba, perguntou para mim “O que você diria para esse jovem, porque hoje você é mais velha do que ele?”. Porque meu pai era jovem, tinha 30 anos quando foi preso. Eu respondi: “Faria exatamente igual a ele, nem um milímetro diferente, nada” (SÃO PAULO, 2014, p.66, sublinhado nosso).

De maneira similar, no T5 o DD do título recuperou a voz do próprio testemunhante, advinda de outro ato de enunciação referenciado em seu testemunho. O DD empregado no T5 fez referência direta a um diálogo que a testemunhante teve em sua infância, o qual foi retextualizado para ser empregado como título. Similarmente à estratégia empregada no DD anterior (T10), a recuperação dos próprios ditos operou como forma de salientar o ponto de vista da própria locutora. Neste sentido, a presença do outro questionador do diálogo surgiu como forma de abrir caminho à exibição do ponto de vista da locutora.

A respeito do trecho do testemunho a que o título fez referência, observamos uma menção direta do locutor ao próprio dito em outro ato de enunciação, a imagem desse outro, objeto do dizer foi marcada explicitamente por uma quebra sintática e tipográfica.

Ao afirmar que faria tudo aquilo que o pai fez, tratando-se das atividades da militância, a testemunhante atesta apoiar o seu posicionamento, ao mesmo tempo em que procura legitimar as suas ações. Nas palavras de Charaudeau: "O mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito por todos". (CHARAUDEAU, 2013, p.65). Todavia, as ações do pai da locutora não se enquadram nessa situação, pois não são aceitas por todos. Ao reconhecer os feitos do pai, a locutora atua discursivamente requerendo legitimação social para esses feitos, e, por esse motivo, o seu ponto de vista entraria em choque com os pontos de vista dominantes, no que concerne à segurança nacional.

De maneira interrelacionada, o DD empregado pela locutora também suscitou o Imaginário da Tradição, pois referenciou gloriosamente um tempo passado, no qual o pai atuou contra a ditadura. Por seus dizeres, inferimos que a locutora admira esse tempo de luta, não obstante as dificuldades vigorantes na época. Segundo Charaudeau, os discursos inscritos nesse imaginário suscitam um chamado "retorno às fontes":

Os descendentes seriam os herdeiros, o que lhes imporia um dever de "retorno às fontes", de recuperação identitária. Esses discursos reclamam para si uma verdade que exige uma busca espiritual de retorno a um estado primeiro, fundador de um destino (CHARAUDEAU, 2013, p.211).

Assim, a estratégia realizada pela locutora suscitou legitimação para as ações do pai, ao qual foi atribuído o *status* de herói, além de se apoiar no "Imaginário da Tradição" por representar de maneira gloriosa o passado e demonstrar fidelidade a um determinado posicionamento, do qual é herdeira. Para Charaudeau (op.cit), ao receber a voz dos ancestrais como uma herança, o grupo sente-se na incumbência de segui-la.

T18 - "Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?"

Trecho correspondente no testemunho:

Ela me chamou e eu, feliz da vida, reconheci a voz e me virei. Quando eu vi o rosto, eu não o reconheci. Ele já estava roxeado, desfigurado. E me causou um forte estranhamento porque eu pensei: “Quem é esta pessoa que tem a voz da minha mãe? Mais do que a voz, tem o jeito de se comunicar comigo que eu reconheço claramente, mas não é a minha mãe” (SÃO PAULO, 2014, p.257, sublinhado nosso).

No trecho do testemunho correspondente à T18, Edson Luis de Almeida Teles contou que não pôde reconhecer a figura da mãe, a qual estava deformada devido à tortura que sofreu. Como podemos observar, o DD empregado recuperou a voz do próprio testemunhante em referência a outro ato de enunciação.

Contudo, observamos que esse outro ato não se verbalizou, pois se trata de um processo mental. Nesse caso, esse outro, do qual se fala e se mostra explicitamente, concretizou-se apenas ao ser transposto para a obra. Esse problema nos conduz à suposição de que o resgate realizado no título em si referencia a obra e o trecho do testemunho ao qual é relacionado, apesar de não ter sido concretizado socialmente referencia uma voz infantil no contexto da ditadura.

Concebemos que o resgate desse outro ato de enunciação imaginário possibilitou que o locutor se posicionasse subjetivamente enquanto criança, o que permitiu o vislumbre de uma dificuldade vivida por ele, que se encontrava em uma fase de desenvolvimento quando se deparou com a mãe torturada.

Ademais, os dizeres do título movimentaram o Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao direito à identidade. Podemos inferir que as práticas violentas da ditadura eram responsáveis por deturpar a própria identidade dos torturados perante os seus familiares, o que, no caso específico do testemunho de Edson, representou uma quebra momentânea nos laços da família.

T13 - “O sequestro da minha memória”

Trecho correspondente no testemunho:

Sou filha de Rita de Miranda Sipahi e Antônio Othon Pires Rolim. Para fazer esse relato decidi realizar uma projeção de desenhos e textos, que nomeei como “O sequestro da minha memória”. Quero dedicá-lo a todos os presos, desaparecidos, mortos e principalmente aos seus familiares – mães, pais irmãos, filhos... (SÃO PAULO, 2014, p. 201, sublinhado nosso).

Como exposto, o T13 representou a voz do próprio militante como forma de reafirmá-la. No entanto, essa voz referenciada foi usada como título de desenhos e textos feitos pela testemunhante. Como podemos observar através da reprodução a seguir, o testemunho em questão foi reproduzido com o apoio de imagens relacionadas ao universo infantil:



FIGURA 29 – Desenhos de infância A.
Fonte: São Paulo, 2014, p.204.

Ao referenciar os desenhos de infância, o locutor procurou trazer à cena enunciativa um ponto de vista infantil. No título, o discurso mencionado foi grafado com marcação tipográfica indicando a referência aos desenhos e textos e no trecho do testemunho correspondente ao título, o nome das manifestações artísticas também foi grafado com marcação tipográfica. Nesse caso, a menção foi marcada tipograficamente sem quebra sintática.

Contudo, quem fala por meio do DD não é a "criança", como foi concretizado na estratégia anterior (T18). No caso em questão, a voz infantil foi forjada de outra maneira, pois o locutor refere-se a ilustrações de cunho infantil feitas no momento atual. A hipótese de que os desenhos são infantis firma-se nos dizeres da própria testemunhante: "Mas como contar tudo o que lembro quarenta anos depois? Procurei trazer a criança Camilinha, dar voz à pequenina. Então, eu escrevi e desenhei". (SÃO PAULO, 2014, p.201).

A estratégia de realizar uma materialização multimodal das memórias testemunhadas procurou angariar credibilidade ao ponto de vista infantil construído, constituindo um tipo de prova, uma vez que os desenhos foram expostos ao longo do testemunho. Ela figurou ainda como uma tentativa de resgate da memória infantil, diluída por um processo de apagamento.

Mais uma vez, o Imaginário da Soberania Popular foi movimentado por meio do discurso da igualdade. Considerando a infância como uma fase propícia à felicidade e proteção, com base na crença popular e no discurso legal, respectivamente, aventamos que as memórias da menina a torna diferente em relação às crianças em geral. Essa hipótese apoia-se no emprego do termo "sequestro", em T13. Assim, a ditadura seria responsável por ter roubado-lhe um tipo de memória que seria o "normal" para uma criança. Observamos que nos desenhos a figura da ditadura surgiu como um tipo de antagonista. Por outro lado, esse antagonismo pode ser relacionado ao universo da literatura infantil, onde a dualidade entre o bem e o mal se faz presente, a exemplo dos contos de fada tradicionais.

T19 - "Dói gostar dos outros"

Aos 8 anos, fiz um poema para dar de presente de aniversário para o meu pai. Esse poema chama-se "Dói gostar dos outros". É um poema triste, tem erros de português porque eu ainda estava aprendendo a escrever (SÃO PAULO, 2014, p. 265, sublinhado nosso).

O T19 faz referência a um poema escrito pela própria testemunhante Janaina de Almeida Teles no período da infância. Assim, inscreve um ato de enunciação, relativo ao contexto militar. Por esse motivo, consideramos que a menção realizada através do título trouxe à cena uma voz infantil, de maneira similar à estratégia empregada em T18.

A reprodução da imagem do poema foi disposta no corpo do testemunho "Dói gostar dos outros". Essa presença figurou como uma prova de que os ditos foram enunciados por uma criança. Essa prova foi ancorada na publicação do poema em um livro organizado pelo deputado Ettore Masina, o qual é referenciado pela locutora como "famoso jornalista e deputado da esquerda independente do PCI e, depois do PDS".

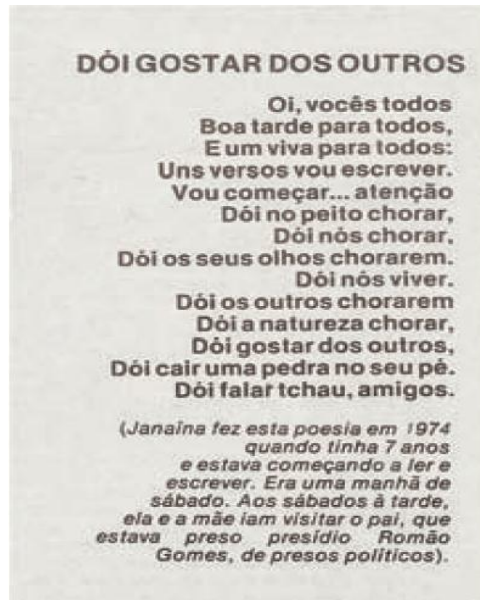


FIGURA 30 – Poema.
Fonte: São Paulo, 2014, p.265.

Notamos que a menção empregada como título realizou uma referência aos sentimentos da menina, que sofria por presenciar sofrimento dos pais. A ênfase de que o poema possui incorreções formais indica que a criança ainda não dominava o padrão culto da língua; mas isso não a impediu de expressar os seus sentimentos. Assim, ao referenciar o poema no título do testemunho a locutora comportou-se como porta-voz de si mesma, na infância, o que aponta para uma medida ficcional.

Constatamos que o DD empregado no título mobilizou o discurso da solidariedade, o qual, ancorado no Imaginário da Soberania Popular, traz a noção de solidariedade e fraternidade humana. Para Charaudeau (2013), o discurso da solidariedade, estreitamente ligado ao discurso da igualdade, parte do princípio de que a igualdade cidadã está longe do alcance de todos, indicando uma necessidade de contribuir nesse sentido. O autor afirma que os engajamentos em guerras ditas de libertação em relação a um opressor, a exemplo de conflitos étnicos que acontecem em territórios estrangeiros, justificam-se no discurso da solidariedade. Ademais, discursos ecologistas, atos de arrependimento, movimentos contra a globalização e movimentos de defesa de grupos desprotegidos, entre outros, também se baseiam nesse discurso.

Neste sentido, o DD expresso no T19, o qual resgatou a voz da própria testemunhante enquanto criança, suscitou um tipo de solidariedade advinda de um

indivíduo que não teria muitas formas de contribuir com a luta dos pais no contexto ditatorial. Sob esse preceito, a forma encontrada pela menina, na época, para contribuir com a luta dos pais foi verbalizar a sua compaixão através de um poema. Uma ação similar também pode ser verificada no testemunho de Janaina Teles, a qual afirmou que realizava comícios na porta da escola em solidariedade à luta dos pais.

Nos títulos seguintes (T3, T4, T6, T7, T8, T12, T11, T20, T21 e T22), o recurso às aspas trouxe à cena a voz do próprio testemunhante, potencializando-a. As manifestações de origem do DD podem ser localizadas explicitamente nos testemunhos e não fazem referência direta a outros atos de enunciação e nem a outros contextos. Como podemos observar nos exemplos seguintes:

T3 - “Vivi intensamente o exílio e a redemocratização do Brasil”

Eu vivi intensamente o exílio, intensamente a redemocratização do Brasil. Fui subversivo e tirei meu título de eleitor para votar no Roberto Freire. Queria votar nele de qualquer jeito. Depois eu me engajei como vice-presidente nacional da juventude do PSDB, me engajei na eleição do Fernando Henrique. Viajei o Brasil inteiro com essa bandeira. Fui assessor do senador Artur da Távola. Fiz história na PUC e depois fiz mestrado em Engenharia de Produção na UFRJ (SÃO PAULO, 2014, p. 53, sublinhado nosso).

T4 - “O exílio do meu pai foi a nossa despedida”

Então, para mim, o exílio do meu pai foi realmente a despedida. Porque a segunda despedida foi a mais cruel, já no caixão, pois ele foi assassinado depois que retornou ao Brasil em 1971 (SÃO PAULO, 2014, p.58, sublinhado nosso).

T6 - “Que um dia ninguém mais pense assim”

O que eu mais quero com essa Comissão da Verdade é que um dia ninguém mais pense assim (SÃO PAULO, 2014, p. 122, sublinhado nosso).

Considerando que na concepção de DD defendida por Authier-Revuz (2004), o locutor se comporta como um porta-voz, indagamos qual seria a justificativa para o comportamento do locutor nos títulos seguintes, visto que o testemunho referente a cada testemunho da obra é assinado pelo locutor origem. Uma resposta cabível a esta questão, considerado o livro em sua totalidade e a autoria colaborativa que o caracteriza, é que a marcação da voz do próprio testemunhante por meio do DD

revelou o sujeito determinado, o qual se responsabiliza pelos ditos marcados, ou seja, o próprio testemunhante. Nesse caso, a CVRP poderia estar se protegendo desses dizeres.

Outra hipótese a ser considerada repousa na ficcionalização⁴² firmada na escrita do testemunho. Deste modo, o locutor se clivaria, concomitantemente, entre os papéis de locutor porta-voz e locutor de origem. Saliemos que existe um espaço temporal entre os circuitos de comunicação que deram origem aos testemunhos e ao livro. Assim, o locutor porta-voz dos dizeres evidenciados estaria fazendo referência ao momento enunciativo inicial da verbalização do testemunho, o Circuito de comunicação I, desdobrando-se em dois papéis: um seria o de testemunhante atuante no circuito de comunicação I e o outro seria o de porta-voz desses dizeres.

T14 - "Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver o meu filho"

Dentre as manifestações do DD, observamos que o T14 referencia a voz do próprio testemunhante, mas os ditos marcados foram retextualizados em relação ao testemunho. Assim, apesar de a marcação indicar a voz da testemunhante, não indica o ato de comunicação preciso em que foi inscrita anteriormente. De maneira similar aos títulos anteriores, a marcação também pode representar apenas um distanciamento da CVRP em relação aos dizeres marcados, ou mesmo uma referência ao ato enunciativo inscrito no Circuito de comunicação I.

3.4 Análise dos testemunhos do grupo familiar Arantes

Na presente sessão, concretizamos a análise dos testemunhos do grupo familiar Arantes, composto pelos testemunhos de *Filho do Zorro* por André Almeida Cunha Arantes e *Identidade, nome e o paradoxo da liberdade* por Priscila Almeida Cunha Arantes, reproduzidos em São Paulo (2014). Nesse exercício analítico, identificamos a

⁴² No sentido de tornar ficcional.

RDO construída por MAE, DD e DI contribuindo para a defesa dos pontos de vista dos testemunhantes ou para denegrir os pontos de vista relacionados à ditadura, dos quais ilustramos os enunciados analisados na sequência:

E1 - Durante a noite, uns “amigos” de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa que ficava no interior de Alagoas, mais precisamente em Pariconha, distrito de Água Branca no alto sertão.

E2 - Vi que tinha desvendado o segredo da família e ainda por cima descobri que era “filho do Zorro”.

Como discutimos anteriormente, a MAE realiza-se ao se falar de um objeto segundo um outro discurso, cuja imagem é mostrada no discurso. Averiguamos que os dizeres reproduzidos em E1 e E2 foram construídos sob tal estratégia. Observamos em E1, que o vocábulo “*amigos*”, marcado tipograficamente com aspas, pertence à outra pessoa inscrita em outro ato enunciativo. Em correlação ao testemunho *Identidade, nome e o paradoxo da liberdade*, concluímos que aqueles que chegaram à residência da família Arantes afirmando serem amigos dos pais de Priscila e André de Almeida Cunha Arantes eram na verdade agentes do regime, como podemos observar no trecho do referido testemunho, que ilustramos para justificar a análise de E1:

Estávamos em Belo Horizonte quando dois ou três homens entraram na casa da vovó Isa dizendo que eram amigos de meus pais [...] Anos depois vim saber que esses visitantes faziam parte da equipe de torturadores de meu pai (SÃO PAULO, 2014, p. 28-29).

O dizer outro marcado traz consigo em sentido associado aos agentes do regime, do qual o testemunhante se afasta. Essa suspensão de responsabilidade efetiva o apelo a uma glosa implícita que critica a ação dos responsáveis por esse dizer outro recuperado para contar sobre a visita. Assim, o locutor desdobra-se em uma atitude crítica sobre o seu próprio dito. A glosa implícita acionada pelo locutor poderia ser realizada da seguinte forma: *Digo amigos, como os agentes ousaram dizer*. Tal comentário local pode incitar a seguinte polêmica: *Os agentes do regime mentiam e agiam na ilegalidade*.

Constatamos que a RDO efetivada em E1 movimentou discursos relativos à ética e moral para desqualificar os agentes da ditadura. Tais discursos inserem-se no Imaginário da Soberania Popular e manifestam um tipo de desvio do soberanismo

referente ao desvio do poder pessoal. Nos dizeres de Charaudeau, esse desvio ocorre “quando em nome da ignorância das massas lhes é imposta uma política que serve apenas aos interesses particulares de uma pessoa, de seu grupo ou do aparelho do Estado com seus *apparatchiks*”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 239).

No caso específico do RDO em questão, o locutor sugeriu que a ditadura agia de maneira escusa para manter a ignorância da população a respeito de seus atos criminosos sob o intuito de continuar a atender os seus próprios interesses enquanto sistema dominante na época. O fato de essa suposição ter sido concretizada por meio de uma RDO associada aos agentes da ditadura amenizou a crítica efetivada, pois ela não precisou ser realizada diretamente.

A análise de E2 indicou que os dizeres marcados tipograficamente pelo uso das aspas indicam outra autoria, inscrita em outro ato de enunciação. Nesse caso, os dizeres pertencem a um militante, o pai do testemunhante. Observamos no testemunho *Filho do Zorro* que o militante explicou ao filho sobre a situação de clandestinidade em que viviam através da alusão a um herói fora da lei, conhecido como Zorro. Essa referência está relacionada à personagem de ficção criada pelo escritor norte americano Johnston McCulley, no ano de 1919. Na estória fictícia, Zorro desafiava o poder dominante em favor dos oprimidos sem revelar a sua verdadeira identidade.

Observamos que o militante (pai de André) fez uma referência à literatura no ato enunciativo de origem e o testemunhante referenciou os seus dizeres, como podemos observar no trecho seguinte, que reproduzimos para balizar a análise de E2:

Meu pai arregalou os olhos, pensou um pouco e disse: “Olha, filho, você vê o seriado do Zorro, não vê? Você acha que o Zorro pode sair contando para todo mundo qual é a identidade verdadeira dele?”. E eu, “Lógico que não, pai, só o Mudinho sabe disso. Se o Sargento Garcia souber a identidade do Zorro, vai prender ele”. “Pois é, filho, esta é nossa situação”, disse meu pai. “Já entendi, pai, pode deixar que eu vou guardar segredo”, disse (SÃO PAULO, 2014, p. 24).

Concluimos que em E2 o locutor afastou-se do dizer marcado para denotá-lo ao pai; quanto ao sentido construído pela expressão, faz referência a esse dizer outro que indicava a clandestinidade e ao mesmo tempo a suposta honradez da atividade militante. O dizer do locutor desdobra-se em um comentário que poderia realizar-se da seguinte forma: *Entenda filho do Zorro no sentido dito por meu pai*. Tal comentário implícito pode suscitar a seguinte polêmica: *A clandestinidade foi um ato heróico*.

A RDO concretizada em E2, a qual foi atribuída a um militante, movimentou discursos relativos ao Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao *direito de ingerência*. Segundo Charaudeau (2013), atrelado ao discurso da solidariedade, o direito de ingerência desloca a noção de solidariedade a um dever de intervenção em virtude de uma causa humanitária. Nesse sentido, a causa militante pode agir contra as ações supostamente abusivas cometidas pelo Estado em nome de *uma "réplica proporcional"*. Nas palavras do autor: "[...] em razão da submissão da população temerosa ou passiva, são necessários ações ousadas ou heróis que salvem o povo dele próprio (assim se define por outro ponto de vista o "direito de ingerência)". (CHARAUDEAU, 2013, p. 276).

E3 - Acredito que no peito da minha mãe, lá no fundinho, ela tem vontade de encontrar com aquele oficial da marinha que disse que ela não teria futuro para me dar e dizer: "Tá vendo, eu tinha certeza que o futuro do meu filho seria melhor comigo..."

E4 - Priscila Guimarães Silva: *presente!*

Sobre a representação do discurso outro por meio DD, caso em que o discurso outro é objeto do dizer e a imagem desse discurso outro é mostrada explicitamente no fio do discurso, apontamos E3 e E4. Observamos que E3 realiza a antecipação de um discurso hipotético e vindouro⁴³, atribuído à mãe do testemunhante. Essa recuperação concretiza um paralelo entre o contexto da ditadura, quando o futuro da família ainda era incerto e o contexto pós-ditadura, em que a família do testemunhante encontra-se em uma situação melhor. O DD marcado explicitamente pelo sinal tipográfico das aspas e por uma quebra sintática no enunciado relaciona-se ao seguinte trecho do testemunho *Filho do Zorro*, que reproduzimos para balizar a análise de E3:

Comia no restaurante dos oficiais até o dia em que um oficial pediu que a minha mãe me deixasse com ele e a esposa, já que ela não tinha futuro pra me oferecer. O que o oficial não sabia é que o mundo dá voltas (SÃO PAULO, 2014, p. 23).

Verificamos que o locutor recuperou uma voz que hipoteticamente seria atribuída à sua mãe em E3, para indicar o êxito da família perante o regime. Observamos que a

⁴³ De acordo com Authier-Revuz (2008, p.108), esses discursos são desprovidos de um referente anterior ao ato de enunciação.

RDO realizada movimentou discursos relacionados ao Imaginário da Modernidade. Nas palavras de Charaudeau (2013, p. 215):

Trata-se aqui de um imaginário, isto é, de um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam.

Observamos que, no testemunho *Filho do Zorro*, o testemunhante enumerou as vitórias de sua família no período pós-ditatorial, como podemos observar no trecho reproduzido a seguir, que justifica a presente afirmação:

Estávamos em meados de 1986. Meu pai fora reeleito deputado federal e morávamos em uma quadra só para deputados federais na Asa Norte. Isso tudo deixou bem claro que a situação mudara e havia se consolidado. Nós já não éramos do time dos perdedores. Estava liberado para vencer. Essa foi a senha para voltar para o esporte e tentar vencer. Já não tinha mais amarras, já não precisava mais me esconder, eu queria agora era aparecer. Foi um momento de mudança radical em minha vida. Sentia-me integrado, em casa. Tinha descoberto o que eu queria. Queria vencer (SÃO PAULO, 2014, p. 25).

Verificamos que, ao forjar a voz da mãe, o testemunhante ilustrou a vitória da família, principalmente no âmbito financeiro. Assim, a RDO propiciou a demonstração da ruptura com os modos de pensamento dominantes no contexto da ditadura, os quais se tornaram obsoletos frente aos modos de pensamento modernos, calcados no avanço financeiro e intelectual.

A análise de E4 demonstrou a recuperação de um discurso anterior, atribuído à própria testemunhante na idade infantil, em outro ato enunciativo. A marcação foi realizada no enunciado por meio do itálico. Essa estratégia trouxe à cena a "voz da criança", que envolta em uma situação de clandestinidade, questionou a sua própria identidade. O contexto recuperado pela testemunhante pode ser relacionado à sala de aula, quando o professor, geralmente, realiza a chamada.

Constatamos que a RDO concretizada em E4 movimentou discursos sobre o direito à identidade, os quais inserem no Imaginário da Soberania Popular. Observamos que a testemunhante demonstrou um olhar crítico sobre o seu passado, quando ainda respondia pelo nome *Priscila Guimarães Silva*, por meio do resgate de sua própria voz. Esse retorno demonstrou que a testemunhante encontrava-se, inadequadamente, fora do grupo social que ocupa atualmente: o grupo de militantes.

De acordo com Charaudeau (2013), o discurso do direito à identidade integra duas visões antagônicas: uma prega o abandono das especificidades e das origens e a outra reivindica as diferenças. Consideramos que a RDO construída no enunciado suscitou a reivindicação de uma diferença da testemunhante em relação às outras pessoas, pois ela demonstrou orgulhar-se de seu nome verdadeiro e de sua origem, a qual luta para preservar.

E5 - Estávamos em Belo Horizonte quando dois ou três homens entraram na casa da vovó Isa dizendo que eram amigos de meus pais.

E6 - Recentemente meu pai me pediu um depoimento sobre as memórias da minha infância.

Em relação à RDO constituída por intermédio do DI na qual o discurso outro é objeto do dizer e a sua imagem é concretizada por uma paráfrase discursiva, tem-se como exemplo E5 e E6. Em E6, os dizeres de um outro, inscrito em outro ato de enunciação, é recuperado para ilustrar uma postura velada da ditadura, pois os agentes se apresentavam como amigos dos perseguidos, e não como agentes da ditadura; trata-se de uma atitude de não transparência que busca enganar o outro. Assim, a inserção do outro surge como forma de desqualificar as ações ilícitas cometidas pela ditadura, em correlação ao testemunho E1, como vimos anteriormente.

A análise de E6 apontou para a inserção da voz de um outro, inscrito em outro ato de enunciação, dessa vez, relativo ao contexto pós-ditadura. Nesse caso, o locutor parafraseou dizeres atribuídos ao pai. Os dizeres outros associados a um militante movimentou discursos relativos ao Imaginário da Tradição e ao Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao retorno às origens e ao direito à identidade. Observamos que ao solicitar as memórias da testemunhante, o pai terminou por defender a manutenção das origens do grupo de militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo principal de realizar uma análise do dialogismo na obra *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, identificando os casos de heterogeneidade mostrada, percorremos um trajeto que nos permitiu vislumbrar as condições concretas de produção da obra, na medida em que consideramos os seus contextos (de aparição e de referência), a sua composição material, sua existência no meio social, e as situações de comunicação que a constituíram discursivamente. Permitiu-nos ainda, relacionar os fenômenos dialógicos à dimensão testemunhal da obra em análise, pois realizamos um estudo das características interativas e contratuais da obra, com enfoque na relação responsiva entre os interlocutores e nas variadas vozes presentes na constituição da obra. Para além, permitiu-nos identificar e analisar os atravessamentos discursivos da obra em relação ao cenário sócio-histórico, pois identificamos as diversas representações do discurso outro e as relacionamos a imaginários sociodiscursivos do campo político.

No capítulo I, analisamos o objeto da pesquisa a partir das suas condições sócio-históricas e suas características materiais. Assim, discutimos os crimes cometidos pela ditadura no Brasil para com os militantes e para com a população em geral. Debates, também, as investidas do regime em prol da justificação de seus atos no plano simbólico, embasados principalmente em Reis (2014) e Pereira (2010). A exemplo das justificativas dadas pelos agentes do regime para a efetivação do golpe mencionamos a caracterização do golpe como uma forma de salvar o país do comunismo iminente, a utilização do livro *Segurança Nacional* de Mário Andrade para justificar os seus atos criminosos, além da manutenção de práticas de legalidade autoritária.

Ademais, analisamos as ações das comissões da verdade nacional e setoriais, bem como sobre algumas das formas de coleta dos conteúdos dos relatórios produzidos por essas comissões. Conjuntamente, refletimos sobre as discussões acerca da temática *ditadura* no país, observando como esse assunto foi retratado em outras manifestações comunicativas. Ao final desse primeiro capítulo, detalhamos o projeto visual do livro *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, com atenção a detalhes de seu projeto discursivo.

Esse primeiro capítulo permitiu-nos a identificar as diferenças vigorantes entre o contexto da ditadura e o atual. Tais disparidades apontaram para as formas de referenciação efetivadas nos testemunhos, a exemplo do emprego de um vasto material documental e da ficcionalização de suas vozes constituintes, ora situadas no contexto atual, ora no período ditatorial ao qual a obra se refere. Mostrou-nos também a existência de silenciamentos em torno da temática *ditadura*, pois muitos episódios a seu respeito não foram discutidos no cenário sócio-histórico do país, a exemplo da violência praticada contra crianças. Tal momento da pesquisa nos apontou também as filiações autorais e o espaço de circulação da obra.

No capítulo II, descrevemos a obra em termos de troca comunicativa com base nos estudos interativos de Bakhtin (2009), no concerne à natureza social do processo interativo, e empregamos como ferramenta o aporte da TS de Patrick Charaudeau (2012, 2012a).

Com a análise dos circuitos de comunicação, os quais propiciaram a materialização do livro sob análise, observamos a delineação de um ato comunicativo consensual e coletivizado em vários níveis, a exemplo da diluição do estatuto de saber destinado aos testemunhantes, os quais enunciaram cerceados pela presença de seus pares.

Na análise do circuito de comunicação relativo à produção do livro analisado, demos enfoque ao processo de transcrição de textos orais para textos escritos, observando as modificações impostas aos testemunhos para sua apresentação ao público na forma de livro. Assim, vislumbramos que o segundo arranjo comunicativo propiciou a delineação de uma imagem dual aos sujeitos enunciadore, ou seja, enquanto crianças e enquanto cidadãos bem sucedidos. Para além, na exploração do segundo circuito comunicativo, observamos a existência de estratégias de opacificação das vozes dos atores sociais envolvidos na composição do livro.

Ao analisarmos o contrato de comunicação indicado pelos elementos pré-textuais, observamos as tentativas do locutor de direcionar a sua leitura, posicionando-a como o discurso da "verdade".

Por meio da análise das relações entre a noção de contrato e o tipo genérico da obra foi possível considerá-la como um fruto da esfera de atividade política, integrado à

literatura testemunhal, além de refletirmos as características do testemunho enquanto gênero discursivo, com enfoque em suas possibilidades interativas. Enquanto nos textos introdutórios dos elementos pré-textuais o locutor insistiu na tentativa de forjar o ponto de vista do livro com base apenas no olhar das "crianças da ditadura", o vislumbre da obra como produto da literatura testemunhal permitiu-nos a observação das várias vozes que a constituem, incluindo as vozes de seus organizadores, produtores e colaboradores. Outrossim, discutimos a força do testemunho enquanto gênero para a construção da história de forma mais democrática e pluralizada.

No capítulo III, discorreremos sobre o percurso teórico e a noção de dialogismo e, em seguida, partimos para a identificação e análise dos casos de heterogeneidade mostrada, com base nos estudos de Authier-Revuz (1990,1998, 2004, 2008) e relacionamos as representações do discurso outro identificadas nessa análise ao cenário sócio-histórico, por meio da noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

Ao analisarmos o título principal, refletimos sobre a historicidade da expressão *Infância Roubada* por meio da comparação com outros de seus usos sociais, considerando-o um caso de heterogeneidade mostrada não marcada. Verificamos, nas materializações da expressão analisada, uma tendência de atrelar problemas na fase infantil à perda da infância, sugerindo a existência de uma infância plena, enquadrada aos padrões de uma época. Verificamos também, que o título movimentou o discurso do igualitarismo, inscrito no Imaginário da Soberania Popular, o que permitiu uma aproximação com o leitor, visto que o direito à infância também lhe é inerente como cidadão.

Na análise dos títulos dos testemunhos, os quais integram casos da heterogeneidade marcada mostrada, identificamos uma diversidade de representações do discurso outro, manifestada por meio das zonas da RDO da MAE, da mixagem enunciativa e do DD, forma mais empregada. O atravessamento enunciativo construído por meio do MAE, na análise de T1, possibilitou a realização de um julgamento sutil por parte do locutor sobre um posicionamento associado à ditadura. A crítica realizada tomou como base o Imaginário Societário e o seu elemento desencadeador foi

justamente o resgate do outro discurso, cuja presença provocou um choque entre pontos de vista.

O atravessamento enunciativo construído por meio da mixagem enunciativa, na análise de T17, apontou uma situação de diálogo entre o locutor e um interlocutor inscrito no contexto da ditadura. Essa estratégia permitiu maior dramatização à cena descrita, além de sugerir a diferença da infância dos filhos de militantes, que nesse caso específico, foi interrompida pela responsabilidade de cuidar da mãe, caracterizando o Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao direito à igualdade.

Os atravessamentos enunciativos construídos por meio do DD possibilitaram a constituição de efeitos diversos, como a ratificação dos posicionamentos defendidos pelos locutores através da menção a um discurso outro baseado no Imaginário da Soberania Popular, tratando-se do direito à ingerência (T16) e à igualdade (T2 e T9). Possibilitou também, a desqualificação de posicionamentos associados à ditadura, com base no Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao direito à igualdade e um tipo de desvio de soberanismo, referido como desvio de exclusão (T15).

De outro modo, os atravessamentos enunciativos construídos por meio do DD possibilitaram a reafirmação do discurso dos próprios locutores, por meio da simulação de suas vozes enquanto adultos e enquanto "crianças". No primeiro caso, tais atravessamentos basearam-se no Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao direito à identidade (T10). Já em T5, baseou-se no Imaginário da Tradição, no que tange à exaltação de um tempo passado e à fidelidade à herança ideológica do grupo militante.

No segundo caso, os atravessamentos enunciativos que recuperaram as vozes dos locutores enquanto crianças para reafirmar os seus pontos de vista, basearam-se no Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao direito à identidade (T18), à igualdade (T13), e à solidariedade e fraternidade humana (T19).

Em onze dos títulos analisados (T3, T4, T6, T7, T8, T12, T11, T14, T20, T21 e T22), o recurso às aspas foi empregado para potencializar a voz dos próprios testemunhantes. Excetuando-se T14, os ditos marcados foram identificados nos testemunhos. Nesses casos, não houve um afastamento dos locutores perante os

dizeres marcados. Todavia, circunscrevemos duas possibilidades: (i) considerando o livro enquanto uma totalidade discursiva, a CVRP poderia estar se protegendo dos dizeres marcados; (ii) os locutores poderiam estar clivando-se, entre os papéis de locutor porta-voz e locutor de origem, referenciando o ato enunciativo constituído no *Seminário Verdade e Infância Roubada* (Circuito de comunicação I).

Por fim, na análise dos testemunhos do grupo familiar Arantes, detectamos casos da heterogeneidade marcada mostrada relativos às zonas de RDO da MAE, do DD e do DI. Os atravessamentos enunciativos construídos por meio do MAE possibilitaram o desdobramento da figura do locutor em um comentário que, ao mesmo tempo, explicitou e criticou uma ação concretizada por agentes do regime militar, por meio da menção de um dizer atribuído a um agente do regime (E1), e suscitou a honradez da atividade militante, por meio da menção de um dizer atribuído a um militante (E2). Os enunciados basearam-se no Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao desvio do soberanismo referente ao poder pessoal (E1), e ao direito da ingerência (E2).

Os atravessamentos enunciativos construídos por meio do DD movimentaram o Imaginário da Modernidade para qualificar os ideais da ditadura como obsoletos em relação ao tempo presente (E3) e o Imaginário da Soberania Popular para reivindicar o direito à identidade (E4). No primeiro caso, uma voz hipotética e vindoura foi associada à figura de uma militante no enunciado e no segundo caso, a voz da própria testemunhante, inscrita em um ato enunciativo de sua infância, foi materializada no fio do enunciado.

Os atravessamentos enunciativos construídos por meio do DI movimentaram o Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao direito à identidade (E6) e o desvio do soberanismo referente ao poder pessoal (E5). E6 movimentou também o Imaginário da Tradição no que tange ao retorno às origens.

De modo geral, as análises concretizadas com base nas categorias propostas por Authier-Revuz possibilitaram-nos o vislumbre de diversificados efeitos de sentido construídos por meio das representações dos discursos outros na obra. Em determinados momentos, essas representações apontaram para a ficcionalização de vozes adultas e infantis, atribuídas aos próprios testemunhantes, os quais, no exercício

autobiográfico, empenharam-se em resgatar seus pontos de vista de maneira teatral. Em outros momentos, observamos a representação de vozes atribuídas à ditadura por associação, além da representação de vozes atribuídas aos militantes. No primeiro caso, o resgate desse outro ponto de vista, inscrito no período autoritário serviu ao propósito de sugerir e denegrir as práticas e os posicionamentos do regime. No segundo caso, as vozes atribuídas aos militantes serviram ao propósito de valorizar as suas trajetórias de vida e esclarecer os seus posicionamentos.

Ao elevar os discursos outros acionados na obra ao cenário sócio-histórico através da noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013), vislumbramos, principalmente, a movimentação de discursos atrelados ao Imaginário da Soberania Popular, em especial, no que concerne ao direito à identidade dos militantes enquanto um grupo social e ao direito à igualdade, pois os militantes sofreram com situações de abuso por parte do regime, nas quais muitos de seus direitos cidadãos foram negados. Ademais, observamos uma tendência, nos materiais analisados, voltada ao resgate das origens do grupo militante, bem como de sua reafirmação por meio do Imaginário da Tradição.

Perante nossa hipótese inicial de que analisar discursivamente a obra poderia abrir espaços à palavra não dita e à palavra refutada, evidenciamos que a inserção das vozes nos elementos analisados, por meio dos recursos da heterogeneidade enunciativa mostrada, trouxe ao contexto pós-ditadura discursos que poderiam ter circulado no contexto da ditadura e que por motivos diversos foram silenciados ou refutados. Nesse sentido, reside a tentativa de reescrita histórica, calcada no testemunho enquanto gênero.

A inserção de vozes associadas à ditadura no fio discursivo pode suscitar os discursos nos quais o regime apoiava-se no período autoritário e a população desconhecia ou refutava. De outra forma, a inserção de vozes associadas aos militantes no fio discursivo pode suscitar a "real" significação de suas atitudes (do ponto de vista dos militantes), as quais se basearam, principalmente, em discursos relacionados aos direitos populares. De maneira similar, essas vozes podem ter sido silenciadas no período autoritário ou não terem sido legitimadas no referido cenário social devido à imagem construída para os militantes na época.

Ao trazer essas vozes e esses discursos ao cenário atual, um grupo social determinado buscou legitimidade para os seus posicionamentos passados e atuais, atuando na tentativa de reescrever a história do país e, ao mesmo tempo, nos embates políticos e ideológicos, constantemente em efervescência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo*. Calidoscópio, Vol. 6, n. 2, p. 107-119, mai./ago. 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade (s) enunciativa (s)*. Campinas, Cadernos de estudos linguísticos, (19): 25-42, jul./dez.1990.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Dicionário de Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BERNARDI, Rosse Marye. Rabelais e a sensação carnavalesca do mundo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Dialogismo e Polifonia*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BEVERLEY, John; Prólogo. In: BEVERLEY, J; ACHUGAR, H. (Orgs). *La voz del otro*. 2.ed. Guatemala, 2002.

BK CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. *Relatório da 40ª Audiência Pública: Seminário Verdade e Infância Roubada*. São Paulo, 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qDZERamOUXYJ:verdadeab>

- erta.org/upload/10.5.13%2520%2520COMISS%25C3%2583O%2520DA%2520VERDA DE.docx+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 27 jan. 2016.
- BRAIT, Beth. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos chave*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D L. P. e FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994, p.11-27.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a Natureza Constitutivamente Dialógica da Linguagem. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 2. ed. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2003.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Constituição (2012). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Biblioteca Digital Câmara, [1988].
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela S. M. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUTILLEUX, Christian. *Passagens de Testemunhos na América Latina: (Che Guevara, Rigoberta Menchú e Nunca más)*. 2011. 130 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=193713&posicao_atual=154&posicao_maxima=1447&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag>

=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20OnLine&contador=0&parcial=&letra=P&lista=E>
 . Acesso em: 12 de fev. 2016.

FIORIN, José Luiz. *Categorias de Análise em Bakhtin*. In: Luciane de Paula, Grenissa Stafuzza. (Org.). *Círculo de Bakhtin: Diálogos in possíveis*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Maria Cecília P. de Souza -e- Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCHEZAN, Renata Coelho. *Diálogo*. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos chave*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MENDES – LOPES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. 2004. 267 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-64KPRH/emilia_mlopes_tese.pdf?sequence=1> Acesso em: 16 de jan. 2016.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRIORE, Mary Del (org). *História das crianças no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

REIS, Daniel, Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RANDALL, Margaret. *Que es, y como se hace un testimonio?*. In: BEVERLEY, J; ACHUGAR, H. (Orgs). *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro, 2002.

RIMSTEAD, Roxanne. *Histórias orais como locus de resistência*. In: PETERSON, M; NEIS, I. A. (Orgs). *As armas do texto: a literatura e a resistência*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Resolução ALESP Nº 879, de 10 de fevereiro de 2012*. Cria, no âmbito da ALESP, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>>. Acesso em 12 de fev. 2016.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Resolução - ALESP Nº 885, de 27 de abril de 2012*. Cria os cargos que especifica para auxiliarem nos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, instituída pela Resolução nº 879, de 2012. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/alteracao-resolucao.alesp-885-27.04.2012.html>>. Acesso em 12 de fev. 2016.

SARFATI, Georges-Élia. *Princípios da análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. O Outro da personagem. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

YÚDICE, George. Testimonio y concientización. In: BEVERLEY, J; ACHUGAR, H. (Orgs). *La voz del otro*. 2. ed. Guatemala: Ediciones Papiro, 2002.

Obra analisada:

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

APÊNDICE A - Perfil dos testemunhantes

Nome/Idade	Sexo	Nível de Escolaridade	Informações profissionais
Andre Almeida Cunha Arantes (50 anos)	M	Doutorando em ciências do desporto	Professor universitário e diretor de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.
Priscila Arantes (49 anos)	F	Formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, é pós-doutora em Arte Contempo-rânea pela Penn State University (EUA).	Professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e diretora e curadora do Paço das Artes, Museu da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
Rita de Cássia Resende (53 anos).	F	-----	Funcionária pública estadual
Marta Nehring (51 anos).	F	Estudou literatura e cinema.	Trabalha como roteirista de cinema e televisão.
Carlos Eduardo Ibrahin (41 anos).	M	Mestre em Engenharia de Produção com foco em Engenharia de Financiamento Social (COPPE/URFJ) e Doutorando em Economia (Universidade de Coimbra – Portugal).	Tem uma empresa de consultoria em projetos.
Suely Coqueiro (65 anos).	F		Trabalha em Brasília
Célia Silva Coqueiro (50 anos).	F	Hoje faz faculdade de Gestão de Políticas Públicas	Trabalha no Poder Público de São Paulo.
Virgílio Gomes da Silva Filho (53 anos).	M	Formado em Engenharia Mecânica e Industrial	Trabalha numa Empresa metalúrgica em Indaiatuba, interior de São Paulo.
Ângela Telma Oliveira Lucena (43 anos).	F	Mestre em Língua Portuguesa. Graduada em Letras com habilitação dupla Espanhol/Português pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estudante de Direito.	Trabalha como Jornalista e Tradutora <i>freelance</i> .
Adilson Lucena (55 anos).	M	É Graduado em Letras com Habilitação em Português e Espanhol pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).	Trabalha como professor de espanhol. Dá aulas particulares e atua como professor voluntário em vários movimentos sociais.
Denise Oliveira Lucena (55 anos).	F		É técnica de enfermagem e, no momento, está impossibilitada de trabalhar por uma questão de saúde.
Ariston De Oliveira Lucena Falecido (64 anos).	M		Seu último trabalho foi técnico do INCRA. Aposentou-se por invalidez em 2012, pois era diabético, hipertenso e tinha sido submetido à uma angioplastia.
Nasaindy Barrett de Araújo (45 anos).	F	É pedagoga e faz especialização em “Artes Visuais, Intermeios e Educação”.	Atualmente trabalhando como capacitadora em um Portal Educativo.
Jaime Martinelli Sobrinho. (66 anos).	M		economista aposentado.
Edson Lenin Martinelli (62 anos).	M	Formado em Administração de Empresas.	Trabalha como consultor em empresas.
Rosa Maria Martinelli (53 anos).	F	Formada em Educação Física.	Trabalha como personal trainer.
Dora Augusta Rodrigues Mukudai (47 anos).	F	É bacharel em Ciência da Computação .	Trabalha com gestão de pessoas na área de Tecnologia da Informação.
Zuleide Aparecida do Nascimento (50 anos).	F	Estudou em Cuba.	Trabalha como secretária.
Luis Carlos Max do Nascimento (52 anos).	M	Tem formação de Técnico Industrial.	Trabalha em metalúrgica.

Ernesto Carlos Dias do Nascimento (47 anos).	M	Formado em Tecnologia de Projetos de Máquinas e Ferramentas, especializado em Tecnologia da Informação e Automação Industrial.	Atualmente é Coordenador Governança de TI e Tecnologia Cidadã na Prefeitura de Guarulhos – SP.
Leta Vieira de Sousa (39 anos).	F	Formada em arquitetura e urbanismo, tem MBA em gestão de negócios sustentáveis, especialização em cooperação internacional.	Trabalha como tradutora.
Maria Eliana Facciolla Paiva (60 anos).	F	Possui Licenciatura em Educação Artística, com Habilitação em Artes Plásticas pela ECA - USP. Mestrado em Ciências, Curso Ciências da Comunicação pela ECA - USP. D.E.A. (Diplôme d'Études Approfondies) em Estéticas, Tecnologias e Criação Artísticas no Departamento Artes e Tecnologias da Imagem (A.T.I.) e Departamento de Artes Plásticas pela Université Paris VIII. Doutorado em Ciências da Comunicação, área Jornalismo pela ECA - USP. Concluiu Pós-doutorado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Atualmente é pesquisadora/colaboradora da Linha de Pesquisa Design, Comunicação, Cultura e Artes Departamento de Design e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como integrante do “Grupo Barthes: estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos de configuração e de recepção de objetos de uso e de imagens”.
Ernesto José Carvalho (47 anos).	M		Músico.
Irineu Akselrud de Seixas	M		Técnico de informática
Ivan Akselrud De Seixas (61 anos).	M	Formado em jornalismo.	Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”.
Iara Lobo de Figueiredo(48 anos)	F		Advogada.
Izabel Lobo (49 anos)	F		
Paulo de Miranda Sipahi Pires (51 anos).	M	Estudou psicologia.	Trabalha como bancário na Caixa Econômica Federal.
Camila Sipahi Pires (49 anos).	F	Formada em Produção Editorial.	Foi diretora de arte em publicidade por 25 anos. Hoje trabalha com design editorial e continua fazendo seus bonecos.
Aritanã Machado Dantas Falecido aos 47 Anos, 2013.	M	Formou-se na área de cinema começando a trabalhar aos 14 anos na equipe de Ruy Guerra em Moçambique.	
Paulo Fonteles Filho (43 anos).	M		Foi vereador de Belém (PA) e é pesquisador da Guerrilha do Araguaia.
André de Santa Cruz Leite (42 anos).	M	É assistente social, formado pela PUC/SP.	Trabalha num Hospital em São Bernardo do Campo.
José Paulo de Luca Ramos (43 anos).	M	Estudou engenharia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), administração na ESAG e fez MBA em finanças na Universidade de Michigan.	É executivo no setor financeiro.
Grenaldo Edmundo Da Silva Mesut (47 anos).	M		professor de Educação Física e mora em São Paulo.

Cecília Capistrano Bacha (40 anos).	F	Atualmente está cursando pós-graduação em Marketing Digital em São Paulo, onde reside.	
Clóvis Petit (59 anos).	M	Formado em Direito.	Diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Presidente Prudente e Região.
Edson Luís de Almeida Teles (47 anos).	M	Doutor em filosofia.	Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).
Janaína de Almeida Teles (48 anos).	F	Historiadora.	Pesquisadora do programa de pós-doutorado do Departamento de História da USP e investiga a atuação dos advogados de presos políticos durante a década de 1970.
João Carlos de Almeida Grabois (42 anos).	M	É administrador e estudante de matemática.	
Carmen Sumi Nakasu de Souza (43 anos).	F	É bacharel em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP).	Atua como empresária, professora de inglês e cantora lírica.
Tessa Moura Lacerda (41 anos).	F		Professora de Filosofia na USP
Igor Grabois Olímpio (49 anos).	M	Economista formado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).	Professor universitário
Darcy Andozia sobre Carlos Alexandre Azevedo (suicidou-se aos 40 anos, em 2013).	M		Aos 37 anos Calos teve sua condição de vítima da ditadura reconhecida e recebeu uma indenização, mas nunca pôde trabalhar regularmente. Era técnico de computadores.
Lia Cecília da Silva Martins (41 anos).	F	Formada em Gestão de Recursos Humanos.	Trabalha em empresa que ministra cursos de capacitação e treinamento de operação de máquinas pesadas.
Valter Pomar (49 anos).	M	Formou-se técnico em artes gráficas, doutor em História.	Hoje é dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

APÊNDICE B - Títulos, militantes e temas

Títulos dos elementos de apoio	Militantes do Grupo	Temas dos testemunhos dos filhos
Família Arantes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aldo Silva Arantes; 2. Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (Dodora Arantes, uma das idealizadoras do livro). 	<p><i>Filho do Zorro</i> por André Almeida Cunha Arantes. Principais temas abordados: Prisão; perseguição; fuga; julgamento; separação da família; clandestinidade; identidade; tortura; desejo de vencer; normalização da vida pós a ditadura; percurso acadêmico e profissional; relações entre esporte e política.</p> <p><i>Identidade, nome e o paradoxo da liberdade</i> por Priscila Almeida Cunha Arantes. Principais temas abordados: Prisão; mito do poeta Simônides; identidade; clandestinidade; normalidade da infância; brincadeiras; separação da família; tortura; traumas; apagamentos de memória; aulas de pintura; visitas ao presídio; reencontro com a família; Lei da Anistia; contexto escolar; orgulho por poder carregar o sobrenome dos pais.</p>
Álbum de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rosemary Reis Teixeira; 2. Gilberto Franco Teixeira. 	<p><i>A felicidade interrompida da "menina ruim"</i> por Rita de Cássia Resende. Principais temas abordados: infância na prisão; infância em Pariconha; clandestinidade; normalidade da infância; prisão; traumas; orgulho dos pais; brincadeiras; carta do pai; crítica ao regime.</p>
Álbum de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria Lygia Quartim de Moraes; 2. Norberto Nehring. 	<p><i>"Por que você é tão tristonha?"</i> por Marta Nehring. Principais temas abordados: família; aniversário de cinco anos no qual recebeu a visita de seu pai; ausência do pai, morto pela repressão.</p>
Sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. José Ibrahin; 2. Tereza Cristina Denucci Martins. 	<p><i>"Vivi intensamente o exílio, e a redemocratização do Brasil"</i> por Carlos Eduardo Ibrahin. Principais temas abordados: insatisfação ao deixar a Bélgica para voltar ao Brasil; desejo de continuar a luta de seus pais.</p>
Família Coqueiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aderval Alves Coqueiro. 	<p><i>"O exílio de meu pai foi a nossa despedida"</i> por Suely Coqueiro. Principais temas abordados: infância no Brasil, no Chile e em Cuba (dificuldades de adaptação que sofreu ao mudar de um país para outro); insegurança em relação ao Brasil; gratidão que nutre pelo acolhimento que recebeu em Cuba; morte e enterro do pai.</p> <p><i>"Faria tudo igual à ele"</i> por Célia Silva Coqueiro. Principais temas abordados: trajetória política e militante do pai; morte do pai; memórias das cartas que eram trocadas entre sua família e seu pai na época de seu exílio; incentivo à luta contra a ditadura.</p>
Família de Virgílio	<ol style="list-style-type: none"> 2. Virgílio Gomes da Silva; 3. Ilda Martins da Silva. 	<p><i>Adotados pela Revolução Cubana</i> por Virgílio Gomes da Silva Filho. Principais temas abordados: Prisão; bom convívio de sua família; ausência do pai; violência; separação da família; dificuldades financeiras; elogio a Cuba.</p>
A vida em Cuba	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antônio Raimundo de Lucena (conhecido como Doutor); 2. Damaris Oliveira Lucena. 	<p><i>A inocência perdida</i> por Ângela Telma Oliveira Lucena. Principais temas abordados: Fraternidade entre os militantes; revolução cubana; críticas ao Brasil (a depoente se auto denomina "filha de comunista").</p> <p><i>Infância Resgatada</i> por Adilson Lucena. Principais temas abordados: elogio a Cuba; marxismo; morte do pai; rejeição sofrida por parte das freiras; maus tratos sofridos no Juizado de Menores de São Paulo.</p> <p><i>Palavras presas</i> por Denise Oliveira Lucena, irmã gêmea de</p>

		<p>Adilson Lucena. Principais temas abordados: luta interna entre lembrar e esquecer os acontecimentos de sua infância e o assassinato de seu pai.</p> <p><i>Condenado à morte</i> por Ariston Oliveira Lucena. Principais temas abordados: Ingresso precoce na luta contra a ditadura; morte do pai; prisão da mãe; treinamento de guerrilha; tortura; condenação à sentença de morte e posterior prisão perpétua; soltura; orgulho da luta armada.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. José Maria Ferreira Araújo; 2. Soledad Barret Viedma. 	<p><i>Duas pátrias, duas mães</i> por Nasaindy Barret de Araújo. Principais temas abordados: Fraternidade entre os militantes; separação do pai que voltou para o Brasil e foi preso e morto; morte da mãe; tristeza pela perda dos pais; identidade; dificuldades na volta do exílio; dificuldade de inserção social na volta ao Brasil; clandestinidade; elogio ao trabalho da CVRP; responsabilidade do testemunhante; ausência de memória sobre os pais; dificuldade de inserção social; desejo de dar continuidade à luta dos pais.</p>
Família Martinelli Na luta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Raphael Martinelli; 2. Maria Augusta Martins Martinelli. 	<p><i>O novo arrimo de família</i> por Jaime Martinelli Sobrinho. Principais temas abordados: Separação da família; prisão e desaparecimento do pai; primeiro emprego; amadurecimento precoce; misto entre o questionamento e o orgulho pelas atividades do pai; tristeza pela ausência do pai; contexto escolar; tortura; decepção com amizades (políticos acusados de corrupção); sindicalismo; dificuldades financeiras; distanciamento entre os irmãos; dificuldades para manter amizades; honestidade.</p> <p><i>Adolescência perdida</i> por Edson Lenin Martinelli. Principais temas abordados: Normalidade da infância; atuação do pai como sindicalista; fuga; separação da família; contexto escolar; clandestinidade; prisão; tortura; raiva do pai; perdas diversas relacionadas à família (financeiras e política); contribuição da luta dos militantes para o futuro; identidade; honestidade.</p> <p><i>Amor silenciado</i> por Rosa Maria Martinelli. Principais temas abordados: Fuga; separação do pai; silenciamento; visita ao presídio; aniversário do pai; revistas femininas para entrar no presídio; histórias contadas nos presídios; catarse ao ouvir os relatos de tortura do pai em uma gravação; medo; atividade de escrita como forma de libertação do trauma; cartas; dificuldades para expressar os sentimentos.</p>
sem título		<p><i>"Que um dia ninguém mais pense assim"</i> por Dora Augusta Rodrigues Mukudai. Principais temas abordados: História da "Família Nascimento"; trajetória profissional do pai; fuga para Europa; normalidade da infância; exílio em Cuba; agradecimento à Cuba; fraternidade entre os militantes; desrespeito à imagem dos pais (mídia); reconstrução da imagem do pai; reconstrução da verdade; clandestinidade; dificuldade para obter informações sobre os familiares durante o exílio; necessidade de manter um distanciamento em relação à vida em Cuba; dificuldades na volta para o Brasil; contexto escolar; ingresso no SESI; orgulho dos pais.</p>
Filho torturado Crianças banidas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manoel Dias do Nascimento; 2. Jovelina Tonello M. do Nascimento; 3. Tercina Dias de Oliveira (Tia). 	<p><i>"Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade"</i> por Zuleide Aparecida do Nascimento. Principais temas abordados: Perseguição; greve; prisão; seqüestros; agressão física e psicológica; tortura; separação da família; estadia no Juizado de Menores; banimento do país; exílio; fraternidade entre os militantes; volta ao Brasil; movimento sindical; conflitos com a polícia; Lei da Anistia; identidade; elogio ao governo cubano; treinamento de guerrilha; assassinato.</p>

		<p>Principais temas abordados quando Zuleide conta a história de Samuel: abandonado pela família Samuel foi acolhido por Tercina; agressão física e psicológica; tortura; exílio em Cuba; resgate da identidade; Lei da Anistia; fraternidade; silenciamento; isolamento; elogio ao trabalho da CVRP; necessidade de contar sobre as vivências; orgulho da militância; críticas ao regime; preconceito político-social.</p> <p><i>“Fomos levados para o DOPS. Até hoje é doloroso”</i> por Luis Carlos Max do Nascimento. Principais temas abordados: Clandestinidade; perseguição; perigo; prisão; violência; conflito armado; separação da família; maus tratos em instituições de crianças infratoras; permanência no Juizado de Menores de São Paulo; alegria do reencontro com a avó.</p> <p><i>“Los niños nacen para ser felices”</i> por Ernesto Carlos Dias do Nascimento. Principais temas abordados: Atividades do pai na militância; prisão; clandestinidade; tortura; separação dos pais; banimento do país; exílio em Cuba; trauma; sofrimento da mãe; dificuldades financeiras; pesadelos; dificuldade de inserção social; contexto escolar; fraternidade entre os militantes e filhos de militantes; bom convívio de sua família; elogio ao sistema educacional e de saúde cubanos; preconceito-político-social no Brasil; falhas nos processos de Anistia; boa vida em Cuba; dificuldades no retorno ao Brasil; preconceito social.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colombo Vieira de Sousa Júnior; 2. Jessie Jane Vieira de Sousa. 	<p><i>A Lua de Leta</i> por Leta Vieira de Souza. Principais temas abordados: Lei da Anistia; medo; silenciamentos; dificuldade de inserção social; contexto escolar; visita aos presídios; identidade; fraternidade entre os militantes; ideal subversivo; ameaças de morte; clandestinidade; tortura; prisão.</p>
Álbum de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rubens Beyrodt Paiva; 2. Ma Lucrecia Eunice Facciolla Paiva. 	<p><i>O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei</i> por Maria Eliana Facciolla Paiva. Principais temas abordados: Perseguição política; reformas políticas; silenciamentos; prisão; trajetória política do pai; exílio; felicidade da vida em família; luta armada; prisões; mortes; torturas; identidade; violência nos interrogatórios; Marx; contexto escolar; traumas; holocausto.</p>
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Devanir José de Carvalho; 2. Pedrina José de Carvalho. 	<p><i>“Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro”</i> por Ernesto José Carvalho. Principais temas abordados: Prisão; conflito armado; identidade; clandestinidade; assassinato; violência física e moral; exílio; perseguição; afinidades ideológicas; apagamento da figura do pai; contexto escolar; dificuldade de adaptação ao novo contexto familiar; orgulho dos militantes; documentário <i>15 filhos</i>; ideologias; críticas à militância feitas por outras pessoas; luta de classes; punição aos torturadores; heranças da ditadura.</p>
Família Seixas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Joaquim Alencar de Seixas; 2. Fanny Akselrud de Seixas. 	<p><i>O ídolo que não tinha rosto</i> por Ieda Akselrud de Seixas sobre Irineu Akselrud de Seixas. Principais temas abordados: vida familiar; perseguição; fuga; medo; incompreensão dos fatos; assassinato; separação da família; prisão; tortura; apagamento da memória do pai; dificuldade de inserção social; amadurecimento precoce.</p> <p><i>“A ditadura nos forçou a virar soldados”</i> por Ivan Akselrud de Seixas. Principais temas abordados: Luta armada; perseguição; fuga; tortura; assassinato; violência; suicídio; Lei da Anistia; clandestinidade.</p>
A família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria Regina Lobo de Figueiredo; 2. Raimundo Gonçalves de Figueiredo. 	<p><i>Saudade é ser depois de ter</i> por Iara e Isabel Lobo. Principais temas abordados: Dificuldade em lidar com a morte dos pais; ato de guerrilha (aeroporto de Guararapes – PE); conflitos sobre a imagem do pai; engrandecimento das</p>

		ações da CVRP; impunidade; justiça; reconstrução da imagem dos pais; ausência dos restos mortais de familiares.
Album de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antonio Othon Pires Rolim; 2. Rita Maria de Miranda Sipahi. 	<p><i>"Tive muita dificuldade com a expressão dos meus sentimentos"</i> por Paulo Miranda Sipahi Pires. Principais temas abordados: Necessidade de falar sobre os fatos ocorridos na ditadura; reconstrução da imagem dos pais; silenciamentos; pressões sociais; contexto escolar; visitas no presídio; crítica à mídia brasileira; crenças em relação à ditadura; acusação contra as ações atuais da Polícia Militar.</p> <p><i>"O sequestro da minha memória"</i> por Camila Sipahi Pires. Principais temas abordados: Apagamento da memória traumática; medo e tristeza decorrentes da prisão dos pais; sequestro da mãe; prisão do pai; contexto escolar; silenciamentos; visita ao presídio; distanciamento dos laços familiares; tristeza da despedida dos pais; medo; apoio da família, infância normalizada após a ditadura; violência.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lenira Machado; 2. Altino Rodrigues Dantas Júnior. 	<i>"Ainda hoje não se dão conta do que significou a luta para reaver meu filho"</i> por Lenira Machado (75 anos) sobre Aritanã Machado Dantas. Principais temas abordados: Falecimento de Aritanã; trajetória profissional de Aritanã; prisão; clandestinidade; visita de Aritanã aos pais no presídio; fraternidade entre os militantes; dificuldades no processo para reaver Aritanã; separação da família; contexto escolar; dificuldade na reconstituição dos laços de família; vida na África; afetividade existente entre a família.
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Paulo César Fonteles de Lima; 2. Hecilda Mary V. Fonteles de Lima. 	<i>"Filho dessa raça não deve nascer"</i> por Paulo Fonteles Filho. Principais temas abordados: Elogio das ações da CVRP; reconstrução da imagem dos pais; denúncias contra órgãos da ditadura e torturadores; torturas; violência no parto; luta guerrilheira do Araguaia; exploração da Amazônia; medo; trajetória política do pai; assassinato; impunidade; justiça; denúncias contra a Febem e a Fundação Casa – SP; geração do irmão na prisão; luta política e militância social no Brasil atual; ausência dos pais; contexto escolar (disciplina moral e cívica); fraternidade entre os militantes.
Em família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rosalina de Santa Cruz; 2. Fernando Augusto de Santa Cruz; 3. Elzita de Santa Cruz. 	<i>Crime: ser filho de resistente</i> por Rosalina de Santa Cruz Leite sobre André de Santa Cruz Leite. Principais temas abordados: Prisão; tortura; luta pela recuperação dos restos mortais do irmão; separação do filho de cinco meses; ameaças dos policiais contra a vida do filho; abortos sob tortura; traumas sofridos por filhos de militante na fase adulta.
Em Cuba	<ol style="list-style-type: none"> 1. Derlei Catarina De Luca. 	<i>O bebê que a Ditadura separou da mãe</i> por José Paulo De Luca Ramos. Principais temas abordados: Infância em Cuba; ausência dos pais; problemas de saúde física e psicológica; normalidade da infância; segurança e racionalidade; identidade; existência de uma lacuna em sua história; orgulho dos pais; superação.
Pai, marinheiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grenaldo de Jesus Silva; 2. Mônica Edmunda Messut. 	<i>"Seu pai não era um ladrão, era um herói"</i> por Grenaldo Edmundo da Silva Mesut. Principais temas abordados: Preconceito político social; fuga; apagamento da memória; separação dos pais; morte; sequestro; suicídio; alcoolismo; dificuldades financeiras; silenciamento; amadurecimento precoce; violência doméstica; brincadeiras; drogas; contexto escolar; reconstrução da história da família; medo; críticas à mídia; religião; reencontro com a família paterna.
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria Cristina Capistrano. 	<i>"Buscamos o lugar onde ficaram as marcas"</i> por Cecília Capistrano Bacha. Principais temas abordados: Atividades relativas ao PCdoB; prisão; clandestinidade; solidariedade dos vizinhos; separação da família; visitas ao presídio; tortura; traumas; política; Lei da anistia; contexto escolar; atividades de militância.

Família Petit	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maria Lúcia Petit da Silva; 2. Jaime Petit da Silva; 3. Lúcio Petit da Silva. 	<p><i>“Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar”</i> por Clóvis Petit. Principais temas abordados: Consciência política; manifestações; amadurecimento precoce; contexto escolar (aulas de moral e cívica); imperialismo; guerrilha do Araguaia; prisão; perseguição; Lei da Anistia; distanciamento dos laços familiares; esperança em relação à sobrevivência dos irmãos; impunidade; críticas ao governo atual e ao PT; luta para reaver os corpos dos desaparecidos; continuidade da luta dos pais.</p>
Família Teles	<ol style="list-style-type: none"> 1. César Augusto Teles; 2. Maria Amélia de Almeida Teles. 	<p><i>“Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?”</i> por Edson Luis de Almeida Teles. Principais temas abordados: Vida em família; prisão; tortura; separação da família, identidade (<i>semiclandestinidade</i>); contexto escolar; visitas aos presídios; resistência; experiência acadêmica.</p> <p><i>“Dói gostar dos outros”</i> por Janaína de Almeida Teles. Principais temas abordados: queima de documentos (<i>clandestinidade</i>); prisão da família; tortura; estadia no DOI-CODI onde ajudava a cuidar dos primos e sentia uma grande diferença cultural em relação à vida que levava com a família; visita aos pais no presídio Carandiru; fuga; separação dos pais; problemas hormonais decorrentes do amadurecimento precoce; fraternidade existente entre os militantes; atuação da família na denúncia contra a ditadura; tortura; experiência enquanto pesquisadora da ditadura.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. André Grabois; 2. Crimeia Alice Schmidt de Almeida. 	<p><i>A história que o menino não queria ouvir a mãe contar</i> por João Carlos de Almeida Grabois. Principais temas abordados: circunstâncias de seu nascimento; silenciamento; medo que a mãe sentia do filho ser sequestrado pela ditadura; processo de reconhecimento de paternidade que vivenciou.</p>
Álbum de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elzira Vilela; 2. Licurgo Nakasu. 	<p><i>A bebê seqüestrada</i> por Carmen Sumi Nakasu de Souza. Principais temas abordados: circunstâncias de seu nascimento; a sua prisão junto com a mãe; tortura sofrida pelos pais; utilização da criança como objeto de tortura pela ditadura; medos; problemas psicológicos sofridos na infância; crítica as ações da ditadura.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gildo Macedo Lacerda, 2. Mariluce de Souza Moura. 	<p><i>Reconstruindo Gildo</i> por Tessa Moura Lacerda. Principais temas abordados: reconstrução da identidade do pai; traumas; tortura, sofrida pela mãe enquanto ainda estava grávida; ausência causada pela impossibilidade de velar o parente morto.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gilberto Olímpio Maria; 2. Victória Lavínia Grabois Olímpio. 	<p><i>“Não tem luto. São vazios”</i> por Igor Grabois Olímpio. Principais temas abordados: dificuldades legais decorrentes da clandestinidade em razão de filiação ao partido PCdoB; atuação militante dos pais; ausências decorrentes dos desaparecimentos; ausência causada pela impossibilidade de velar os parentes mortos.</p>
Álbum de família	<ol style="list-style-type: none"> 1. Darcy Andozia; 2. Dermi Azevedo. 	<p><i>“Ele lutou muito para poder conseguir se inserir na sociedade, mas não conseguiu”</i> por Darcy Andozia (67 anos) sobre o filho Carlos Alexandre Azevedo. Principais temas abordados: prisão da família; dificuldades de inserção social da família; principalmente do filho Carlos, o qual foi hostilizado na escola; torturas; suicídio de Carlos.</p>
sem título	<ol style="list-style-type: none"> 1. Antônio Teodoro de Castro. 	<p><i>“Sou a prova de que mesmo na guerra existiu um grande amor”</i> por Lia Cecília da Silva Martins. Principais temas abordados: dificuldades no processo de adoção; felicidade na vida familiar; tentativa de reconstruir o passado.</p>
Família Pomar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Wladimir Ventura Torres Pomar; 	<p><i>Lembranças</i> por Valter Pomar. Principais temas abordados: conta que não percebeu com profundidade a condição de clandestinidade em que vivia sua família, sobre um processo</p>

	2. Rachel da Rocha Pomar.	de troca de nomes pelo qual passou e sobre uma fuga de sua casa. Para Valter o peso da clandestinidade não foi sentido por ele, mas pelos membros mais velhos de sua família.
--	---------------------------	---